

Semanário

Director:  
António Dias Lourenço

Ano 56 - Série VII - N.º 671  
6 de Novembro de 1986  
Preço: 50\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

## Álvaro Cunhal em Aveiro (sábado) e Coimbra (domingo)

- O secretário-geral do Partido intervirá nas sessões públicas de encerramento das duas Assembleias das Organizações Distritais do PCP



Com uma sessão comemorativa, a União dos Resistentes Antifascistas Portugueses recordou a passagem dos 50 anos da abertura do Campo de Concentração do Tarrafal. Nesta sessão, que decorreu na Junta de Freguesia de Alcântara, usaram da palavra os ex-tarrafalistas Oliver Branco Bártolo e Edmundo Pedro e ainda José Maria do Rosário, em nome da URAP, que prestou a sua homenagem a todos quantos sofreram no Tarrafal. Os sobreviventes do Tarrafal presentes aprovaram uma moção onde apelam à juventude que combata pelo Portugal de Abril, para que o fascismo não volte nunca. Durante a iniciativa houve poesia e foi projectado um filme sobre o Campo da Morte Lenta. Págs. 4 e 5/Em Foco

## Conferência do PCP sobre «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril»

- Alarga-se o debate a todo o País

## Trás-os- -Montes

- DORT faz o ponto da situação

## Açores

- O PCP analisa as questões actuais em torno da autonomia

Págs. 8, 9, 10 e 11/Semana

# ALMADA UMA VITÓRIA DE SIGNIFICADO NACIONAL

A vitória nas eleições de Almada traduz a força do PCP e dos democratas com ele aliados na APU, que ganhou todas as freguesias, derrotou estrondosamente os conluíes PS/PSD/UDP, conquistou cinco maiorias absolutas e três maiorias relativas, duas das quais — Pragal e Sobreda — a escassos 10 votos da maioria absoluta

Págs. 1 e 2/Semana

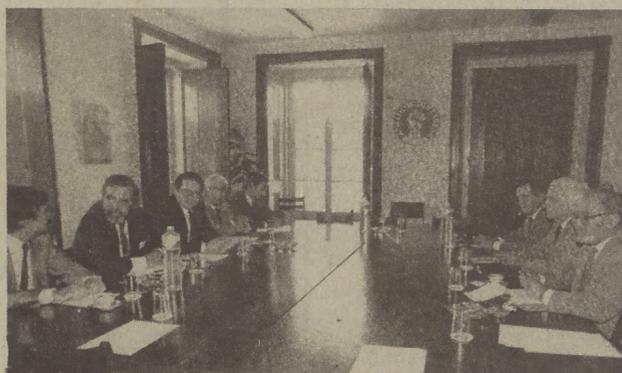
## UMA CONFISSÃO INQUIETANTE

Pág. 2/Semana

## REFORMA AGRÁRIA

Trabalhadores reforçam  
a luta contra  
as investidas do Governo

Págs. 6 e 7/Em Foco



O encontro das delegações do PCP e do PS realizado na segunda-feira

## ENCONTRO PCP-PS

Nã passada segunda-feira realizou-se um encontro entre delegações do Partido Socialista e do Partido Comunista Português. A delegação do PCP era composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Octávio Pato e Carlos Costa, do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central. A delegação do PS era composta por Vitor Constâncio, secretário-geral, e por António Guterres, Arons de Carvalho, Manuel Alegre e Ferraz de Abreu. À saída do encontro, que se realizou na sede do PS, na Rua da Emenda, o camarada Álvaro Cunhal considerou o diálogo travado entre ambas as delegações como «útil e positivo»



Camarada Joaquim Chissano

## Joaquim Chissano eleito presidente da Frelimo e da República Popular de Moçambique

Em nome do Comité Central do PCP, o camarada Álvaro Cunhal enviou ao camarada Joaquim Chissano o seguinte telegrama:

Querido camarada:

Por motivo da sua eleição para presidente do Partido Frelimo e da República Popular de Moçambique endereçamos-lhe as mais calorosas felicitações dos comunistas portugueses e os melhores votos de inteiro sucesso no desempenho das suas altas e honrosas funções. Por seu intermédio reafirmamos o inteiro apoio e fraternal solidariedade do PCP para com a luta heroica do Partido Frelimo e do povo moçambicano na defesa da sua pátria e na construção da nova sociedade em que estão profundamente empenhados.

Pelo Comité Central do Partido Comunista Português

Álvaro Cunhal

# Editorial

Avante!

Ano 56 — Série VII  
N.º 671

6 de Novembro de 1986

1.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Diálogo, convergência e acção comum

A questão da substituição do Governo Cavaco Silva/PSD por um governo democrático tornou-se o problema dominante da política portuguesa nos dias actuais.

Para aqueles portugueses — a imensa maioria do nosso povo — que fundiram o amor à Democracia, à Liberdade e ao 25 de Abril com o amor à Pátria que nos viu nascer, assume contornos precisos um dilema que não pode ser iludido por transacções de consciência ou fugas à responsabilidade.

Trata-se de um dilema claro:

— ou se acionam de maneira atempada os mecanismos institucionais atinentes à demissão do Governo minoritário de direita que temos à frente do País e se põe cobro à sua nefasta política;

— ou se transige com a obra de destruição do regime democrático e das suas principais conquistas e de alienação da independência nacional a que na hora actual se entrega com afã a clique governante e será o abismo.

Para as forças democráticas, em particular para os partidos democráticos e os seus mais responsáveis dirigentes, os termos do dilema colocam-se ainda com maior agudeza: a transigência significaria um pesado custo, em alguns casos da própria sobrevivência política.

Seria néscio considerar que os termos em que colocamos um tal dilema configuram uma especulação política do PCP. Trata-se de uma lição verificável e verificada da experiência prática ainda recente dos acontecimentos políticos nacionais.

A inteligência dos factos não se pode sofismar. A alternativa democrática que o PCP preconiza e propõe pode ter outra designação mas dificilmente poderia ter outro conteúdo.

Exactamente a um ano da tomada de posse do Governo minoritário do PSD nenhuma dúvida deve restar, mesmo aos democratas mais ingénuos, de que Cavaco Silva e o seu partido se empenharam em força, em aberta confrontação com o país real, a Constituição, as suas instituições democráticas, no velho projecto da direita restauracionista de aniquilamento do 25 de Abril e de reconstituição do poder dos monopólios aliado ao imperialismo. Esse é o seu «projecto».

Como verdadeiro tecnocrata do grande capital Cavaco Silva, de posse do Executivo, não só deu continuidade à política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista praticada nos últimos dez anos, oito dos quais sob a direcção efectiva ou compartilhada do PPD/PSD, como acelerou, numa escala sem precedentes e nos pontos mais sensíveis e de maior interesse imediato dos monopólios, o processo da contra-Revolução.

No plano laboral, no plano socioeconómico e financeiro, no plano institucional, no plano cultural o Governo minoritário de direita Cavaco/PSD tenta, num novo ritmo e nas formas mais brutais, impor a velha ordem de coisas apeada pela revolução de Abril de 74.

Para as forças democráticas e as suas organizações e partidos mais representativos não é admissível submeter a utópicos objectivos partidaristas hegemónicos a sua acção e as suas posições políticas. O povo português não o compreenderia e disso tiraria seguramente as necessárias conclusões.

O diálogo, a convergência e a acção comum ao serviço dos interesses gerais e superiores do povo e do País devem sobrepor-se às considerações de ordem exclusivista.

O diálogo, a convergência e a acção comum das forças democráticas tem recolhido já importantes vitórias. Outras ainda mais importantes e decisivas estão aos seus alcances no imediato. Materializá-las é um imperativo patriótico do momento actual.

A guerra social contra os trabalhadores mobiliza compreensivelmente os esforços mais empenhados do Governo minoritário de direita. É o seu alvo prioritário de classe.

Simultaneamente, com a ofensiva de reprivatização dos sectores básicos nacionalizados da economia, e com a alienação de importantes bens nacionais ao capital estrangeiro, o Governo Cavaco/PSD agrava e tenta agravar por todos os meios a exploração dos trabalhadores e nessa base garantir uma rápida acumulação de capitais nas mãos dos novos candidatos à posse das empresas e ao controlo das actividades económicas portuguesas mais rentáveis.

A chamada «flexibilização do mercado de trabalho» que o Governo quer impor no plano legislativo concretiza-se cada dia e a cada passo na prática política governante. Traduz-se no aumento do exército de reserva dos desempregados; na completa instabilidade e insegurança no emprego, no trabalho precário e selvagem sem quaisquer garantias sociais de centenas de milhares de trabalhadores, homens, mulheres e crianças; na efectiva redução dos salários reais e mesmo nominais; na supressão de direitos e liberdades constitucionalmente consagrados; no crescente recurso aos métodos repressivos do passado.

O desemprego ultrapassa o meio milhão de trabalhadores mais significativamente Cidilhe refere o aumento do emprego em 0,1% (!) no 2.º trimestre deste ano relativamente a 1985 com base unicamente no alastramento dos contratos a prazo, cujo número ultrapassa actualmente o meio milhão, quando tudo aponta ainda para o seu aumento até finais do ano.

É significativo que nas 100 maiores empresas, empregando no total em 1984 um contingente de 69 413 trabalhadores, em 75 delas, empregando naquele ano mais de 21 460 trabalhadores, se tenha reduzido este número em 1985 para 11 267, isto é, menos 40% do que no ano anterior! Nos primeiros 8 meses de 1986 a situação ainda se agravou em termos efectivos.

O drama dos salários em atraso continua por resolver apesar da decisão em contrário da AR. Só no distrito do Porto 18 322 trabalhadores de 109 empresas têm salários em atraso num montante superior a 3 milhões e 125 mil contos!

Nos distritos de Braga e Porto alastra o trabalho infantil a milhares de crianças, em muitos casos pagas a salários inferiores a 7 contos mensais e sem limites de horário.

O trabalho doméstico e ao dia e à semana tornou-se prática habitual da exploração mais envelhecida da mão-de-obra.

Compreende-se porque, no seminário do BPA, no Porto, de 128 banqueiros de 25 países, se tenha afirmado que «nunca terão ouvido em Portugal desde há 15 anos música tão celestial para os seus ouvidos».

A mão-de-obra barata é uma mercadoria aliante para o capital estrangeiro em Portugal e dela faz almeida o Governo minoritário de direita como «incentivo ao investimento».

O Governo, os representantes do alto patronato da CIP e da CCP têm nos últimos dias referido que na resposta a um pseudo-inquérito a maioria dos trabalhadores se mostrou disposta a «sacrifícios salariais para viabilizar as empresas».

Em tais mistificadoras conclusões são acolitados pelos divisionistas da UGT, como se verificou no debate televisivo de anteontem no qual Torres Couto fez frente comum com os dirigentes da CIP e da CCP contra a CGTP-Intersindical.

A classe operária portuguesa, os trabalhadores comunistas, socialistas, de outras formações políticas ou sem partido têm podido verificar na prática que só a sua unidade e luta lhes permite enfrentar com êxito a guerra social que lhes é movida pelo Governo minoritário de direita Cavaco/PSD e pelo alto patronato.

É uma lição de que é preciso tirar as necessárias conclusões políticas e que é necessário aplicar nas lutas imediatas e futuras.

Ficar-se-ia curto se, contudo, circunscrevêssemos a guerra social do Governo minoritário de direita aos trabalhadores da cidade e do campo no plano laboral.

O agravamento das condições de vida da população fere não somente os trabalhadores no activo ou na reforma como todas as outras camadas intermédias.

O Governo Cavaco/PSD protege e mantém os mecanismos que agravam constantemente os preços entre o produtor e o consumidor, projecta novos aumentos no final do ano, de que o aumento de 10% na carne de vaca agora decretado é um dos passos.

Por sua iniciativa, ou sob a sua custódia, aumenta o custo de bens e serviços essenciais, projecta novas medidas financeiras na área fiscal contra as classes e camadas de menos posses.

À população de Lisboa, a maioria de direita da Câmara da capital do País impôs desde Julho e cobrou já retroactivamente em Outubro, o novo imposto de saneamento de 75 escudos mensais e uma nova taxa de 10\$00 por cada metro de água, consumido não em termos reais mas na base do consumo mínimo dos 5 metros. Milhares de utentes pagaram já em Outubro no mínimo mais 375 escudos.

A partir de Janeiro virão os novos aumentos das rendas de casa que afectarão duramente a população de menos recursos, em particular os reformados e pensionistas. O «generoso» Governo Cavaco/PSD propôs-se «subsidiar» 200 000 inquilinos mas só menos de 15 000 beneficiarão do subsídio mesmo assim a verificar na prática.

No projecto do Orçamento do Estado para 1987 o Governo propõe-se aumentar substancialmente a carga fis-

cal em termos directos e indirectos sobre os trabalhadores. Na perspectiva da reprivatização o Governo propõe-se aumentar os benefícios fiscais às grandes empresas mas no aumento global previsto na carga fiscal está o agravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho.

Os partidos democráticos não podem ficar insensíveis ao agravamento da situação e à luta dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. Seguramente o PCP nunca o esteve e nunca o estará.

A destruição das pequenas e médias explorações agrícolas e industriais e do pequeno comércio é intrínseca à política de restauração dos monopólios que é a do Governo Cavaco/PSD.

A adesão à CEE, a pressão dos grandes monopólios e grupos multinacionais da Europa capitalista imprimiram uma nova e mais intensa dinâmica àquele política de destruição.

Os primeiros resultados e as primeiras medidas aí estão ao cabo destes 10 meses de adesão à CEE.

Os grandes produtores agrícolas da CEE impõem a liquidação das produções portuguesas de produtos considerados «excedentários», quase todos tradicionais da nossa produção agrícola e principal ganha-pão de centenas de milhares de pequenos e médios agricultores.

Na produção do tomate — que já neste ano provocou o apodrecimento de mais de 100 mil toneladas — na produção vitivinícola (em que a CEE acorda subsídios para a desapareição dos vinhedos), na produção leiteira, na produção frutícola, o vendaval da improdutividade e da desertificação sopra já fortemente dos arraiais da CEE sobre os campos de Portugal.

O Governo Cavaco/PSD activa ainda mecanismos que levarão rapidamente — se os partidos democráticos não se entenderem para o travar — à desapareição de muitos milhares de produtores.

O Governo projecta restabelecer o extinto imposto sobre o rendimento agrícola, impõe um emparcelamento que favorece os grandes proprietários, intensifica a sua ofensiva sobre os pequenos e médios produtores, intensifica as ilegalidades e violências contra a Reforma Agrária em holocausto a plena reconstituição dos latifúndios.

Não cabe nos limites deste artigo mais largas e necessárias explanações sobre as consequências práticas da política de reprivatização dos sectores básicos da economia e de destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária e sobre a adesão à CEE. Fá-lo-emos em artigos futuros.

Desde já, são, contudo, realidades que não podem ficar indiferentes à acção dos partidos democráticos que têm presentemente a possibilidade de correr com o Governo minoritário de direita e substituí-lo por outro cuja política vá ao encontro dos agudos problemas do povo e do País.

O Partido Comunista Português está disponível hoje como sempre para o diálogo, a convergência e a acção comum que viabilizem nos planos institucional e político uma alternativa democrática ao Governo actual e à política actual.

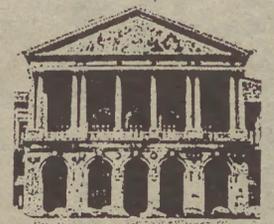
# Resumo

29  
Quarta-feira



Corticeiros da Mundet, Silva & Arroja e Ibérica exigem junto ao Ministério do Trabalho pagamento dos salários em atraso, viabilização das empresas e manutenção dos postos de trabalho ■ Dirigentes sindicais da Função Pública criticam desmantelamento do Centro Nacional de Pensões ■ JCP reclama demissão do ministro da Educação ■ Trabalhadores da ANOP pedem intervenção do Provedor da Justiça para esclarecer a constitucionalidade da criação da nova agência noticiosa ■ São descobertas 40 G3 na serra de Sintra ■ URSS propõe intensificação do intercâmbio comercial com Portugal ■ Movimentos de tropas dos EUA, Grã-Bretanha e Israel no Mediterrâneo levam a crer que se prepara uma agressão à Síria ■ Linha da Frente reúne em Moçambique e decide intensificar a luta contra o racismo e o colonialismo ■ Renamo declara em Lisboa guerra ao Zimbabwe ■ EUA impedem na ONU aprovação de resolução exigindo o cumprimento da sentença do Tribunal de Haia que condena a actividade norte-americana contra a Nicarágua ■ Recomeçam em Genebra negociações URSS-EUA sobre armamentos nucleares e espaciais ■ Governo indiano declara o estado de sítio na cidade santa dos sikhs, Amritsar ■ Estudantes sul-coreanos ocupam universidade de Kunkook, em Seul ■ Grã-Bretanha reabre conflito das Malvinas ■ Seleção nacional de futebol empatou com a Suíça a um golo

30  
Quinta-feira



AR condena apoios a nível governamental aos separatistas açorianos ■ Secretariado das UCP/Cooperativas de Beja denuncia entrega ilegal de reservas na «Terra de Catarina» ■ PCP divulga intenção de levar carências do distrito de Lisboa ao debate sobre o Orçamento na AR ■ IDP/CDE anuncia Encontro Nacional para 29 e 30 de Novembro ■ Plenário de sindicatos do Porto convoca manifestação para dia 29 de Novembro ■ Estudantes ocupam reitoria da Universidade de Évora defendendo novos currículos ■ Demissão de ministro saudita agita meios internacionais do petróleo ■ Governo brasileiro

Avante!  
Proleiros de todos os países UNI-VOS!

O jornal  
dos trabalhadores  
da democracia  
e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 93 45  
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 93 25/76 97 22

anuncia reabertura do processo contra militares da Força Aérea implicados na repressão em 1964 ■ UNITA recebeu dos EUA 15 milhões de dólares desde Janeiro ■ É declarado «alerta máximo» na Argentina ■ Papandreou anuncia remodelação do governo grego na sequência dos maus resultados do PASOK nas eleições autárquicas ■ No Dia Mundial da Poupança poucos são os que conseguem poupar ■ É dada a partida para o Rali do Algarve.

31  
Sexta-feira

Trabalhadores recebem Cavo Silva com protestos no Porto e no Montijo ■ CGTP-IN divulga decisões da reunião do seu Conselho Nacional ■ PCP pede inquérito parlamentar à aquisição das centrais digitais ■ Trabalhadores da INDEP



exigem junto ao Ministério da Defesa viabilização da empresa e salvaguarda dos postos de trabalho ■ Sobreviventes do Tarrafal assinalam 50 anos da abertura do «campo da morte lenta» ■ «Cassendo» organiza debate sobre projecto de lei do PCP para impedir actuação em Portugal da UNITA e da Renamo ■ Plenário de Quadros da ORA do PCP reafirma forte vontade de defender a Reforma Agrária ■ Há cerca de 30 mil trabalhadores do comércio desempregados, segundo a Federação Nacional de Sindicatos do sector ■ Polícia sul-coreana toma de assalto a Universidade de Seul e prende os mais de mil estudantes que a ocuparam durante quatro dias ■ 545 cientistas britânicos recusam-se a trabalhar para a «guerra das estrelas» ■ 300 polícias municipais negros amofinam-se na África do Sul ■ Inicia-se em Lisboa a Convenção de Ilusionistas Portugueses.

1  
Sábado

MURPI critica decisão governamental de desmantelar o Centro Nacional de Pensões ■ Partido Comunista Filipino e Novo Exército do Povo propõem cem dias de tréguas a Corazón Aquino ■ Secretário norte-americano para os assuntos inter-americanos declara em Montevideo que vão intensificar-se as acções contra a Nicarágua ■ Dirigente do MPLA-PT revela que tropas sul-africanas invadiram a província do Cunene ■ Começa o Festival de Cinema de Tria

2  
Domingo



APU vence eleições em todas as oito novas freguesias de Almada ■ Uruguai,

Brasil e Argentina reúnem para analisar decisão britânica sobre as ilhas Malvinas ■ Contra-revolucionários apoiados pelos EUA lançam ofensiva contra Nicarágua a partir das Honduras ■ Continuam confrontos na cidade paquistanesa de Karachi ■ Explosões em fábrica de produtos químicos causam pânico em Basileia, na Suíça ■ Harru Belafonte, Sidney Poitier, Jane Fonda e Marlon Brando preparam filme sobre Nelson Mandela ■ Termina em festa internacional o Festival de Gastronomia de Santarém, com convidados espanhóis, soviéticos e búlgaros

3  
Segunda-feira

Reúnem delegações do PCP e do PS ■ Trabalhadores da Tabopan bloqueiam estrada Porto-Vila Real reivindicando o pagamento dos salários em atraso ■ Após reunião do «Conselho de Concertação Social», que se mostrou satisfeito com o aumento dos contratos a prazo em 1986, o ministro do Trabalho afirma que «o conceito de pleno emprego está ultrapassado» ■ Joaquim Chissano é eleito Presidente da Fretilim e de Moçambi-



que ■ Uruguai e Brasil reafirmam apoio à Argentina na questão das Malvinas ■ Donald Regan, secretário-geral da Casa Branca, admite possibilidade de ataque dos EUA à Síria ■ População do Soweto boicota circulação de autocarros, protestando contra aumento das tarifas ■ EUA elegem um terço do Senado, a Câmara de Representantes e 36 governadores de estado.

4  
Terça-feira

Inicia-se a terceira sessão legislativa da Assembleia Regional da Madeira, com o PSD a impedir a aprovação de um voto de pesar pela morte de Samora Machel ■ De Janeiro a Agosto deste ano o défice comercial de Portugal com a CEE aumentou mais de 600 por cento ■ Mais de metade dos trabalhadores da construção civil são contratados a prazo e 70 por cento têm trabalho precário, denuncia a Federação sindical da Construção, Madeiras e Mármoreos ■ Presidente da República inaugura colóquio sobre o «Estado Novo» na Fundação Gulbenkian ■ Inicia-se em Viena a terceira fase da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa; à margem desta iniciativa reunir-se-ão George Shultz e Eduard Chevardnadze ■ UNESCO faz 40 anos.

Tiragem média do mês de Setembro: 30 213

# Semana

**Avante!**

Ano 56 — Série VII  
N.º 671

6 de Novembro de 1986

2.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## A Inter decide contra o alarmante crescimento do desemprego

Os dirigentes da CGTP, que se reuniram recentemente com o chefe do Governo sem resultados visíveis, divulgaram na sexta-feira as decisões da reunião do Conselho Nacional que elegeu o seu Secretariado e constatou «um intenso agravamento dos problemas dos trabalhadores». Apesar de a conjuntura financeira «permanecer altamente favorável», a actuação do Governo continua, no entender dos dirigentes da Central, a promover «o alarmante crescimento do desemprego e das formas de trabalho precário». Para «inverter esta situação», o Conselho Nacional da CGTP-IN considerou «essencial» a luta pelos objectivos concretos enunciados na recente «plataforma reivindicativa para uma política de rendimentos» recentemente apresentada pela Central e à qual o «Avante!» se tem referido em edições anteriores.

(Ver Pág. 4)



# Almada: vitória!

Há vitórias eleitorais que não se discutem, de tão significativas que são. É o caso dos resultados do escrutínio realizado no passado domingo no Concelho de Almada, onde a APU conquistou, nem mais nem menos, que **todas** as Juntas de Freguesia em disputa (e eram oito!), com maioria absoluta em cinco delas e relativa nas três restantes (onde mesmo assim ficou à beirinha — à escassa distância de dezena e tal de votos — da maioria absoluta). E não foram umas eleições quaisquer: para elas estavam inscritos 112 180 eleitores — o que é muito mais gente que a que **habita** a maioria das cidades portuguesas — e nelas foram postos à prova os perfis político-partidários das forças em presença: de um lado a Aliança Povo Unido, largamente maioritária no concelho e com um passivo de trabalho realizado que justamente lhe granjeou o respeito e o carinho das populações, do outro o PS e o PSD que, unidos num visceral anticomunismo, se afundaram na calúnia e na chicana política (o PRD e a UDP também concorreram — o primeiro apenas em Cacilhas e Laranjeiro — com uma inexpressividade de resultados

que confirmaram a inutilidade das suas candidaturas).

Mas se esta vitória da APU, pela sua expressividade, não consente discussão, o mesmo não se dirá das **derrotas** averbadas por quem se assumiu, em campanha eleitoral sem princípios, não como adversário, mas como inimigo. Do próprio concelho, tal foi o galope demagógico em que se lançaram PS e PSD, com chilreante assessoria da UDP.

Os resultados falam por si: vitória em toda a linha da APU, com uma percentagem de votação que superou PS e PSD juntos, o que significou também a vitória da clareza, honestidade e competência sobre a demagogia, a calúnia e a arruaça política.

As campanhas sobretudo do PSD (com o PS a «alinhar») e a UDP a dar uma ajudinha) ganharam contornos de verdadeiro escândalo político. Acompanhadas por uma incrível onda de boatos (onde se propagavam coisas tão delirantes como a de o presidente da Câmara APU, José Vieira, estar «preso» por corrupção!), essas «jornadas» de propaganda eleitoral não apresentaram uma proposta que se visse, não conseguiram organizar comícios, en-

contros, debates, não se preocuparam em contactos directos com a população para discussão dos seus problemas: tudo foi feito à base de propaganda sonora destilando mentiras, insultos, provocações e explicitando os seus verdadeiros objectivos políticos numa frase lapidar: «**Temos de derrubar a APU!**». A resposta do eleitorado foi, também aqui, contundente, ao atirar pelo cano da derrota tal tipo de «argumentação» eleitoral.

Outra nota a reter sobre o comportamento da «oposição» à APU no Concelho de Almada refere-se à aliança (surpreendida em «flagrante delito...») entre o PS e o PSD, com este último, mais uma vez, a beneficiar à custa das cedências do primeiro. A UDP entrou na jogada, e foi vê-los, muito coordenados, a conjugar esforços em três freguesias, numa partilha antecipada e muito, excessivamente, prematura: Cacilhas para o PS, Sobreira para o PSD, Pragal para a UDP... O anticomunismo primário (não há outro nome) e a calúnia vergonhosa forneceram matéria à «argumentação» eleitoral.

Só que nada disso chegou, e nem nas três referidas frentes de ataque o PS, o PSD e a UDP

conseguiram os seus objectivos mínimos (aliás máximos, pois nenhum deles se atreveu a sonhar mais alto). A derrota soterrou-lhes as ambições e deu matéria bastante a qualquer deles para importantes reflexões: ao PS, demonstrando-lhe mais uma vez que não é a trilhar o anticomunismo e a aliar-se à direita que sai do poço de descrédito onde se meteu; ao PSD, mostrando-lhe que não há demagogia que valha nem mentiras que sirvam para desacreditar quem tem uma folha limpa de trabalho e competência — a APU — nem para recuperar a imagem de um partido suporte de um Governo que é uma calamidade nacional.

Por isso, a vitória da APU não pode ser discutida: ela foi espectacularmente incisiva em três frentes: na sua expressão numérica, na confirmação de um prestígio crescente e a toda a prova, no esmagamento da demagogia, da mentira e do reaccionarismo. «Venham de onde vierem», como diria qualquer pomposo membro do séquito governamental de Cavaco Silva...

■ HC

problemas da paz e do socialismo  
**revista internacional**  
revista dos partidos comunistas e operários

Leia neste número

**ÁFRICA TROPICAL  
como sair da crise**

Resenha dos materiais apresentados na mesa-redonda, realizada em Dacar, sobre «O desenvolvimento actual em África e os problemas da democracia»



Poder Local

Almada

## À mesa com os presidentes

### Uma confissão inquietante

Que Mota Amaral haja «cruzado caminhos» com a FLA não espanta ninguém. Há mesmo quem diga, nos Açores e no continente, que o separatismo no arquipélago é João Bosco e o PPD e que a FLA, com um obscuro livreiro à sua frente, é apenas a guarda avançada desse separatismo, com o seu folclore arruaceiro e bombista. No seu trono, seráfico, Mota Amaral puxaria fios invisíveis, à medida das suas ambições — e servidões aos Estados Unidos —, à medida que lhe corriam bem, ou mal, os negócios de uma autonomia que ele e o seu PPD têm obstinadamente tentado perverter. De vez em quando o separatismo vem ao de cima, outras vezes amansa. Os açorianos nada têm a ver com isso — continuam a trabalhar e a tentar sacudir o jugo feudal do PPD e dos seus baronetes do arquipélago. O novo «surto» separatista, que estalou a propósito de nova tentativa da perversão da autonomia, quando o PPD procurou içar mais alto que a bandeira nacional os símbolos que escolheu para representar o arquipélago, não espantou ninguém, continuou apenas a indignar todos — portugueses continentais ou ilhéus.

O que vem agora surpreender na atitude beata de Mota Amaral, é a sua confissão aberta e pública, longe dos sussurros e da meia luz onde se desenrolam as suas amizades, de que «cruzou caminhos» com a FLA.

Atitude surpreendente, que deve ter muito que se lhe diga. Surpreende menos, entretanto, que na confissão João Bosco tenha procurado parceiros de pecado, acusando aqui e além algumas figuras proeminentes de terem prevaricado também. E não espanta — mas inquieta — que o seráfico presidente do PPD açoriano, que é presidente de um Governo Regional, que é membro do Conselho de Estado, tenha procurado, no afã de se justificar, que tal cruzar de caminhos se deu «entre Maio de 1975 e 11 de Novembro de 1975», período em que, admitiu ele, participou na redacção dos «princípios programáticos» dos separatistas.

Que hoje não, diz ele. Porque «estão longe as exigências revolucionárias do Verão quente de 1975»... Mas que em 1984 também sim... Para João Bosco Mota Amaral, que afirma não conspirar às escondidas — admitindo que o faz às claras —, isto do patriotismo é uma coisa conjuntural, como a anedota do casa-separa, casa-separa. Se em 1975 o Verão era quente, este barão PPD deitava o patriotismo às malvas; com o aproximar do frio, subiam-lhe à cabeça os fogos da Pátria; em 1984, o seu patriotismo desceu no termómetro. É o que ele tem dito por aí. Uma confissão inquietante.

Como se sabe, as eleições autárquicas realizadas no passado domingo no Concelho de Almada resultaram da criação de cinco novas Freguesias (Cacilhas, Laranjeiro, Pragal, Sobreda e Charneca) por decisão da Assembleia da República sobre proposta do PCP. O escrutínio envolveu as cinco novas autarquias e as três Freguesias de origem — Almada, Cova da Piedade e Caparica. A proposta do PCP na AR propunha ainda a criação de uma outra Freguesia — o Feijó — que o PS inviabilizou, por razões eleitoralistas. São conhecidos os resultados: a APU obteve uma brilhante vitória conquistando a maioria em todas elas, que foi absoluta em cinco e esteve à beira disso em duas das três restantes, Pragal e Sobreda (à distância de pouco mais de 10 votos, em ambos os casos). Ainda no rescaldo dos resultados, encontrámo-nos com o presidente da CM de Almada, José Vieira, e com os cabeças de lista da APU (e futuros presidentes de todas as Juntas agora disputadas), a quem pedimos uns breves comentários sobre a campanha, tanto da APU como das outras forças concorrentes. O resto veio por «arrastamento», na conversa.

**Emília Lídia** (Freguesia de Almada) — A campanha da APU não foi muito intensa, dado que as eleições locais têm necessariamente menos impacto que as gerais, mas considerámo-la boa. A elevada margem de abstenção (55%) — que, de qualquer modo está abaixo da média da generalidade das eleições intercalares — explica-se um bocado aí, embora houvesse outros factores a influenciar, nomeadamente a natural confusão gerada com os eleitores a saírem de uma Freguesia para outra, a necessidade de levantar novos cartões, a falta de informação na Comunicação Social, alguma desmobilização por excesso de confiança na vitória, etc. De qualquer forma foi uma grande vitória — tão significativa que as outras forças, após uma campanha extremamente ruidosa (e insultuosa, no que toca principalmente ao PSD) não tiveram qualquer reacção. Um pormenor curioso: houve conhecidos membros do PS e do PSD que, antes das eleições, foram à Junta dizer: «Nas presidenciais e nas legislativas votamos nos nossos partidos, mas aqui vamos votar em vocês, que têm feito um bom trabalho».

**António Belo** (Cova da Piedade): Esta Freguesia tem qualquer coisa como 55 000 eleitores, pelo que, na criação de novas autarquias, surgiram enormes dificuldades devidas à ridícula descentralização de verbas feitas pelo Governo para a instalação dos novos órgãos. Além disso a Cova da Piedade é um baluarte democrático, o que cria responsabilidades. Pois a resposta foi magnífica: reforçou-se a maioria absoluta, aumentaram-se os mandatos de 10 para 11 e esta vitória demonstra a satisfação da população com o trabalho das autarquias do Concelho. Quanto à oposição, mal se viu, aqui.

**Bento Carrascal** (Sobreda): Voltando às comissões instaladoras para as novas Freguesias, referidas pelo António Belo, recordo que o Governo atribuiu a cada uma 500 contos! É um escândalo, tal verba quase não dá para os selos. Acabou por ser a Câmara — ela própria espoliada das verbas a que tem direito — a ter de acorrer à situação, de que o Poder Central se alheou por completo. Quanto à Sobreda, foi uma Freguesia onde o PSD apostou forte, com 10 dias consecutivos de campanha intensa, toda à base de grandes meios materiais e à mistura com provo-

cações, nomeadamente o arrancar de panos da APU e o atroar de difamações. Montámos, em plena praça pública, no bairro onde eles julgavam ter a maioria, instalações sonoras para que eles ali fossem provar as tais «corrupções» de que acusavam a APU. Ninguém apareceu. Quanto ao PS e à UDP, também não puseram lá os pés, para dar «campo» ao amigo PSD... Uma nota: todos eles marcaram salas para sessões e não realizaram uma única!

**Bento Rações** (Caparica): A Caparica tem tido sempre um eleitorado estável, que vota APU pelo prestígio de que esta goza entre as populações. A nossa

miseráveis 500 contos que o Governo «descentralizou» para se montar uma nova Junta! Resultado: vieram por aí abaixo e acabaram por ter uma votação inferior ao PSD.

**José Luís Leitão** (Pragal): A oposição não estava à altura de enfrentar a APU. Em oito Freguesias só apontaram baterias em três, que tacitamente «distribuíram» entre eles (PS, PSD e UDP). O Pragal estava «destinado» à UDP, que fez por lá um chinfrim dos diabos, fazendo promessas a torto e a direito e mobilizando todas as energias (o maior Tomé, agora que não pode ir ao parlamento, parece já contentar-se com o Pragal...). Subiram um bocado (de 88 para 300 e tal votos), enquanto o nosso eleitorado, num excesso de confiança de que há que colher ensinamentos, se desleixou e deixou passar a maioria absoluta por... 17 votos! A UDP meteu a sua lança em África ao obter dois mandatos, enquanto o PS e o PSD (que mal apareceram, para dar lugar aos «amigos» esquerdistas) perderam 20% das suas votações.

**Diamantino Silva** (Laranjeiro): Esta é agora a maior Freguesia do Concelho em eleitorado: 27 000. O PCP havia proposto que se formasse aqui uma terceira Freguesia — a do Feijó — mas o PS impediu-o, na Assembleia da República. Devia temer mais uma autarquia APU... Entretanto, com as verbas para

rua, privilegiando o contacto directo e o porta-a-porta. E a vitória aconteceu, como esperávamos, enquanto o PS se entretinha a reivindicar um farol novo, para decoração, se apoiava na direcção dos Bombeiros (o que causou mal-estar entre a corporação) e fazia sair comunicados difamatórios e anticomunistas do pior. A tão ansiada vitória acabaria por lhes cair em cima como estrondosa derrota!

### «As populações provaram...»

José Vieira, presidente da Câmara Municipal de Almada, esteve presente no nosso encontro com os novos presidentes de Junta das oito Freguesias no domingo passado sujeitas a eleições. Transcrevemos o breve depoimento que nos deu, após se rir dos incríveis (e vergonhosos) boatos que a seu respeito foram espalhados no Concelho (um deles dava-o, inclusivamente, como preso por fraudes e burlas diversas, enquanto outros lhe atribuíam um harém ou o declaravam «fugido» sabe-se lá porquê!!!).

Por nossa parte, sempre considerámos como possível e lógica a vitória em todas as Freguesias em escrutínio, dado o trabalho realizado (e que está à vista de todos) e à experiência e provas dadas da maioria esmagadora dos nossos candidatos. Os resultados só vieram confirmar o que esperávamos.

Estas eleições, tendo em conta o trabalho futuro, apontam para a continuidade do nosso trabalho autárquico, que se caracteriza pela abertura democrática (toda a gente tem pelouros e responsabilidades, seja de que partido for, o que explica que 98% das deliberações em reuniões de Câmara sejam tomadas por unanimidade). As pessoas dos outros partidos que estão ligadas ao trabalho autárquico nunca entrariam na chicana e na difamação disparada que alguns indivíduos trouxeram para aqui, em nome dos mesmos partidos e a coberto da campanha eleitoral.

Quanto à abstenção, para além das causas já aqui referidas, há que sublinhar uma — o silêncio da Comunicação Social acerca destas eleições. Para se ter uma ideia até onde se chegou, basta dizer que tivemos de fazer publicidade paga...

Entretanto a Câmara, no seu Plano de Actividades para 1987 (que está em «borrão»), já previu a situação criada pelas novas autarquias, criando os instrumentos necessários para um trabalho tranquilo em cada uma delas.

Uma nota final: o Governo de Cavaco Silva tem feito uma autêntica barragem de propaganda e vai ao ponto de fabricar sondagens. As populações de Almada provaram não estar nada de acordo com os autoelogios do Governo, que, cada dia que passa, agrava os problemas nacionais. Que não são graves apenas no distrito de Setúbal, mas já em praticamente todo o território nacional.



Da esquerda para a direita: Emília Lídia (Almada), António Belo (Cova da Piedade), Bento Carrascal (Sobreda), Bento Rações (Caparica), José Vieira (presidente da CMA), Abraúil Augusto (Charneca de Caparica), José Luís Leitão (Pragal), Diamantino Silva (Laranjeiro) e Duarte Ferreira (Cacilhas)

campanha privilegiou o contacto directo com as pessoas, enquanto os outros se limitaram a sortidas nocturnas, em carros, atirando papéis à rua. A UDP acrescentou uma «originalidade»: desatou a procurar convencer as pessoas que a autarquia tinha a obrigação de subsidiar as rendas das pessoas carecidas, e se a APU o não fazia era porque... «não queria saber dos trabalhadores!» A resposta que teve foi um por cento de votos... Quanto à vitória da APU em Sobreda (que ficou a 11 votos da maioria absoluta), deve-se, naturalmente, ao trabalho realizado pela Câmara e a antiga Junta, que já solucionou todos os problemas básicos.

**Abraúil Augusto** (Charneca da Caparica): Fizemos uma campanha dinâmica, alegre, realista, que ninguém pôde contestar. Entretanto o PS já cantava vitória, alinhando a fundo na calúnia. Chegou ao ponto de acusar a APU de gastar dinheiro da comissão instaladora para a campanha, quando eles próprios estavam também na referida comissão e bem sabiam (e também decidiam) para onde iam os

aqui descentralizadas pelo Governo, nem o processo burocrático da instalação tinhamos conseguido terminar. Valeu-nos, é claro, a Junta antiga e a Câmara, mas é escandaloso (e ilegal) que seja esta a suportar tais despesas. A nossa campanha foi de esclarecimento e de continuação do trabalho, sobejamente conhecido das populações. A UDP pôs-se também aqui a meter a Câmara e o Governo no mesmo saco (e a exigir disparates como «subsídio da Junta para todos os desempregados»), enquanto o PS e o PSD se entregavam a demagogias sortidas. Todos tiveram a resposta merecida. Quanto ao PRD, que concorreu aqui e em Cacilhas, desceu, o que confirmou a justiça do apelo da APU no sentido da sua desistência (tal como se fez com a UDP).

**Duarte Ferreira** (Cacilhas): Esta era a Freguesia que apresentava mais dificuldades. A APU apostou numa lista forte, com pessoas prestigiadas, e avançou um programa não demagógico, mas de trabalho. Nestas condições tivemos permanentemente sete candidatos na

Trabalhadores

Sector metalúrgico e mineiro

# Despedimentos e degradação

Ao mesmo tempo que a MDF (Metalúrgica Duarte Ferreira) voltava à ordem do dia com um novo processo de despedimentos, a delegação de Viseu do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte recordava o encerramento das minas de Tarouca e uma série de outras explorações do ramo onde o regulamento de higiene e segurança não é aplicado, incluindo a Empresa Nacional de Urânio (ENU).

Nesta empresa pública, tutelada pelo Ministério da Indústria e Energia não há um enfermeiro permanente, faltam chuveiros para casos de queimaduras de ácido, parte de algumas instalações caem de podres, não há serviço radiológico, e de uma ambulância nem se ouve falar.

No entanto, a ENU é a mina de maior dimensão do distrito,

onde se torna indispensável a aplicação daquele regulamento de higiene e segurança aprovado há dois anos, mas por aplicar em todo o lado.

A Federação sindical do sector (FSMMMP), várias vezes, e utilizando mesmo formas de luta, tem reclamado sempre a aplicação do regulamento num sector

onde continua a haver numerosos acidentes de trabalho.

Muitos desses acidentes foram mortais, recorda a delegação sindical dos mineiros do Norte, com sede na Urgeiriça.

Segundo a delegação, a falta das condições mínimas que o regulamento prevê não afecta apenas os trabalhadores. Afecta também a segurança das próprias populações das zonas onde há explorações mineiras. É entre outros o caso da ENU.

O telex da delegação, no dia 29, sublinha ainda que a falta de aplicação das normas de higiene e de segurança se fazem sentir sobretudo em **Bejanca, Carolinos, Felmica e Penalca**, «onde por falta de botas de borracha os

trabalhadores passam os dias com os pés encharcados em lama».

## As prioridades ministeriais

Os ministérios do Trabalho e da Indústria e Energia, aos quais compete a fiscalização das condições em que trabalham os mineiros, são acusados de não dar prioridade a isso, mas sim à «entrega de volumosas quantias às transnacionais (ou multinacionais) do sector para destruir postos de trabalho, como vem acontecendo com as minas de estanho e volfrâmio do Norte e Centro do País».

A delegação sindical, além do encerramento das minas de Tarouca, sublinha que «se verifica agora uma redução dos postos de trabalho nas minas de menor dimensão, através do despedimento de trabalhadores contratados a prazo e não só. Assim foi nas minas de Quintela e Bejanca», acrescenta a delegação.

Naturalmente preocupada com o que se passa no distrito e no seu ramo, a delegação afirma que «os trabalhadores do sector mineiro no distrito de Viseu vêem as suas condições de vida e de trabalho degradarem-se em cada dia que passa».

Recorde-se que entretanto continua encerrada a exploração mineira da **Borralha**.

O Secretariado da Célula do PCP neste último local de trabalho, onde não foram pagos os salários e retroactivos em atraso, protesta por sua vez contra a degradação verificada na mina, «devido à inexistência de manutenção capaz, que garanta as condições mínimas de segurança para a sua reabertura».

Mas num apelo aos mineiros é a população da **Borralha**, o Secretariado, reconhecendo embora a incerteza da situação, afirma que «nenhum trabalhador deve aceitar a rescisão do contrato», unindo esforços para a adopção de formas de luta para a reabertura da mina e o pagamento dos atrasados.

## A MDF outra vez

A MDF, com fábrica no Tramagal, volta a ser alvo de uma tentativa de despedimento colectivo.

Recorde-se que esta empresa, depois que foi entregue novamente à «iniciativa privada» nunca mais deixou de despedir ou fazer por isso.

Afirmam as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) do Tramagal que «a administração, ao anunciar novos despedimentos, mais não pretende que repetir o processo levado a cabo em 1985».

ANO SINDICAL DO CENTENÁRIO DO 1.º DE MAIO - 1886/1986

# o metalúrgico

ÓRGÃO DA FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA METALURGIA, METALMECÂNICA E MINAS DE PORTUGAL FSMMMP/CGTP-IN

## Agravam-se os problemas

na siderurgia, minas, naval, metalomecânica e automóvel

Para os trabalhadores a solução é:  
 Uma política de desenvolvimento económico independente  
 Renegociação dos acordos com a CEE  
 Uma alternativa democrática a esta política e a este Governo

Capa do número mais recente do órgão central dos metalúrgicos. O Governo como intermediário da CEE

No ano passado, os patrões da MDF obtiveram, recordam as ORT's, «chorudos apoios financeiros (320 mil contos) da banca, desconhecendo-se ainda hoje (o telex é do dia 31) como e onde foi utilizada parte significativa do referido valor».

Os trabalhadores da MDF decidiram em plenário «exigir que o poder político tome todas as medidas necessárias à viabilização da empresa e manutenção dos seus postos de trabalho».

As ORT's recordam que o Governo Cavaco prorrogou o prazo da «situação económica difícil» até 7 de Março de 1987 e decidiu «sujeitar a viabilização

da empresa ao desenvolvimento da região».

Pelos vistos, até agora, nem uma coisa, nem outra. A administração, entretanto, ameaça pagar apenas parte dos salários, e «voltou à ordem do dia a rotura económica e financeira» que a empresa enfrenta há anos, «fruto de uma gestão ruínosa e da incapacidade do poder político na tomada de medidas adequadas», referem as ORT's.

Os trabalhadores estão dispostos a impedir mais despedimentos na MDF, que «não tem nem nunca teve trabalhadores a mais; o que não tem é gestores competentes».

# Esclarecimento sobre a Divor

Num esclarecimento sobre o pagamento de salários em atraso na Cooperativa do Divor, a União dos Sindicatos de Évora (USE) considera que um anterior comunicado não foi «devidamente explícito» (ver a rubrica **Lutas e Tarefas** nesta edição) pelo que o rectificamos, informando nomeadamente que «muito embora os trabalhadores da Divor já tenham recebido parte dos salários em atraso (até 16 de Dezembro de 1985), vieram agora e de acordo com a publicação do despacho 34/85 (requerido pe-

los trabalhadores e pelos sindicatos) a receber um subsídio mensal por conta dos salários em atraso desde a data da desintervenção». A empresa era anteriormente intervencionada pelo Estado. Apesar de verem «minimizadas os nefastos efeitos dos salários em atraso» — sublinha a USE — os trabalhadores da Divor continuam com salários por pagar. O subsídio não repõe a sua totalidade.

O telex da USE, com o esclarecimento sumariado acima, tem a data de 3 do corrente.

FRIEDRICH ENGELS

A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

# LUTAS E TAREFAS

## Atrasados: 600 mil contos em Aveiro

A par de actos repressivos e «forte coacção sobre os trabalhadores», a União dos Sindicatos de Aveiro, estrutura intermédia da CGTP-IN, revela a existência de «mais de 600 mil contos de salários em atraso» naquele distrito, afectando 2218 trabalhadores de 24 empresas. A USA, que contesta os números oficiais sobre desemprego no distrito (23 806) convocou um plenário distrital de dirigentes, delegados, activistas sindicais e membros das comissões de trabalhadores para repor a verdade sobre os dados estatísticos referentes ao distrito de Aveiro. A USA pediu entretanto audiências a vários órgãos do Governo, ao governador civil e aos grupos parlamentares.

## Gráficos de Viseu nem os mínimos recebem

Os salários mínimos do contrato dos gráficos não são pagos a trabalhadores desse sector no distrito de Viseu. A associação patronal, embora tenha subscrito a tabela, não a aplica, autorizando que sejam discriminados trabalhadores dentro da mesma empresa. O sindicato diligência para que essas e outras anomalias, incluindo remunerações em atraso, desapareçam completamente.

## Pagamento dos salários na Divor

Os trabalhadores da **Cooperativa Agrícola do Divor**, que lutaram pelo pagamento dos salários em atraso (doze meses) conseguiram finalmente recebê-los com o apoio da sua comissão intersindical e da União dos Sindicatos de Évora. Segundo a USE, o Estado acabou por assumir os seus compromissos e os trabalhadores continuam dispostos a prosseguir a luta pela viabilização económica da Cooperativa.

## Vitória na Cavan

A União dos Sindicatos de Vila Real considera «uma grande vitória dos trabalhadores» o facto de a Secretaria de Estado do Emprego ter indeferido o requerimento da empresa **Cavan**, que pretendia efectuar um despedimento colectivo de 19 trabalhadores.

Recorda a USVAR que a luta é decisiva para resolver este tipo de problemas, e cita como exemplo os trabalhadores da **Cavan**. A União sindical daquele distrito transmontano protestava entretanto contra os 50 despedimentos que a **Sogrape**, firma de exportação de vinhos que «teve sempre lucros fabulosos», tentava concretizar na freguesia de Mateus, concelho de Vila Real.

## Encontro no sábado em Vila Viçosa

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Construção Civil, Mármore e Madeiras do Alentejo, que abrange os distritos de Beja e Portalegre, promove depois de amanhã, sábado, com início às 9 e 30, no Cine-Teatro de Vila Viçosa o 1.º Encontro sobre Higiene e Segurança no Trabalho que se efectua na região.

## Despedimentos: Entre 1500 a 2000 num estabelecimento do Estado

Para os perto de dois mil trabalhadores da INDEP — Indústrias de Defesa, com instalações nos Olivais e em Braço de Prata, que no domingo se manifestaram em frente ao Ministério da Defesa, a administração tutelada por aquele ministério do Governo Cavaco pretende destruir entre 1500 e 2000 postos de trabalho. Uma delegação de trabalhadores da INDEP dirigiu-se depois para as instalações da RTP na Avenida 5 de Outubro, em Lisboa, a fim de exporem as suas preocupações e lutas pela viabilização da empresa com todos os seus postos de trabalho, acabando com a instabilidade social, criada na INDEP, propícia aos despedimentos.

Trabalhadores

## Coimbra

## 20 MIL DESEMPREGADOS

## ■ MEIO MILHÃO DE DÍVIDAS

Vinte mil desempregados, só no distrito de Coimbra, foi o total divulgado no recente Congresso da União dos Sindicatos daquela região onde residem 436 mil pessoas. Uma percentagem superior a 20 por cento.

As dívidas das empresas por salários em atraso atingem dois mil trabalhadores e somam meio milhão de contos.

Em meados do Verão passado, só 3827 desempregados do distrito de Coimbra recebiam subsídios, ou seguro devido a essa situação.

Mais de meia centena de locais de trabalho tem em curso despedimentos colectivos, encerraram, paralisaram ou estão ameaçados pela falência.

Proporções escandalosas atinge, segundo a União dos Sindicatos de Coimbra, o trabalho precário. Na fábrica de bolachas Rebeca, por exemplo, quase todos os trabalhadores estão a prazo.

Sem as mínimas condições de higiene e segurança, alastra nos concelhos de Coimbra e Figueira da Foz o trabalho à hora nos centros comerciais.

Porto  
Ilegalidades  
com contratados  
na Função Pública

No Porto, onde a Coordenadora das Comissões de Trabalhadores prepara para 4 de Dezembro o 5.º Encontro Regional, o Sindicato dos Trabalhadores

da Função Pública destaca, entre ilegalidades e prepotências exercidas quanto a contratos a prazo, alguns casos graves da responsabilidade do Ministério da Educação.

Elementos da vigilância em escolas dependentes daquele Ministério, depois de admitidos por concurso, foram despedidos

Greve hoje  
em serviços  
universitários  
de Lisboa

Decidida em plenário e aprovada por unanimidade em 30 de Outubro findo na cantina velha da cidade universitária, decorre hoje uma greve dos trabalhadores dos serviços sociais das Universidades de Lisboa.

após o período crítico da abertura das aulas.

Os serviços do Ministério da Educação alegam «erro» na admissão dos guardas e não querem pagar-lhes — como exige o Sindicato — o tempo de serviço prestado.

Em situação idêntica encontram-se ajudantes de cozinha, que foram admitidas sem exigência de «carteira profissional». Agora teriam que apresentá-la para manterem os postos de trabalho a prazo, abertos pelo mesmo Ministério da Educação.

● Porto e Lisboa:  
ilegalidades  
na Função Pública

Esta forma de luta, cujo pré-aviso foi entregue pelo Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores, destinou-se a protestar contra «o atraso injustificado na publicação dos decretos regulamentares» que deverão integrar aqueles trabalhadores na Função Pública.

O Sindicato, que marcou novas greves para os dias 19 e 20, caso o Governo não faça publicar os decretos, afirma também que a greve de hoje será acompanhada por concentrações de trabalhadores «junto ao Mi-

nistério da Educação (Avenida 5 de Outubro) das 10 e 30 às 12 horas e frente à Secretaria de Estado do Orçamento (Praça do Comércio) das 14 e 30 às 16 horas».

(Mantinha-se entretanto no Centro Nacional de Pensões a ameaça sobre o emprego, assunto que trataremos com algum pormenor na próxima semana. A maioria dos trabalhadores do CNP está filiada no Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores.)

PCP

## Açores

Reuniões em Angra  
e S. Roque do Pico

Em Angra do Heroísmo (Terceira) e em S. Roque do Pico decorreram recentemente reuniões de quadros do PCP, em que também participaram os camaradas do Comité Central Bianqui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado, e José Decq Mota, responsável da DORAA.

Na reunião de Angra foi anun-

ciado que a campanha de recrutamento em curso na ilha Terceira desde 18 de Setembro último ultrapassou já os 24 por cento da meta geral.

Questões organizativas e políticas, a par das tarefas com a instalação do novo Centro de Trabalho do Partido, onde teve lugar a reunião, foram debatidas em S. Roque do Pico.

Assembleia  
em Castelo de Vide

A eleição da nova Comissão Concelhia do Partido (com uma média de idades na ordem dos 36 anos) foi um dos pontos altos da 1.ª Assembleia da Organização do PCP no concelho alentejano de Castelo de Vide.

Realizada no passado dia 1, a iniciativa apontou várias tarefas de envergadura para o reforço e dinamização do Partido neste concelho do distrito de Portalegre. A unidade e convergência dos democratas na actual situação política e social foi também tema em destaque no decorrer dos trabalhos.

Entre os participantes na Assembleia estava o camarada Diamantino Dias, do Comité Central, que usou da palavra, salientando, nomeadamente, a temática da Reforma Agrária.

Camarada Falecido

## José Gonçalves Gomes

Faleceu recentemente, na ilha das Flores, acometido de doença súbita, o camarada José Gonçalves Gomes, de 57 anos, ajudante de notário no concelho das Lajes.

Membro do Partido desde 1974, o camarada José Gomes pertencia, desde a sua criação, à Comissão da Ilha das Flores, do nosso Partido.

Entre 76 e 79 foi vereador, pela então FEPU, na Câmara Municipal das Lajes das Flores.

Actualmente era eleito pela APU na Assembleia Municipal.

Individualidade com grande prestígio na sua ilha, o camarada José Gomes foi, ainda, membro entre 81 e 83 do Conselho da Ilha das Flores, órgão de coordenação intermunicipal existente nas ilhas plurimunicipais.

Desde há um ano era presidente da Comissão Venatória das Flores.

Aos familiares, amigos e companheiros do comunista desaparecido, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

## CN da INTER

Activar a luta  
no plano social

Conforme se refere na primeira página deste caderno, o Conselho Nacional da CGTP-IN decidiu avançar com diversas lutas no sentido de inverter «o alarmante crescimento do desemprego» e da injustiça social.

Quanto à sua recente plataforma reivindicativa, além do salário mínimo nacional, impostos e outras matérias de carácter social, a Inter reivindica o aumento de 100 mil postos de trabalho no próximo ano e 45,6 por cento para a parte dos salários e outras remunerações dos trabalhadores no rendimento nacional em 1987.

a sobreexploração da mão-de-obra infantil e, entre outras anomalias condenáveis, o «desrespeito pelas convenções colectivas de trabalho» (contratos, acordos, cadernos reivindicativos, etc.) e pelo próprio direito à negociação colectiva, como se verifica notoriamente na função pública.

Jornadas de luta  
em Novembro

«Promover acções do sector empresarial do Estado por altura da discussão do Orçamento de Estado (OE) foi uma das decisões do Conselho Nacional, que marcou diversas jornadas de luta por todo o País.

A decorrer este mês, as jornadas foram anunciadas entre 3 e 8 para Braga e Lisboa; Aveiro de 10 a 15; Portalegre de 15 a 22; Faro e Porto de 23 a 30, com manifestação dia 29 nesta cidade (ver caixa).

Em Setúbal, Vila Real (Trás-os-Montes) e distritos da Reforma Agrária haverá vigílias no próximo dia 21.

Neste último dia, uma sexta-feira, a Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP reúne-se em Évora. Será a sua primeira reunião depois das decisões tomadas pelo Conselho Nacional na passada sexta-feira.

O Plenário Nacional de Sindicatos reúne-se, por sua vez, no próximo dia 14 em Lisboa.

Conferências  
Regionais

O Conselho Nacional do dia 31 apreciou os trabalhos preparatórios das Conferências Regionais sobre Emprego/Desemprego e, a par do mau Governo sublinhou «a impunidade com que o patronato actua na mais escandalosa ilegalidade».

Aquele órgão dirigente da Central unitária referiu os salários em atraso, o recrutamento e

O colectivo dirigente da Central sindical unitária referiu também o «fracasso do anunciado objectivo de dinamização e modernização do aparelho produtivo nacional, associado a uma pertinaz ofensiva contra o sector empresarial do Estado e a Reforma Agrária».

Na audiência com Cavaco Silva, que durou mais de duas horas no dia 28 do mês passado, a delegação da CGTP-IN (Manuel Carvalho da Silva, Maria Emilia Reis e Ruben Rolo) verificou no final, segundo afirmou Carvalho da Silva, coordenador da Comissão Executiva, que «a progressiva degradação social», desde a última conversa com o Primeiro-Ministro em Março findo, «demonstra claramente o fracasso da política governativa», embora se espere que as posições defendidas pela CGTP-IN nessa audiência com o chefe do Governo possam ter algum eco em futuras medidas governamentais.

Para o seu Secretariado, o Conselho Nacional da Inter elegeu, na mesma reunião do passado dia 31, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Correia Lopes, José Luís Judas, Jerónimo Rodrigues e Rosa Maria Marques.

Pediram a adesão à Central mais cinco sindicatos, entre os quais três da Região Autónoma da Madeira.



## FICÇÃO CIENTÍFICA

Harry Harrison  
À Beira do Fim

Escritor prolífico, Harry Harrison conquistou um vasto público, cativado pela sua imaginação e pelo empenho que põe nos seus livros. A Caminho de Bolso revelou-o ao leitor português com «Universo Cativo» (n.º 11), que, como disse um crítico, «se lê com redobrado interesse à medida que se sucedem as páginas». Apresentamos agora este fascinante livro, vencedor do Prémio Nébulas, cujo título português é «A Beira do Fim». Narrado num ritmo imparável, levanta também algumas questões cruciais. E é caso para perguntar se o leitor concordará com o velho Solomon Kahn. Acha de facto que ele tem razão? Toda a razão? É certo que merece a nossa simpatia, mas... tem razão? Tal qual? Não perca este livro.

CAMINHO

Manifestação  
no Porto

O plenário de sindicatos do Porto convocou, na sua última reunião, uma manifestação na baixa desta cidade a realizar no próximo dia 29.

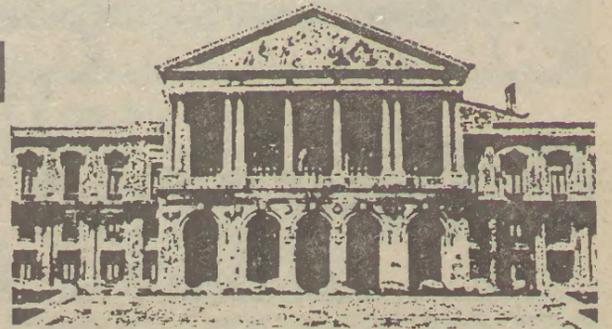
Os trabalhadores nortenhos desfilarão em defesa do sector público, pela defesa e segurança dos postos de trabalho, por melhores condições de vida e contra os salários em atraso e os despedimentos, exigindo a urgente concretização de uma política democrática, alternativa «ao nefasto Governo Cavaco Silva».

Segundo um comunicado emitido no final do plenário, «esta manifestação surge quando cresce o protesto contra o Governo minoritário do PSD, de que foi exemplo vivo a contestação que sofreu o primeiro-ministro, e a sua política, quando da sua recente deslocação à cidade do Porto».

Assembleia da República

# Melhorar o distrito de Lisboa utilizando bem o orçamento

— propõem deputados do PCP eleitos por este círculo



Que Lisboa não é coisa boa sabem-no os alfacinhas e todos os que vivem no distrito da capital. Prova disso — entre muitas outras — os números que Octávio Pato forneceu durante uma conferência de Imprensa dos deputados do PCP por Lisboa realizada na quinta-feira passada no Centro de Trabalho Vitória.

No distrito de Lisboa — recordou — estão localizados um quinto dos desempregados do país e existem 300 empresas com salários em atraso.

O encontro com os órgãos de informação teve por finalidade dar a conhecer as propostas do PCP para a resolução dos graves problemas do distrito de Lisboa, no quadro do trabalho preparatório do Orçamento do Estado para 1987, em curso na Assembleia da República.

No entanto, o que sucede é que a Proposta de Lei do Orçamento do Estado, recentemente apresentado pelo Governo, não dá resposta e adia a solução das mais importantes carências que afectam a população de Lisboa.

Os principais problemas com que o distrito se debate (o que não significa que não existam carências graves em todo o país, mas esta iniciativa procurou abranger apenas o distrito de Lisboa) localizam-se nas áreas da habitação, saúde, ensino, ambiente, rede viária, transportes e ainda nas áreas do domínio económico e social.

## Que fazer?

Considerado urgente foi — já que ninguém tem a pretensão de

resolver os problemas todos de um dia para o outro —, no domínio da saúde, a construção de dois hospitais distritais e de centros de saúde; promover a melhoria da qualidade dos serviços públicos de transporte, dos acessos e vias de comunicação; promover a construção de novos equipamentos escolares com o objectivo de melhorar as condições do ensino; encarar medidas para a despoluição do Tejo, para a melhoria da qualidade e da quantidade da água fornecida e para a plena concretização do plano de defesa contra as cheias e ainda a preservação do património natural e florestal do distrito; no domínio da habitação, a concretização de programas de apoio à habitação social e cooperativa e à recuperação e reconversão de bairros clandestinos e a implementação de programas de renovação urbana.

E uma pergunta se coloca: pretende o PCP conseguir tudo isto à custa do aumento do défice do Orçamento? À questão — pertinente — Octávio Teixeira foi

conciso quando referiu que tal não seria necessário, pois o défice do Orçamento que agora se vai discutir está sobreavaliado, porque já vem sobreavaliado de 1986.

E permitimo-nos um aparte: sobreavaliado porque as despesas são calculadas por excesso, isto é, são inscritas verbas que se sabe não serão gastas nesse ano, mas sim em vários anos. E sobre isto Octávio Teixeira referiu que o PIDDAC (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) de 1986 não ultrapassou os 70 por cento das verbas inscritas. Em contrapartida, acrescentou ainda, as receitas são subavaliadas, ou seja, sabe-se que se vai receber uma quantia e inscreve-se um valor muito inferior.

Quando o negócio é números e o Governo é eleitoralista e demagógico, muitas tralhalices são possíveis. Mas Octávio Teixeira acrescentou ainda que para levar a cabo as iniciativas propostas não seria necessário aumentar a carga fiscal, o que haveria a fazer, isso sim, era uma redistribuição da carga fiscal e citou o exemplo de grandes empresas isentas de tributação.

Que não venha pois o Governo dizer que o PCP pretende aumentar o défice. As propostas são viáveis, basta que haja interesse em resolver os problemas das populações e lisura na elaboração do Orçamento.

gueu o centro comercial. Tudo ficou na mesma ou ainda pior.

Considera indispensável o PCP, neste domínio, o reforço das indemnizações compensatórias e dos investimentos nas empresas públicas de transportes; a adopção de medidas para garantia da segurança na circulação ferroviária; o início imediato das obras na linha da cintura, em especial no troço entre a Cruz da Pedra e o novo terminal do Rego; e a implementação da Comunidade de Transportes da Região de Lisboa, com a participação dos operadores, das autarquias e das populações, que permita uma gestão integrada de toda a rede de transportes.

## Cobrador fiscal — a EPAL

No domínio do ensino, a nível distrital, continuavam sem aulas, quando a conferência se realizou, cerca de 9000 alunos. Esta situação de ruptura resolve-se com a construção de mais estabelecimentos escolares, mas também com o reforço das verbas para a acção social escolar. O ensino é obrigatório, mas, recorde-se, é também obrigatório desembolsar em cada Outubro verbas incoportáveis para o orçamento familiar, para além do que pinga todos os meses.

Quanto ao escândalo da proliferação das universidades privadas, muitas das quais a funcionar em Lisboa, foi divulgado que o PCP propusera já na AR o agendamento urgente da ratificação do decreto-lei que permite essa proliferação.

A defesa do ambiente no distrito também está no objectivo do PCP. Ele é o estuário do Tejo, transformado num caneiro infecto a precisar da construção de um interceptor de esgotos.

E aqui um parêntesis: defende o PCP a revogação da tarifa de saneamento paga pela população de Lisboa; mas no recibo da EPAL uma outra tarifa pertence também à CML — 5\$20 por cada metro cúbico de água consumida e que se destina a pagar a água que a Câmara gasta nos jardins, lavagem de ruas e de contentores e para outros fins. Ou seja, a EPAL, preocupada como está em servir de cobrador à CML, descurou os seus serviços passando a fornecer aquela água amarela que faz os encantos das empresas de água engarrafada.

Também do lixo se falou, porque a situação de ruptura assume já particular gravidade em Beiroas, Cascais e Mafra, com lixeiras a céu aberto.

O direito à habitação era um ponto que não podia ser esquecido e com ele se prende a si-

tuação social e económica da população do distrito. Bairros clandestinos e degradados, um parque imobiliário envelhecido são situações a causarem preocupação.

No Orçamento agora apresentado são reduzidas as verbas para os subsídios de renda de casa, provando-se assim as razões do PCP quando afirmou que a lei do aumento das rendas de casa era injusta e arbitrária e os «chamados» subsídios uma verdadeira fraude. Por outro lado, o PCP procurará assegurar verbas para a renovação dos bairros populares da cidade de Lisboa, para além de outras medidas legislativas de apoio à habitação social e cooperativa.

No início referimos o agravamento da situação social do distrito. O Orçamento apresentado não dá resposta a essa situação, a certeza é o incumprimento por parte do Governo da lei dos salários em atraso, as tentativas de destruição e desmantelamento do sector público da economia e mais despedimentos. Uma outra vertente em que o PCP irá lutar para repor a legalidade.

Participaram no encontro com os jornalistas, os deputados Octávio Pato, Jerónimo de Sousa, Jorge Lemos, Octávio Teixeira, Carlos Carvalhas, José Magalhães e Jorge Cordeiro, da DORL do PCP.

## Cavaco vai fazer obras na casa

Melhor exemplo não existe do desprezo do Governo pela saúde dos cidadãos — as verbas inscritas no Orçamento do Estado para 1987. Vejamos o que se passa a nível do distrito de Lisboa.

O Hospital Oriental a erguer na zona de Loures tem uma verba inscrita de 38 500 contos, o Hospital Ocidental, a erguer na Amadora, tem uma verba ligeiramente inferior, 37 200 contos.

Estas verbas não dão sequer, como esclarecem os deputados comunistas de Lisboa, para os projectos dos referidos estabelecimentos hospitalares.

Octávio Pato recordou, ainda, que em Loures, onde a população ultrapassa os 300 000 habitantes, não existe uma única maternidade. As parturientes têm de se deslocar a Lisboa.

Mas se o dinheiro é somaticado para o bem-estar dos que pagam os impostos, já outro tanto não sucede quando se trata de tornar operacionais e sofisticados os serviços de repressão.

Só assim se justifica que os SIS (Serviços de Informações e Segurança) tenham uma verba de 300 000 contos, sem contar com 100 000 inscritos no PIDDAC para 1987 e mais 50 000 no PIDDAC para 1988.

Mas a surpresa das surpresas surge quando vamos ver as verbas discriminadas no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

A residência oficial do primeiro-ministro Cavaco Silva foi dotada com uma verba de 30 000 contos. Sim, senhor ministro. E mais 20 000 contos para a Presidência do Conselho de Ministros. Novamente sim, senhor ministro.

E ainda há quem pense que é importante o Governo construir um hospital, ou mesmo dois. Ingenuidade. Importante seria se logo de seguida fosse entregue à propriedade privada, como está a suceder no Centro de Saúde de Sete Rios.

Embeleze-se pois a residência oficial do primeiro-ministro, com obras e mobiliário novo, já que é o único caso em que o inquilino pode fazer obras à custa do senhorio, sem este se recusar ou lhe aumentar a renda.

## As ambulâncias e a ponte

Dando um exemplo das carências a nível de saúde sobre-carregando as deficientes estruturas do distrito, Octávio Pato chamou a atenção para as ambulâncias que diariamente atravessam a Ponte 25 de Abril, com doentes vindos de toda a zona sul do país. Outrotanto se passa na portagem de Sacavém.

O direito à saúde degrada-se de dia para dia. O reforço das verbas destinadas à construção de dois novos hospitais nas zonas Oriental (Loures) e Ocidental (Amadora) do distrito é essencial pois as verbas inscritas nem sequer chegam para o estudo dos projectos, como foi referido na conferência de Imprensa.

E que dizer, também, da qualidade dos transportes e das vias de comunicação? Pavorosa! exclamará qualquer possuidor do passe social. Indiscutível! — será o mínimo que poderemos ouvir de um pacífico automobilista que queira entrar de manhã em Lisboa, ou sair da cidade ao fim da tarde.

Peguemos no exemplo de Sete Rios, ao fim da tarde. Tantas são as bichas e tão poucos os autocarros que um estrangeiro alheio à nossa realidade pensará que é diária a greve dos transportes. Isto para não falarmos nas alterações várias feitas nas Amoreiras, pagas pela Câmara com o nosso dinheiro, destinadas a servir os interesses privados da especulação que ali er-

# O Tarrafal existiu e a AR recordou-o

Foi há 50 anos que o «campo de concentração do Tarrafal, rectângulo de morte, símbolo máximo do regime fascista derrubado com o 25 de Abril» — utilizando as palavras do deputado do PCP José Manuel Maia — abria as suas portas para engolir os primeiros patriotas e antifascistas.

Foi em 30 de Outubro de 1936 e a data foi evocada na Assembleia da República. José Manuel Maia deixou a Mesa da AR, onde em permanência exerce o cargo de secretário, e recordou a todos que «para defender a Liberdade, construir e consolidar a democracia, importa ter em conta que o fascismo existiu, a Pide existiu, Caxias, Aljube, Peniche e Tarrafal não foram um sonho, mas uma realidade atroz.»

Sentado na bancada dos convidados, já que abandonara o plenário há coisa de um mês, um homem franzino nas formas, meão na estatura, escutava as intervenções proferidas pelos diversos deputados sobre o campo do Tarrafal que tão bem conheceu e de onde foi o último preso político português a sair.

Francisco Miguel, de seu nome, foi por várias vezes recordado pelos oradores. Mas quem poderá saber o turbilhão de ideias na sua cabeça: a viagem

de barco para o degredo, um carcereiro cruel, o sol escaldante sempre disposto a secar a vida, ou se uma lágrima não lhe assomou ao canto do olho pelos companheiros de luta que ali ficaram? Franzino nas formas, meão na estatura, a sua vida de luta pela libertação do povo português é prova de que não é aos palmos que os homens se medem.

Mas a voz de José Manuel Maia sobrepôs-se. «A memória dos homens é por vezes débil, curta. — disse ele —. Muitas vezes esquecemo-nos dos dias negros quando vemos o sol; os maus dias passados esquecem-se só porque se vivem dias melhores.»

«Neste caso, seria mau esquecer o passado, não ter em

conta o que significou para o povo português o Tarrafal e outras prisões políticas.»

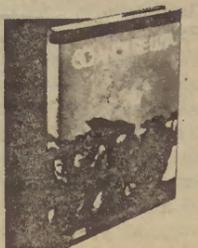
«O Tarrafal — acrescentou — nunca poderá ser uma questão que só diga respeito aos que por lá passaram, é necessário vê-lo e senti-lo como ele realmente foi — uma parte da grande prisão que era Portugal dominado pelo fascismo.»

«Os nossos filhos, as gerações de hoje e as futuras, devem saber que o Tarrafal existiu.»

«Urge no entanto — disse ainda — que a Assembleia da República aprove, como lhe compete, medidas legislativas que façam justiça aos que sofreram e ainda sofrem as consequências dos anos perdidos no campo do Tarrafal.»

60 ANOS DE LUTA

ao serviço do povo e da pátria



Uma grande iniciativa de edições Avante!

## Abertura do ano lectivo na Universidade

# O Governo contra os estudantes

Depois dos ensinamentos preparatório e secundário, é agora a vez do ensino superior iniciar o ano lectivo. Para os que agora chegam à universidade é o grande choque. Outras pessoas, o fantasma (ainda) da Universidade que pesa. Para os que já cá estão há mais tempo, é o retorno a uma realidade raramente aprazível. Por vezes ainda com o ano anterior às voltas (os exames por fazer, os trabalhos por acabar) e já novas cadeiras, novas matérias se aproximam. As ilusões, os pasmos ficaram já para trás.

Do alto do seu Ministério, João de Deus Pinheiro mostra-se surdo aos protestos, à luta estudantil por um ensino melhor. Este ano, de novo, o ministro decidiu instalar a instabilidade nas escolas. Novas medidas lesivas dos direitos estudantis, mas também do bom funcionamento das faculdades, esperam os estudantes. Ainda não se apagaram os ecos da luta do ano passado, por exemplo, dos estudantes dos institutos superiores de engenharia e já, de novo, se desenham novas perspectivas e possibilidades de luta dos estudantes. Isabel Alves, do Executivo da Direcção Nacional e da Direcção Central do Ensino Superior da JCP, António Filipe, da DN e também da DCES, e Clara Cardoso, da DCES e do colectivo da JCP de Letras de Lisboa, falaram connosco sobre a abertura deste ano lectivo na universidade e a disponibilidade do movimento estudantil para a luta contra a política deste Governo.

**«Avante!» — O ministro João de Deus desdobrou-se este ano em afirmações de que as aulas iriam desta vez recomençar na normalidade. Muito se falou sobre os outros graus de ensino, mas pouco se disse sobre o ensino superior. Como vai ser?**

**António Filipe** — Nós podemos dizer que esta abertura do ano lectivo é marcada por uma série de factores altamente lesivos da situação do ensino superior e dos estudantes. Um dos aspectos mais gravosos que marcam o início deste ano é a tentativa de instauração de regimes generalizados de precedências conjugados com regimes de prescrições. Por um lado, por que este regime de prescrições pretende conferir uma eficácia retroactiva que vai muito para além da existência pela primeira vez de regimes de prescrições, em 1981, num decreto que foi logo suspenso devido ao seu carácter perfeitamente absurdo tendo em conta a realidade então do ensino superior. Cinco anos depois, volta a tentar-se instaurar um regime de prescrições sendo que as questões que estiveram na base da suspensão do anterior não se alteraram, pelo contrário, pode dizer-se que agravaram-se.

### Governo «expulsa» estudantes e cria vagas artificiais

**«Avante!» — Mas quais as implicações do pretendido carácter retroactivo das prescrições por via da última determinação governamental?**

**António Filipe** — Esta eficácia retroactiva significa que iriam ser consideradas para efeitos de prescrições, inscrições anteriores ainda a 1981. Assim, hoje, é possível que um estudante ao inscrever-se na secretaria da sua faculdade lhe digam que está numa situação de quase prescrito, com uma hipótese muito remota de acabar o curso quando, na verdade, efectuou essas inscrições sem lhe passar pela cabeça que viria alguém lembrar-

-se de instaurar regimes de prescrições. A questão que se põe aqui é se é legítimo estabelecer uma retroactividade deste tipo.

**«Avante!» — Mas existem casos de estudantes que se mantêm artificialmente na Universidade, ou seja não vão às aulas, não fazem cadeiras, e continuam durante anos a fio a ocupar um lugar. Fazendo um pouco de advogado do diabo não é justo impedir tais situações e possibilitar o acesso de mais jovens à universidade?**

**Isabel Alves** — É um facto



António Filipe, Isabel Alves e Clara Cardoso, dirigentes da JCP do ensino superior em conversa com o «Avante!»

que existem estudantes que estão na universidade sem fazerem grande esforço para terminar o curso. O problema é que o regime de prescrições e precedências vai legislar para o conjunto dos estudantes e não vai abranger apenas o estudante que permanece na universidade sem empenho em terminar o curso. O que contestamos é que se fosse na situação real da universidade, com tantos problemas de instalações, de qualidade pedagógica, limitar à partida, no abstracto, o número de anos em que se pode tirar um curso.

**Clara Cardoso** — Além do mais, desculpa interromper-te, sabemos que há muitos estudantes que entram para a universidade não para cursos que que-



Faculdade de Letras de Lisboa — Por falta de verbas, estão por contratar 46 docentes. Entretanto, estão sem aulas 1000 estudantes

rem realmente frequentar mas sim para cursos de segunda, terceira e até quarta opção. A maioria dos estudantes universitários hoje estão nesta situação. E este é um importante factor no agravamento do insucesso escolar.

**Isabel Alves** — O que vai acontecer com este regime de prescrições é, simplesmente, criar algumas vagas artificiais no ensino superior e que poderão ser muitas, mas à custa de alunos expulsos, não são vagas reais. Vão sair estudantes sem acabarem os cursos para entrarem outros, eles próprios, também, com uma grande probabilidade de não conseguirem terminar os seus cursos.

### Apoio social: política de preços reais

**«Avante!» — E para além das prescrições e precedências, que mais «novidades» esperam, este ano, o estudante universitário?**

**António Filipe** — Para além das prescrições e precedências convinha referir o actual regime de apoio social estudantil. Recentemente foram publicados um conjunto de diplomas legais sobre esta questão. E o que é que prevêem esses diplomas? Em primeiro lugar um aumento, mais um, no preço das refeições nas

cantinas. Há dois anos atrás o preço praticado nas cantinas universitárias era de 35\$00, agora já vai em 100\$00. Consta-se, portanto, que a comparticipação estudantil no preço de cada refeição, aumentou mais de duzentos por cento em apenas dois anos. O que podemos dizer é que se a comparticipação do Estado tivesse aumentado na mesma proporção, provavelmente comer-se-ia principescamente nas cantinas universitárias.

**Isabel Alves** — A política deste como dos anteriores governos de direita em relação ao apoio social é a da implementação gradual de preços reais, obrigando o estudante a pagar toda a refeição, escusando-se o Governo a comparticipar as despesas, tal como está legalmente consagrado. Pensamos que, o que está a acontecer e a razão destes sucessivos e brutais aumentos prende-se, precisamente, com isso.

**António Filipe** — Mas para além disto, foram também alterados os encargos com as residências. Neste momento, o encargo mensal com uma residência passa a ser de 2500\$00 por mês, só que este montante deixa de incluir pequeno almoço e tratamento de roupa.

**«Avante!» — E as bolsas de estudo? Qual a situação actual?**

**António Filipe** — Neste mo-

mento, a bolsa máxima está em 12 mil escudos só que, para um estudante conseguir esta bolsa é necessário fazer parte de um agregado familiar que tenha de rendimento per capita 4 mil escudos. E em face disto, o melhor é não fazer mais nenhum comentário e ver se é possível tal coisa.

**«Avante!» — Um assunto ultimamente em foco no ensino superior é o das universidades privadas. Qual a opinião da JCP sobre as recentes medidas do Governo neste campo?**

**Isabel Alves** — Se analisarmos a natureza da política que tem sido seguida no ensino superior, aquilo que verificamos é que todos os traços apontam para uma elitização social deste grau de ensino. O que tem acontecido com as universidades privadas comprova esta nossa afirmação.

Assistiu-se, ultimamente, a um grande folhetim em torno destas universidades, motivado por uma série de despachos de Deus Pinheiro onde eram autorizadas, reconhecidas e fixados os contingentes das universidades privadas. Aqui verificamos que três delas foram claramente favorecidas, a Luís de Camões, a Portucalense e a Lusíada. Foram aliás feitas a este respeito acusações públicas as quais não nos pronunciamos por não conhecermos os factos, mas que o ministro nunca refutou. O que temos são pequenos indícios de que esta legislação agora publicada foi-o à pressa, que reconheceu universidades recém-formadas.

Ora, esta concorrência entre o ensino público e as universidades agora criadas, dá-se em áreas que, neste momento, debatem-se com graves problemas de acesso ao emprego, concretamente a área do direito, a área das Ciências Sociais, a área de economia e gestão, isto porque os contingentes permitidos nessas áreas são altíssimos. Além do mais estas são as áreas lucrativas. Um estudante de Letras custa, a formar, cerca de 40 contos, um estudante de Medicina mais de 300.

**António Filipe** — Mas esta questão do ensino privado é mais complicada. Podemos verificar que o crescimento espectacular do ensino superior privado é um fenómeno relativamente recente, e que assenta, essencialmente, no apertar do *numerus clausus* nas universidades públicas. Basta, a este título, falar do grande escândalo da Faculdade de Direito do Porto, legítimo quanto antiga reivindicação dos estudantes daquela cidade.

Enquanto se continua a proteger a instalação desta faculdade na Universidade do Porto, o ministro atribui um contingente enorme, cerca de 1800 alunos na área de Direito, à Universidade Portucalense. Naturalmente que esta explosão do ensino privado tem alterado, pesem embora as propinas elevadíssimas (na ordem das dezenas de contos mensais), a composição social dessas escolas. Hoje são muitos os trabalhadores-estudantes que, com muito sacrifício, ocorrem a essas escolas depois do ensino público lhes ter fechado a porta.

Juventude

Um outro factor que podemos também apontar e que se relaciona com a degradação a que se assiste no ensino superior público, degradação científica e pedagógica e a outros níveis, é o seguinte: muitos dos que mais lucram com as universidades privadas são pessoas muito bem colocadas e com grandes poderes de decisão dentro das universidades públicas. Hoje, estas são colocadas a reboque da estratégia das universidades privadas. Ainda há pouco tempo, foi assinado um acordo entre uma universidade pública e uma universidade privada, concretamente um acordo relativamente a Arquitectura a Universidade Lusíada onde, no essencial, meios humanos da escola pública, são colocados ao serviço da prosperidade da universidade privada. Diga-se que, quem vai chefiar este departamento de arquitectura da Lusíada, é um arquitecto muito conhecido na nossa praça, particularmente pelos «mamarchos» que descaracterizam a nossa Lisboa e que é, simultaneamente, professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica.

**Clara Cardoso** — Esta questão é muito importante para nós estudantes. Hoje é generalizada a duplicação em termos de trabalho de muitos docentes que dão aulas simultaneamente numa universidade pública e numa universidade privada, sem um regime exclusivo de dedicação, o que baixa em termos pedagógicos a qualidade do ensino ministrado. Ligado com isto, dou o exemplo da minha Faculdade. No curso de História os últimos docentes contratados são quase todos licenciados pela Livre; nos concursos, são preferidos os licenciados em Letras e admitidos os da Livre, na maior parte dos casos com duvidosa qualidade científica.

**Isabel Alves** — Quería só acrescentar que, por exemplo, em termos de qualidade de ensino, para os cursos das universidades privadas agora reconhecidos não se prevê qualquer mecanismo de controlo sobre isso. Na maior parte dos casos, em concursos públicos diversos aliás

(por exemplo, o Centro de Estudos Judiciários), os licenciados nas universidades públicas alcançam sempre melhores classificações que os das universidades privadas.

**António Filipe** — Em conclusão, queria esclarecer o seguinte. Quando nós combatemos tão decididamente as universidades privadas, combatemos aqueles que lucram com ela e aqueles que degradam o ensino público para as fazer prosperar a elas. Combatemos acima de tudo o desvio de verbas públicas avultadas para o apoio ao ensino privado quando as universidades públicas estão tão carenciadas. Não combatemos os estudantes dessas escolas, que muitos por certo, preferiam estar em escolas públicas mas a quem foi negado, por via de um *numerus clausus* desajustado, o seu direito ao ensino.

**«Avante!»** — Essa questão leva-nos, para outro assunto. O Governo nas Grandes Opções do Plano que apresentou à AR coloca a cultura como uma prioridade. Paradoxalmente, o ensino deixou de o ser e tudo indica que as verbas vão baixar neste orçamento. Qual a posição da JCP sobre este problema?

**Isabel Alves** — O problema das verbas prende-se, directamente, para passar ao concreto com as instalações. Há vários exemplos, cuja enumeração seria fastidiosa, de escolas que estão a cair aos bocados, de cantinas superlotadas e em perigo de cair e de escolas por construir, de obras por fazer, para as quais não há verbas.

**Clara Cardoso** — Com este corte de verbas que se adivinha no ensino, se os problemas estão a agravar-se, então a situação pode tornar-se catastrófica. Em Letras, neste momento, estão por contratar, para que o ano funcione com o mínimo indispensável, cerca de 46 docentes (neste momento estão mil estudantes sem aulas). Em Línguas e Literaturas Modernas existem turmas com mais de oitenta alunos. Por outro lado, o reduzido acréscimo nas verbas atribuídas quanto a despesas de pessoal



Mais verbas para a educação, uma das reivindicações centrais do movimento estudantil

põe em perigo, inclusivamente, o pagamento dos salários aos professores e funcionários.

Se mais provas fossem necessárias, esta, por si só, diria bem do divórcio entre a política deste Governo (lembramos que, desde há sete anos a pasta da Educação nos sucessivos governos de direita é do PSD) e os interesses e direitos dos estudantes.

A luta e a unidade estudantil

**«Avante!»** — Isso significa que a luta estudantil vai reacender-se? Quais as iniciativas que a JCP tem previstas para fazer face à política deste Governo?

**Isabel Alves** — Para a resolução destes problemas e a luta contra a política anti-estudantil deste Governo existem várias formas convergentes.

Por um lado, saudamos a iniciativa do Grupo Parlamentar do

PCP de chamar à ratificação os diplomas concernentes quer ao regime de prescrições e precedências quer em relação às universidades privadas. Pensamos que são passos muito importantes na luta contra a política deste Governo.

Mas pensamos que o factor determinante é, neste contexto, a mobilização e unidade estudantil. Cabe à JCP e aos estudantes comunistas um papel crucial na procura da unidade de todos os estudantes independentemente das suas opções políticas, em torno dos seus problemas concretos.

A este propósito, consideramos muito importante que um conjunto largo de direcções associativas tenha, recentemente, convergido na necessidade de fazer face à política deste Governo, concretamente, os regimes de prescrições e precedências e a exigência da fiscalização do Privado. Mas pensamos que, neste momento, as condições estão «maduras para irmos mais além, nomeadamente na tradução destas tomadas de posição em formas de luta concretas.

Da parte do movimento estudantil, na sua riqueza e diversidade de formas, existem iniciativas que vão nesse sentido. Por exemplo, está marcado para Coimbra, no fim-de-semana de oito e nove de Novembro o III Encontro Nacional dos Estudantes de Letras que irá analisar a situação nestas escolas, particularmente no que respeita a planos de curso e saídas profissionais.

Para terminar queria só dizer que, na nossa opinião, é fundamental hoje a unidade dos estudantes. São ricas as experiências e diversificadas as estruturas do movimento estudantil que hoje existem. Devemos ter presente que vamos comemorar, este ano lectivo, o 25.º aniversário dos acontecimentos de 24 de Março de 1962, data de profundo significado. Isso deve servir de motivo de reflexão, mas também de acção concreta, sobre a importância da unidade, do convívio entre os estudantes.

■ C.A.

PCP

«Emancipação da mulher no Portugal de Abril»

Alarga-se o debate a todo o País

O debate em curso nas organizações do Partido do documento da Conferência sobre a «Emancipação da Mulher no Portugal de Abril» comprova a oportunidade e interesse desta importante iniciativa do PCP. De todo o país chegam-nos notícias de reuniões e plenários realizados ou a realizar. Das reuniões programadas para os próximos dias, a Agenda do nosso jornal fornece um extenso calendário. Das discussões que já se realizaram, aqui ficam alguns apontamentos.

Leiria

Em Leiria realizou-se no passado dia 31 no Centro de Trabalho da Marinha Grande um Plenário Distrital de Quadros para debate do documento-base. Participaram nesta reunião cerca de uma centena de camaradas. Até

radas e a ela assistiu o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC.

Nas várias intervenções os camaradas presentes salientaram a importante contribuição do documento para a análise da problemática da mulher e a necessidade de actuar no terreno prático para a resolução dos seus problemas específicos.

Na intervenção que proferiu o camarada Jaime Serra referiu que «os comunistas não encaram a emancipação da mulher como uma guerra contra os homens e, por isso, o feminismo (salvaguardando a militância das mulheres nele envolvidas) tem tido um carácter mistificador da verdadeira natureza de classe dos problemas da mulher e dos objectivos a alcançar com a luta.

«Nós comunistas, concluiu o camarada Jaime Serra, inserimos a emancipação da mulher



Plenário de Quadros da Organização de Leiria no Centro de Trabalho da Marinha Grande

ali, foram trazidos os vários problemas específicos das mulheres e denunciadas situações escandalosas com a repressão patronal. Neste debate esteve presente o camarada António Orcinha membro suplente da Comissão Política do Comité Central.

Realizaram-se, igualmente, plenários em Peniche e na Marinha Grande e diversos encontros de células de empresa, sectores profissionais diversos e juventude.

Coimbra

No passado domingo teve lugar, no Centro de Trabalho de Coimbra, uma reunião de militantes da Concelhia local para debate do documento da Conferência. Nessa reunião, participaram cerca de meia centena de cama-

no processo de emancipação da nossa sociedade concreta, inserimos a luta das mulheres portuguesas, lado a lado com a luta dos homens, na defesa do Portugal de Abril e das conquistas democráticas, ao mesmo tempo que travamos a batalha, dentro e fora do Partido, pela mudança das mentalidades».

Guarda

Realizaram-se recentemente reuniões de militantes em Gouveia e Seia, ambas para debate do documento e a primeira ainda para eleição dos delegados e convidados. Encontros em que a vivacidade foi a nota dominante.

Mais reuniões estão programadas, em particular para a Guarda propriamente dita e para Pinhel.

Instalações universitárias à espera de obras urgentes

A situação das instalações universitárias é, em alguns casos, de quase ruptura. O corte de verbas previsível este ano no capítulo da Educação no Orçamento Geral do Estado vai impossibilitar a resolução imediata de alguns dos problemas mais prementes. Eis, sucintamente, algumas das escolas e instalações universitárias em que a questão se coloca com grande acuidade:

• **Ciências de Lisboa** — por terminar, há anos, a construção das instalações no Campo Grande;

• **Psicologia de Lisboa** — sem instalações próprias, funciona dividida entre a Faculdade de Letras e uns andares na Rua Pinheiro Chagas. Não se sabe para quando o início das obras;

• **Economia de Lisboa** — grande parte das aulas funciona em instalações pré-fabricadas e em adiantado estado de degradação na Rua Buenos Aires. A reparação destas instalações continua por fazer;

• **Engenharia de Lisboa** — verificou-se, no ano passado, um incêndio no Centro de Cálculo do ISEL, estrutura fundamental de apoio ao ensino e investigação naquela escola. Não se sabe para quando o arranjo das instalações;

• **Arquitectura de Lisboa** — as actuais instalações foram, ao que se sabe, vendidas à PSP. Qual o destino dos estudantes de Arquitectura, ninguém sabe. Entretanto muitas aulas vão decorrendo nos corredores;

• **Cantinas em Lisboa** — a chamada Cantinha Velha, no Campo Grande, encontra-se em adiantado estado de degradação, temendo-se mesmo o pior; chove lá dentro e os tectos estão, lentamente, a cair. Está neste momento em construção uma

nova cantina na mesma zona, mas já as estruturas estudantis alertaram para a sua exiguidade;

• **Letras de Lisboa** — instalações em degradação e incapazes de albergar em condições os seus milhares de estudantes. Obras por fazer devido à falta de verbas;

• **Universidade de Aveiro** — neste momento, ocupa as instalações destinadas futuramente à Escola Superior de Educação. Ninguém sabe o que acontecerá quando começarem as aulas na ESE;

• **Direito de Coimbra** — reduzido número de salas, de tal forma que os exames e as aulas não podem decorrer em simultâneo. O tempo de aulas é, assim, substancialmente reduzido.

• **Ciências e Tecnologia de Coimbra** — reduzido número de salas de aula. O recente alargamento revela-se insuficiente.

PCP

# PORTO Reuniu o Comité Local do Partido

Até ao 1.º de Maio de 1987 mais 400 novos membros

A situação política e social na cidade, os principais problemas das populações e a situação dos órgãos autárquicos da cidade, os trabalhos preparatórios da Conferência do Partido sobre a emancipação da mulher no Portugal de Abril, a actividade do Partido e a decisão de lançar uma campanha de recrutamento de 400 novos membros até ao 1.º de Maio de 1987, contam-se entre as questões debatidas na recente reunião plenária do Comité Local do Porto do PCP.

## Inauguração do CT de Baião

A Comissão Concelhia de Baião inaugura no próximo sábado, às 15 h, o primeiro Centro de Trabalho do PCP naquele concelho. No acto de inauguração, estará presente o camarada Edgar Correia, membro suplente da Comissão Política do CC.

## Campanha dos 10 mil • Bonfim e célula da PUV em emulação de Setembro e Outubro

A organização de freguesia do Bonfim e a célula da Câmara Municipal venceram a emulação referente aos meses de Setembro e Outubro e aproximam-se a passos largos do cumprimento das suas metas. O exemplo destas organizações é sem dúvida um incentivo para todas as outras. Entretanto, está já à venda nas diferentes organizações a tradicional «lotaria» do Natal. É já no próximo sábado, dia 8, a partir das 15 h, que se realiza no CT de Barão de S. Cosme o magusto de S. Martinho. Esta iniciativa que tem lugar no quadro da campanha, além das castanhas e do vinho, terá uma tómbola com aliciantes prémios e ainda uma noite de fado.

## Beira Interior

# Plenário conjunto das Distritais da Guarda e Castelo Branco

Os projectos de desenvolvimento estão bloqueados, nada se faz para reestruturar a indústria têxtil e a situação social degrada-se. Aumenta o desemprego e o número de trabalhadores com salários em atraso (casos das Minas da Panasqueira e Ilídio Monteiro, no Fundão); generalizam-se os contratos a prazo e reaparece o trabalho pago à peça (indústria têxtil); diminuem as perspectivas de encontrar emprego e os trabalhadores vêem negados, na prática, os seus direitos contratuais. Degradam-se os serviços de saúde e segurança social da região. Por tais motivos, o plenário saúda os trabalhadores da região e exorta-os a intensificar a luta por melhores condições de vida e pela criação de condições para uma alternativa democrática à política de direita que, há dez anos a esta parte, tem vindo a ser seguida.

O plenário de onde saiu aquela saudação realizou-se há dias em Tortosendo e reuniu os camaradas que constituem as Comissões Distritais do PCP de Castelo Branco e Guarda, «em conjunto com outros quadros ligados a importantes frentes de trabalho na região da Beira Interior.» Dando seguimento à resolução aprovada na 1.ª Assembleia daquela Organização Regional do Partido, o plenário constituiu uma útil iniciativa para o trabalho dos comunistas, dando particular

atenção à situação económica e social da região e concluindo que o Governo minoritário do PSD/Cavaco Silva, não só não resolveu os grandes problemas que afligem as populações, como, pela política praticada e tempo perdido, os agravou. Saudando os comunistas e outros democratas eleitos nas autarquias da região que, em condições bem difíceis, lutam pelo normal funcionamento daqueles órgãos, «voltando a sua acção para a resolução dos problemas das populações», o plenário realizado no CT do Tortosendo apontou nas suas conclusões divulgadas à comunicação social: «É hoje claro, menos de um ano passado sobre as eleições autárquicas, que a falta de vereadores APU, nomeadamente nas câmaras de Castelo Bran-

## Região Autónoma da Madeira

# Os comunistas da Calheta preparados para uma maior intervenção política

Considerada justamente como um passo decisivo para o aprofundamento da ligação do Partido às populações, com vista a uma maior intervenção política na resolução dos problemas do concelho, reuniu há dias a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia dos comunistas da Calheta, na Região Autónoma da Madeira.

No decorrer dos trabalhos, em que participaram militantes e simpatizantes de várias freguesias do concelho, foi eleito pela primeira vez o organismo dirigente do Partido — a Comissão Concelhia. Para além de aspectos da vida interna do Partido, que tem crescido e alargado a sua influência na Calheta, a Assembleia analisou e debateu questões sociais e políticas, tendo criticado energicamente a actuação do Governo Regional do PSD, que em vez de ouvir as populações, os agricultores e os trabalhadores, opta sistematicamente pela demagogia e por falsas promessas de apoio. Vejamos, no concreto, algumas das questões discutidas pelas participantes nesta Assembleia:

- As dificuldades cada vez maiores de escoamento dos produtos da agricultura, de que o caso mais grave é a batata. A deficiente acção dos organismos responsáveis, escoando apenas uma pequena parte e segundo critérios que beneficiam somente «amigos e compadres», leva a que milhares de toneladas adreçam. Destas dificuldades se

maioria das freguesias. • O pouco interesse das autarquias, Câmaras e Juntas de Freguesia, onde o PPD é maioritário, pela resolução de inúmeros problemas locais com que se debatem as populações. • A falta de estruturas de apoio à infância, designadamente parques infantis. • O desemprego crescente entre as camadas jovens e, por outro lado, a inexistência de infra-estruturas que proporcionem à juventude uma sã ocupação dos seus tempos livres. No período de encerramento da Assembleia, a situação política na Região Autónoma da Madeira e no País, tendo em conta as consequências da entrada na CEE, foi tema para desenvolvimento em diferentes intervenções. Filomena Ornelas e Rui Nepomuceno, do Executivo da DORAM, e José Neto, do CC e responsável do Partido na Assembleia, que terminou num animado convívio.

## Objectivos

Como sublinha o documento-base aprovado, a 1.ª Assembleia dos comunistas da Calheta definiu os seguintes objectivos para a acção imediata e futura:

- 1.º — Aprofundar o conhecimento dos problemas do Concelho e tomar posições públicas sobre eles.
- 2.º — Intervir mais activamente na procura de soluções para as inúmeras carências com que se debate a população.
- 3.º — Acompanhar os problemas das autarquias locais através da participação nas sessões públicas dos respectivos órgãos.
- 4.º — Alargar a organização e estendê-la às freguesias aonde o Partido não tem implantação.
- 5.º — Recrutar novos militantes para o Partido, designadamente jovens e agricultores.
- 6.º — Alargar a difusão da Imprensa do Partido e de outros materiais.
- 7.º — Sensibilizar os militantes para o pagamento regular das suas quotas.
- 8.º — Estudar a possibilidade da abertura de um Centro de Trabalho.

## LEIRIA

# A situação nos concelhos do norte

Os Executivos das Câmaras Municipais de Pedrógão Grande e Figueiró dos Vinhos continuam a privilegiar as obras de fachada, e perdem tempo ao tentar intimidar e coagir, por vários meios, todos os democratas que têm uma opinião crítica em relação à acção destes órgãos de maioria PSD — esta uma das conclusões da recente reunião de quadros dos concelhos de Ansião, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pombal, enviadas à nossa Redacção pelo Organismo de Direcção da Zona Norte do Distrito de Leiria.

De forma muito resumida vejamos o quadro de conclusões extraídas do debate proporcionado por esta reunião de quadros, efectuada em Ansião, e na qual também participou o camarada António Orcinha, membro suplente da Comissão Política do Partido: • Diminuem os preconceitos anticomunistas na generalidade dos seis Concelhos do Norte do Distrito. Nota-se uma maior compreensão e aproximação, por parte das populações, em relação às posições defendidas pelo PCP. Na acção e na organização dos militantes comunistas tam-

bém se verificam sérias melhorias. • O processo de emancipação da mulher é inseparável da luta de classes e das transformações económicas e sociais que a luta revolucionária introduz na sociedade. As mulheres da nossa zona, após o início da emigração, que atingiu primeiro os homens, ficaram com responsabilidades e trabalhos acrescidos em casa e no amanho das terras. A esta função de direcção económica e social não correspondeu, com a conquista da democracia, uma participação na direcção dos órgãos do Poder Local e na direcção dos partidos políticos.

# 1.ª Assembleias das Organizações Distritais Tudo a postos em Aveiro...

Em Aveiro está tudo a postos para o início dos trabalhos da 1.ª Assembleia da Organização Distrital do PCP, que decorrerá depois de amanhã, sábado, no pavilhão das feiras e exposições da capital do distrito.

Como assinala a nota introdutória do projecto de resolução política, esta Assembleia, aguardada com vivo entusiasmo nos 19 concelhos, «será ocasião para fazer o balanço ao estado actual da organização do Partido, para a prestação de contas quanto ao trabalho desenvolvido, aprofundando a apreciação dos seus aspectos positivos e negativos, para definir as perspectivas e orientações fundamentais do trabalho futuro, e eleger, pela primeira vez, o organismo de direcção da organização distrital — a Comissão Distrital de Aveiro.» Os trabalhos terão início às 10 horas. Os delegados deverão apresentar-se meia hora antes, para ocuparem atempadamente os seus lugares. A Assembleia, que tem como lema «Com o Povo, pelo Distrito, um Partido mais Forte», funcionará em cinco sessões de trabalho: das 10 às 11.15 h; das 11.30 às 13 h; das 14.30 às 15.15 h; das 15.30 às 17 h, e das 17 às 18 h (sessão de encerramento).

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, que participa nos trabalhos, fará uma intervenção na sessão pública de encerramento, com início às 18 horas, como já referimos. Todas as sessões, com excepção da 3.ª (reservada a delegados), contarão com a presença de convidados das organizações do Partido. Foram também endereçados convites às estruturas distritais do PS, do PRD, do

MDP/CDE, do partido «Os Verdes», da CGTP-IN, da JOC, da LOC, da JARC, do IDM, a diversas autoridades e a dezenas de personalidades democráticas do distrito.

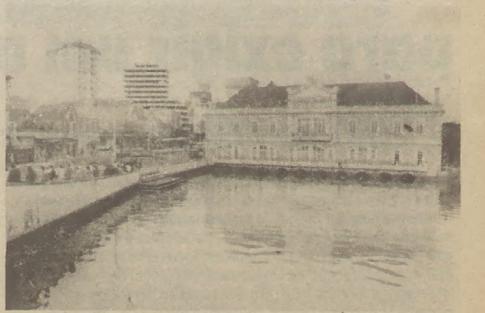
A Comissão Distrital de Aveiro fez o balanço da actividade desenvolvida até 29/10 com o trabalho de preparação da assembleia: tinham então sido realizadas 108 reuniões muito participadas, onde foram eleitos 155 dos 250 delegados, tendo sido apresentadas 522 propostas de alteração ao projecto de resolução política, propostas que, no seu conjunto, já contribuíram para um significativo aperfeiçoamento do projecto apresentado à discussão.

As reuniões preparatórias e eleitorais continuaram durante o passado fim-de-semana, procedendo à eleição dos delegados restantes. Também durante o fim-de-semana se iniciaram os trabalhos de adaptação do pavilhão das feiras às necessidades de um tipo de iniciativa para o qual não foi concebido. De facto, trata-se de um pavilhão amplo, despido de tudo, e é nele que é preciso criar condições de trabalho e de conforto para os delegados, convidados e serviços de apoio. Outra tarefa necessária é a preparação do almoço dos delegados, problema que será resolvido com a instalação, no pavilhão anexo, de um restaurante para servir 300 refeições. Além disso será instalado um bar.



COM O POVO-PELO DISTRITO UM PARTIDO FORTE

A 1.ª Assembleia da organização distrital de Aveiro ficará assinalada pela edição de um prato de porcelana, pintado à mão, num total (limitado e numerado) de 500 exemplares e que estará ao dispor dos interessados nos Centros de Trabalho do PCP no distrito e no próprio local da Assembleia.



# ...e em Coimbra

Também em Coimbra os comunistas estão a postos para a sua 1.ª Assembleia Distrital, que no próximo domingo, reunirá no pavilhão da Palmeira 490 delegados eleitos nos 17 concelhos, além de numerosos convidados.

Verdadeira campanha de reforço do Partido, com expressão em diversas iniciativas (entrega de cartões, pagamento e regularização de quotas, distribuição de tarefas, reacção de organismos, etc.), a actividade preparatória da Assembleia tem sido assinalada por um vasto conjunto de reuniões de militantes e simpatizantes, nas quais são eleitos os delegados e debatidos os problemas de ordem social e política, a par da vida interna do Partido.

A título de exemplo, refiram-se algumas das conclusões saídas do recente plenário da Comissão Concelhia de Coimbra. Até ao passado dia 30 «a intensa campanha de organização e debate» em torno da Assembleia já registava 58 reuniões e a eleição de 123 delegados dum total de 199 a eleger, «para além de centenas de contactos individuais», no concelho.

Recordemos, entretanto, que a Assembleia do próximo domingo, na qual também participará o camarada Álvaro Cunhal, avança à partida, entre os seus objectivos fundamentais, uma apreciação aos aspectos positivos e negativos do trabalho realizado nos últimos anos, a definição de orientações para o trabalho futuro, a análise e discussão da situação social, económica e política do distrito (apontando medidas para o seu desenvolvimento), a reflexão sobre a organização do PCP (avaliando os seus êxitos e deficiências) e a eleição da Comissão Distrital de Coimbra do PCP.

Iniciando-se às 10 horas, a Assembleia irá prolongar-se pelo dia fora, estando marcada para as 18 horas a sessão pública de encerramento com intervenção do secretário-geral do PCP. O serviço de almoços para os delegados funcionará na Liga dos Combatentes e no restaurante Silvano. As senhas podem ser adquiridas antes ou durante a Assembleia, realização política do Partido que ficará assinalada pela edição de três materiais: uma medalha da autoria de José António Moujinho (250 exemplares), uma serigrafia (500 exemplares) de Zé Penicheiro (colec-

ção particular do pintor) sobre o tema «O Estaleiro» e uma peça de cerâmica artística de Condeixa.

## Três zonas distintas

• Coimbra, um desproporcionado centro de serviços, capital macrocefala da vasta região das Beiras, particularmente em termos de saúde e de ensino, albergando todo o tipo de organismos terminais de Administração Central. Regista-se ainda a presença de algumas indústrias tradicionais: • Baixo Mondego, região de grandes aptidões agrícolas subproveitadas, estendendo-se por ambas as margens do Mondego até ao mar, que constitui um dos grandes recursos do distrito; • Alto Distrito, ou Zona da Serra, região onde dominam a floresta, a pastorícia e a agricultura de montanha, fortemente tocada pela emigração, interna e externa, até aos dias de hoje. Para estas três zonas do distrito, a Assembleia apresentará propostas coerentes para o desenvolvimento social, económico e cultural.

## Concelho de Coimbra: os feitos de uma política de desastre

Voltemos ao plenário da Comissão Concelhia de Coimbra. No comunicado final saído da reunião, aquele organismo de direcção mostra com alguns exemplos elucidativos como a política de direita do actual Governo minoritário de Cavaco Silva continua a agravar os problemas do concelho. Vejamos algumas das situações abordadas no plenário da Concelhia, com dados relativos aos primeiros dias deste mês: • Ensino — Continua fechada a Escola Secundária D. Dinis, de Eiras; continua sem funcionar e sem perspectivas o Conservatório de Música de Coimbra; as



REFORÇAR O PCP POR ABRIL PELO PROGRESSO DO DISTRITO

verbas destinadas à Universidade são insuficientes. • Agricultura — O Governo ensaiou há tempos mais uma manobra de autopropaganda, desta vez em torno das indemnizações de prejuízos dos incêndios florestais. Mas a verdade é que se «esqueceu» dos prejuízos causados em casas, culturas, alfaias e gados. Até agora não houve nem um tostão para Coimbra. Que o digam os produtores de S. Paulo de Frades e Brasfemes em luta pelas indemnizações. Há um surto epidémico de peste suína africana em várias freguesias do Baixo Mondego. S. Martinho de Arvore é uma delas e as entidades responsáveis não dão resposta ao problema. Os produtores de gado devem ser indemnizados pelos animais mortos ou abatidos compulsivamente; o deputado do PCP João Abrantes esteve de visita aos campos de S. Martinho do Bispo. Foi denunciado pelos agricultores envolvidos no «emparelamento» o carácter injusto e coercivo deste processo e manifestaram a opinião de que «é uma vigarice». Tais foram os desmandos dos serviços da Direcção Regional do Ministério da Agricultura...

PCP

## Trás-os-Montes e Alto Douro

## 15 razões (entre tantas outras!) para exigir um novo Governo

## • DORT do PCP faz o ponto da situação

O balanço da situação política, económica e social, de onde se destacam as consequências da acção do Governo para a vida nos dois distritos e as lutas desencadeadas por diversos sectores da população (operários, trabalhadores, agricultores, aldeias inteiras, jovens), foi tema em foco na recente reunião plenária da Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes (DORT) do PCP, em que também participou o camarada **António Lopes**, membro suplente da Comissão Política do Partido.

Como se concluiu, também o povo transmontano e duriense tem motivos de sobra para exigir um novo Governo, com uma nova política, capaz de responder aos graves problemas que se colocam nos distritos de Vila Real e de Bragança. Um Governo sensível às dificuldades que as regiões mais «esquecidas» continuam a defrontar, capaz de imprimir e estimular uma política de desenvolvimento e de defesa intransigente dos interesses nacionais e regionais.

«O balanço dos efeitos de um ano de gestão do Governo PSD/Cavaco Silva demonstra existir uma degradação acentuada da situação económica e social com consequências desastrosas para a região», sublinha a DORT do PCP. Pormenorizando essa situação, a Direcção Regional dá uma panorâmica dos problemas mais sentidos. Desse trabalho, só possível na base de uma profunda ligação às realidades e à vida da população, recolhemos e adaptámos o apontamento que se segue.

**1.** Aumenta o **desemprego** na região. A ameaça de ficar sem trabalho abrange um número crescente de transmontanos e durienses. É dramática a situação dos jovens que procuram o 1.º emprego. Só no distrito de Vila Real e de acordo com os números oficiais, estão registados no desemprego cerca de 8 mil pessoas, das quais só 1500 recebem subsídio. Comparando com o último ano, a percentagem oficial de desemprego subiu na ordem dos 16 por cento.

**2.** Em finais de Setembro o volume da dívida aos trabalhadores com **salários em atraso** atingia os 150 mil contos para uma média de 1500 trabalhadores. Persistem e aumentam os trabalhadores contratados a **prazo**. Nas minas de Jales, 70 por cento dos trabalhadores estão nessas condições de emprego precário.

Também com a benevolência do Governo, persistem os salários abaixo dos níveis contratuais na hotelaria, comércio, construção civil e agricultura, enquanto muitos patrões se «esquecem» de fazer os **descontos para a Segurança Social** (centenas de milhar de contos).

A Inspeção do Trabalho não actua.

**3.** Componente importante do Plano Siderúrgico Nacional (PSN), o projecto de aproveitamento dos ferros de Moncorvo é abandonado pelo Governo, na linha da política de direita que tem vindo a ser seguida.

Com o aval do Executivo liderado por Cavaco Silva, 1000 mineiros transmontanos que trabalhavam nas cinco minas de volfrâmio e estanho da região (Borralha, Vale das Gatas, Argozelo, Montesinho e Ribeira) foram atirados para o desemprego. Os cerca de

5000 familiares desses trabalhadores veem-se agora a braços com a fome e a miséria. A situação é agravada pela localização geográfica das minas, onde no geral não existe outro tipo de actividade industrial.

A segurança dos poucos mineiros que estão a trabalhar na manutenção é posta em causa em cada dia que passa. A morte recente de um mineiro na Borralha é disso um exemplo dramático.

**4.** Agindo em conluio com o Abreu da Tabopan, o Governo do PSD não mexe uma palha face à situação ilegal de **lock-out** que dura há 6 meses na unidade fabril de Vila Pouca de Aguiar. Os trabalhadores não recebem salário há mais de 4 meses (até ao passado dia 12 de Outubro, data da reunião plenária da DORT do PCP, esta era de facto a situação que se viva naquela empresa).

**5.** Assiste-se à tentativa de destruição e desmantelamento do Complexo Agro-Industrial do **Cachão**, com a entrega do matadouro à JNPP, outros sectores ao IPE e ao capital privado (Central Leiteira de Macedo de Cavaleiros) e mesmo a desactivação de outros (Fábrica de Rações e Lavagem de Lãs), tendo o Governo alterado o estatuto do Cachão de forma a permitir a alienação do seu património e a entrega dos sectores mais rentáveis à privada.

**6.** Na **Vitivinicultura** é a ameaça do programa de reconversão de 30 000 ha de vinha e a imposição de medidas para promover o arranque de 15 000 ha de vinha assim como a obrigatoriedade do pagamento da taxa para a regularização da vinha; os preços pouco convidati-

vos, as dificuldades de escoamento do vinho das Adegas e dos Agricultores e a autorização do Governo PSD/Cavaco Silva de importação de 25 000 pipas de vinho. Os viticultores da região serão duramente atingidos por estas medidas. A Casa do Douro fez a queima e o escoamento do vinho não beneficiado da anterior colheita sem que os agricultores soubessem quanto iam receber. Na região do Basto, com as vindimas a decorrer, a situação é calamitosa, na medida em que as vasilhas estão cheias com a colheita do ano anterior.

O Governo PSD/Cavaco Silva através de legislação vária promove e facilita a penetração das transnacionais em toda a zona do Douro onde estas procuram a auto-suficiência na produção. No corrente ano, com a redução efectiva do benefício atribuído às vinhas tradicionais dos pequenos e médios viticultores, as transnacionais, fruto da legalização de milhares de pés de vinha, foram contempladas com o aumento de centenas de pipas de benefício. O estatuto da Casa do Douro acaba de ser alterado de forma a que esta assumo o carácter de entidade privada.

**7.** Degrada-se o estado sanitário do **gado** na região.

Encerram os matadouros concelhios da JNPP. Concentra-se o abate de gado em matadouros regionais, parte deles entregue a privados (caso do Matadouro do Alto-Tâmega e tentativa de entrega a privados do Matadouro Regional do Cachão).

São necessárias grandes deslocações para o abate dos animais, ao mesmo tempo que se impõe arbitrariamente a manutenção das guias de trânsito para a circulação dos animais.

**8.** Atrase-se, ou melhor arasta-se, por longos meses, a dívida da JNF aos agricultores que entregaram a **batata**. Além de uma intervenção tardia a um preço de 12 escudos por quilo, apareceram mais tarde no mercado pela mão dos intermediários preços superiores a 20 escudos.



**Algés** — prosseguem as jornadas de trabalho voluntário no Centro de Trabalho do PCP, a inaugurar ainda este ano. Uma ajuda, especialmente aos fins-de-semana, será bem recebida

Os agricultores da região foram neste caso espoliados em mais de 200 mil contos!

**9.** Os agricultores de Alijó e Valpaços, cujos prejuízos resultantes da **geada** de Maio de 1986 atingem cerca de meio milhão de contos, viram o Governo PSD/Cavaco e Silva recusar-se a atribuir subsídios que minorassem os prejuízos por eles suportados.

**10.** As empresas que recolhem o **leite** na região, para além de se atrasarem constantemente no pagamento aos agricultores, praticam preços diferentes. Assim, enquanto no distrito de Vila Real, o preço por litro é de 37 e 39 escudos, em Bragança é de 43 ou 47 escudos. Recorde-se o preço oficial para o País é de 53 escudos o litro! Os produtores da região são assim espoliados de milhares de contos por ano.

**11.** Em consequência da política de extinção dos organismos de coordenação económica levada a cabo pelo Governo minoritário, registaram-se enormes problemas na recepção e armazenamento do **cereal** nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Chaves e Boticas.

**12.** No plano da **saúde** mantêm-se elevadas as taxas de partos sem assistência; funcionam mal grande parte dos serviços de urgência, faltam especialidades médicas essenciais, há grandes atrasos nos atendimentos de consultas de especialidade, existe um exagerado número de doentes por médico (1500 por clínico geral), transferem-se doentes para o Porto com grande risco e altos custos, nomeiam-se indivíduos incapazes e afillhados para lugares na administração da Saúde; mantêm-se comissões instaladoras nos hospitais para assim satisfazer clientelas partidárias. Como se isto não bastasse, o Governo PSD/Cavaco Silva brinda-nos agora com a «Beleza» das taxas moderadoras, verdadeiro imposto sobre a doença.



**Borralha, Vale das Gatas, Argozelo, Montesinho e Ribeira:** 1000 mineiros atirados para o desemprego, 5000 familiares em situação dramática

**13.** No plano do **ensino**, com o Governo PSD/Cavaco Silva, o ano escolar começou mal para professores e alunos. Mantêm-se e agravam-se situações de falta de material didáctico (nomeadamente nas escolas primárias), faltam incentivos à fixação de professores; a formação em exercício é um autêntico desastre por falta de uma política correcta e de legislação regulamentadora e por indefinição no apoio aos formandos; mantêm-se a superlotação das turmas. É urgente tomar medidas com vista ao aquecimento nas escolas, minimizando os efeitos do rigor do Inverno na região.

O aumento do custo do material escolar (+30%), o preço dos livros e o agravamento geral das condições de vida são causas da crescente elitização do ensino, afastando da educação os filhos dos mais desfavorecidos.

**14.** Com o Governo PSD/Cavaco Silva continua a degradar-se o **ambiente** e o **equilíbrio ecológico** da região.

Não se põe termo à desenfreada extracção de areias dos rios e ribeiros, continua a permitir-se a poluição dos cursos de água, atingindo particular gravidade a poluição dos rios Tua (dejetos industriais do Cachão), Fervença (esgotos industriais, domésticos e do Hospital de Bragança), Sabor (arsénio das Minas de Portelo e Calabor), Corgo, Tâmega e até do Douro.

**15.** É reconhecido por todos o agravamento da situação na área dos **transportes**. As empresas rodoviárias de transporte de passageiros reduzem as carreiras. A mesma orientação quer seguir a CP, nomeadamente entre o Pocinho e Miranda do Douro, abrindo assim o caminho à «Santos» (privada, pois claro). Esta empresa de Freixo de Espada à Cinta ficará, assim, com aquele trajecto em regime de exclusividade. Recentemente, o povo de Fortunho (concelho de Vila Real) desencadeou uma luta firme em defesa da linha do Corgo.

## CT de Arroios (Lisboa) convívio no sábado

Comemorando o seu 12.º aniversário, o Centro de Trabalho do PCP em **Arroios** (Lisboa) acolhe no próximo sábado, dia 8, uma jornada de convívio que se iniciará com o almoço, prosseguindo com uma tarde de animação onde não faltará um magus-

to da época, variedades, projecção de um filme e a presença do escritor **José Saramago**.

O convívio do CT de Arroios (Rua Jacinto Marta, 8, 4.ª-frente) será também um encontro fraterno dos militantes comunistas da freguesia. Participe!

## Alcanena 2.ª Assembleia a 7 de Dezembro

«É necessário que o Partido no nosso concelho tenha uma **melhor intervenção pública**, um **melhor conhecimento dos problemas dos trabalhadores e da população**, uma **orientação mais correcta para permitir que todos os militantes possam intervir nos vários sectores**», assinala a Comissão Concelhia de **Alcanena** do PCP (distrito de Santarém), ao anunciar a realização em **7 de Dezembro** da 2.ª Assembleia da Organização.

Numa nota dirigida aos militantes comunistas, a Comissão Concelhia lembra que é neces-

sário melhorar as várias componentes da actividade partidária, salientando que a próxima Assembleia, órgão máximo do Partido no concelho, «deve analisar a situação interna e apontar soluções no sentido de ultrapassar as deficiências na nossa acção».

O trabalho sindical e nas empresas (predomina no concelho a indústria de curtumes), o trabalho autárquico, a informação e propaganda, a entrega de cartões e os fundos são alguns dos aspectos abordados pela Concelhia de Alcanena no documento dirigido aos membros do Partido.

PCP

Açores

# AUTONOMIA

Os comunistas esclarecem e alertam

## 10 anos de esperança e de incompreensões

O modelo constitucional da Autonomia, que é parte integrante da Constituição da República, é a consequência do amplo reconhecimento, por todo o País, das especificidades e problemas próprios das regiões insulares. Tal reconhecimento, que só foi feito com o 25 de Abril, confere à Autonomia Constitucional uma profunda natureza democrática. Por outro lado, esse modelo constitucional da autonomia corresponde a aspirações históricas do povo desta Região, visa o reforço da unidade do Estado, possibilita a participação das populações na resolução dos seus problemas e é factor decisivo no aprofundamento da unidade da Nação — sublinha a Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores (DORAA) do PCP.

Recordando que «a autonomia constitucional foi consagrada há 10 anos» e alertando para as «perversões diversas que hoje visam destruí-la», a DORAA esteve reunida recentemente em plenário na cidade de Ponta Delgada, para, «à luz das últimas evoluções da situação política», analisar «os problemas institucionais e políticos que se ligam com a Autonomia». Ao mesmo tempo, o colectivo que dirige a actividade do PCP nas ilhas açorianas «perspectivou as acções a desenvolver para que se atinja a consolidação do sistema constitucional da autonomia e se consiga a plena democratização do funcionamento desse sistema na Região».

Intitulado «Defender a Autonomia, contra o separatismo, contra a centralismo», o documento com as conclusões do plenário da DORAA alerta a dado passo:

«Instrumento democrático na sua essência profunda, a Autonomia é, no dia-a-dia, pervertida por aqueles que, em função dos complexos problemas económi-

cos, sociais, culturais e históricos, ocupam o poder regional desde 76. Neste ano do 10.º Aniversário acentuam-se os ataques à Autonomia Constitucional. Conquistada do 25 de Abril, a Autonomia Constitucional é combatida, como sistema, pelos inimigos da liberdade, da democracia, do progresso.»

### As perversões separatistas

O documento que temos vindo a citar informa e esclarece mais adiante:

«A Autonomia não é, nem pode ser, encarada como uma abstracção, nem como algo desligado dos princípios democráticos que informam a Constituição da República.

«A Autonomia não pode ser encarada como uma via de realização de política antidemocrática, antipopular e socialmente injusta!

«Dentro do partido que ocupa o poder regional, existe um grupo, liderado pelo presidente do Governo, que visa desenfreada-

mente o reforço do seu próprio poder, e que tem procurado, pela prática política, pela acção ideológica e pela actividade de propaganda, desligar o conceito da autonomia das suas raízes democráticas, raízes essas que são parte integrante do Portugal de Abril.

«Os processos usados são muitos e intensos. Já em Abril do ano corrente a DORAA assinalava o crescimento dessa tendência.

«Os factos subsequentes não

• Questões como o comportamento do presidente do Governo Regional no processo de nomeação do Ministro da República (comportamento esse que visava a nomeação para esse cargo de uma individualidade da sua inteira confiança política) demonstram que o actual presidente do Governo e o círculo de dirigentes que o acompanham têm como objectivo alterar radicalmente o modelo constitucional da Autonomia como via de refor-

paração e procuram diminuir os sentimentos nacionais tão vivos nos Açores como no Minho.

• Questões como muitas das que são enunciadas no discurso de Mota Amaral no Corvo ou no discurso de Reis Leite na Assembleia Regional de 4 de Setembro, mais não representam do que a intenção expressa de aprofundar um conflito com os órgãos de soberania e de criar uma situação artificial que dificulte um amplo

não têm em conta nem as especificidades desta Região, nem a existência do sistema constitucional da Autonomia», a DORAA revela:

«Dessas práticas e comportamentos centralistas há que destacar o desinteresse que o Governo da República vota à resolução de problemas que lhe dizem respeito, como por exemplo, a velha questão das instalações dos serviços do Ministério da Justiça e a questão da cobertura televisiva integral da Região.

«Há que também destacar as permanentes atitudes de sectores retrógrados ligados ao Governo da República que procuram ignorar, de forma sistemática, as competências constitucionais dos órgãos regionais e as obrigações do Estado face a esta Região Autónoma.

«Comentários e especulações surgidas ultimamente em certos órgãos de comunicação social do Continente, mostram com clareza as intenções desses sectores no que toca à liquidação da Autonomia Constitucional.

«As práticas e concepções centralistas, na exacta medida em que marginalizam as populações dos Açores na resolução dos seus problemas próprios e na exacta medida em que ignoram deliberadamente características geográficas e culturais próprias destas ilhas, teriam, se fizessem vencimento, como consequência, a quebra da unidade do Estado e a instalação de uma situação objectiva que facilitaria o enfraquecimento da unidade da Nação.

«Em face desta situação torna-se absolutamente indispensável que todos os patriotas desta Região se oponham às práticas e atitudes centralistas, porque elas são motivadoras do enfraquecimento da unidade da Nação portuguesa, à qual nos orgulhamos de pertencer.»

**A DORAA do PCP analisou atentamente as teses da chamada «Autonomia sem limites» ou da chamada «Autonomia progressiva» e fez a ligação entre a enunciação desses conceitos e a prática política quotidiana dos seus autores. Dessa análise resulta a conclusão fundamental de que os autores de tais teses visam enfraquecer a unidade do Estado e provocar a destruição da unidade da Nação.**

só demonstraram a justeza da análise então feita, como tornaram clara a natureza aventureirista de muitas atitudes desse restrito círculo de dirigentes.»

E acrescenta a DORAA:

«Tal orientação é desenvolvida contra os verdadeiros interesses da Região e das suas populações e corresponde a uma perspectiva de defesa dos interesses ilegítimos da classe dominante.»

Em seguida a DORAA do PCP mostra alguns exemplos significativos de «situações fundamentadas no princípio da Autonomia sem limites», apontadas à destruição do «modelo constitucional da autonomia»:

ço do seu poder pessoal.

• Questões como o comportamento do presidente do Governo Regional, não recebendo na Região, em Agosto, o Presidente da República ou mantendo um relacionamento sobranceiro, incorrecto e insuficiente com o Ministro da República, visam, necessariamente, o confronto com os órgãos de soberania e com o representante especial da soberania na Região.

• Questões como a recente declaração do Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Regional, afirmando claramente que, quando houver dois canais de televisão, serão os dois regionais, recusando assim que aqui nos Açores possa vir a haver um canal nacional, demonstram a vontade do grupo dominante de acentuar o isolamento e fomentar a se-

consenso nacional sobre esta nova realidade que é a Autonomia.

Sublinhando que «se tivessem apoio, o que não acontece», as situações descritas anteriormente «levariam à liquidação efectiva da autonomia e à criação de dependências do estrangeiro que os açorianos não aceitam», a DORAA declara:

«Torna-se indispensável que todos os patriotas desta Região, independentemente do seu posicionamento político-partidário, se oponham a esta orientação agressiva e aventureirista, prosseguida por um restrito círculo de dirigentes do PSD. As perversões separatistas há que contrapor firmemente a defesa da Autonomia Constitucional.»

### Práticas centralistas

Analisando em detalhe «as práticas e comportamentos que

## A questão do Estatuto

Independentemente da questão surgida com o artigo 6.º do Estatuto, a DORAA considera que a Lei da Revisão do Estatuto, agora em reapreciação, constitui um passo positivo na valorização da realidade institucional dos Açores.

A correcção, embora incompleta, introduzida no sistema eleitoral regional e na forma de aprovação do Orçamento Regional, a adaptação do Estatuto à revisão constitucional de 1982 e a clarificação de diversas normas foram conseguidas numa perspectiva que globalmente é positiva.

Esta situação foi alcançada em virtude do PSD, por não dispor da maioria na Assembleia da República, ter sido obrigado a dialogar com os partidos da oposição.

A questão surgida com o uso e honras a atribuir aos símbolos regionais começou por ser uma questão interpretativa ligada a um articulado redigido de forma deficiente, mas passou a ser uma questão política importante, porque à volta dela foram esboçadas atitudes nas quais predominaram, por um lado, a provocação separatista e, por outro lado, conceitos centralistas que põem ambos em causa o modelo Constitucional da Autonomia.

Neste quadro o sereno reexame da questão surgida impunha-se, mas não pode nem demorar demasiadamente, nem deixar de ter em conta o carácter globalmente positivo da Lei de Revisão do Estatuto.

(Das conclusões da reunião plenária da DORAA do PCP de 12 de Outubro, em Ponta Delgada)

## São Miguel 1.ª Assembleia elegeu Comissão de Ilha

Melhorar o funcionamento dos organismos, a preparação dos quadros e do conjunto da organização constitui uma linha de trabalho saída da recente assembleia dos comunistas da ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores.

Participada por 75 delegados eleitos pelos diversos organismos daquela ilha, a 1.ª Assembleia da Organização de S. Miguel culminou um intenso período preparatório, que incluiu meia centena de reuniões em que participaram várias centenas de militantes e simpatizantes de toda a ilha.

No decorrer da Assembleia, foi aprovada uma resolução política que estabelece as linhas de orientação para o trabalho do Partido na ilha, quer no que diz respeito às questões de ordem social, quer aos problemas e tarefas da vida interna da organização.

A necessidade de criar um plano integrado de desenvolvi-

mento para a ilha de São Miguel, que contemple a produção, as infra-estruturas e a resolução das gravíssimas situações de pobreza, miséria e carências sociais que se vivem na maior ilha açorianas, é sublinhada na resolução política aprovada.

O documento refere noutra passagem o acentuado crescimento da organização do Partido em São Miguel nos últimos 5 anos, definindo um conjunto de prioridades na acção organizativa.

Durante os trabalhos os delegados elegeram a nova Comissão de Ilha, organismo que dirigirá a actividade do Partido em São Miguel até à próxima Assembleia. Integram a CI 28 camaradas.

Na sessão de encerramento da Assembleia, realizada na Escola Domingos Rebelo em Ponta Delgada, registaram-se as intervenções dos camaradas do Comité Central, José Decq Mota, responsável da DORAA, e Blan-

qui Teixeira, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central. Abordando a actual situação política nacional, Blanqui Teixeira salientou a importância da unidade, entendimento e convergência dos democratas para a concretização de uma alternativa, que impeça a continuação da política desfavorável à maioria dos portugueses e aos interesses nacionais.

### Faial: assembleia dia 30

O Executivo da Comissão da Ilha do Faial do PCP decidiu na sua reunião do passado dia 27 de Outubro convocar para o próximo dia 30 de Novembro a segunda assembleia da Organização do Faial, com a finalidade de eleger a Comissão de Ilha do Partido e de reforçar o funcionamento e acção da organização em toda a ilha.

## Deputado do PCP em Peniche

Na qualidade de deputado eleito pelo círculo de Leiria à Assembleia da República, esteve em Peniche no passado dia 23 o camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central.

Durante a sua presença em Peniche, Joaquim Gomes avisou-se com o presidente da Câmara Municipal. Neste encontro participou também o vereador Henrique Bertino.

O deputado do PCP teve ain-

da oportunidade de se encontrar com o presidente da Comissão Instaladora da Junta Autónoma dos Portos do Centro e com o representante da Direcção Geral dos Portos. O vereador Carlos Mota também esteve presente neste encontro.

Joaquim Gomes dialogou ainda com elementos da direcção da CERCIP e com o presidente da Comissão Instaladora do Hospital de Peniche.

As novas instalações do porto e da lota de Peniche, em fase de

acabamento, a CERCIP e o hospital foram pontos de visita e contacto nesta deslocação do deputado comunista. Em relação ao hospital, saliente-se que a população e os órgãos autárquicos reclamam a sua passagem à categoria H1, com a implementação das valências a que, como tal, terá direito.

Nesta sua visita ao concelho de Peniche, Joaquim Gomes foi acompanhado por Carlos Pinhão, membro do Comité Central.

## Terra

## Em causa importações desnecessárias

## Alastra descontentamento entre homens do campo

A realização durante o corrente mês de uma campanha em defesa da produção agrícola nacional contra as importações desnecessárias de produtos agrícolas e pecuários, pelo escoamento a preços justos do vinho e das madeiras queimadas e dos demais produtos agrícolas, constituiu uma das principais propostas a apresentar às organizações da lavoura e agricultores aprovadas pela direcção da CNA recentemente reunida em Coimbra.

No decorrer da referida reunião, convocada para analisar a situação na agricultura, os participantes constataram as crescentes dificuldades de escoamento da produção nacional e a degradação dos preços em resultado das importações de produtos agrícolas e pecuários.

Esta preocupação, segundo foi divulgado, advém sobretudo

do aumento de importações de carne de suíno e bovino, de fruta e batatas de consumo, «sem qualquer vantagem para o consumidor nacional, mas de consequências desastrosas para os agricultores portugueses».

A situação sanitária do efectivo pecuário nacional continua a suscitar, por outro lado, sérias preocupações entre os produtores nacionais, designadamente devido ao surto de peste suína africana que já provocou a morte de muitos milhares de animais (sem que as autoridades intervenham de forma capaz e atempada) ao mesmo tempo que se assiste ao reacender de novos focos de peripneumonia e brucelose entre os bovinos. O encerramento dos matadouros e das feiras de gado — decisão que tem causado gravíssimos problemas aos produtores — é entendida

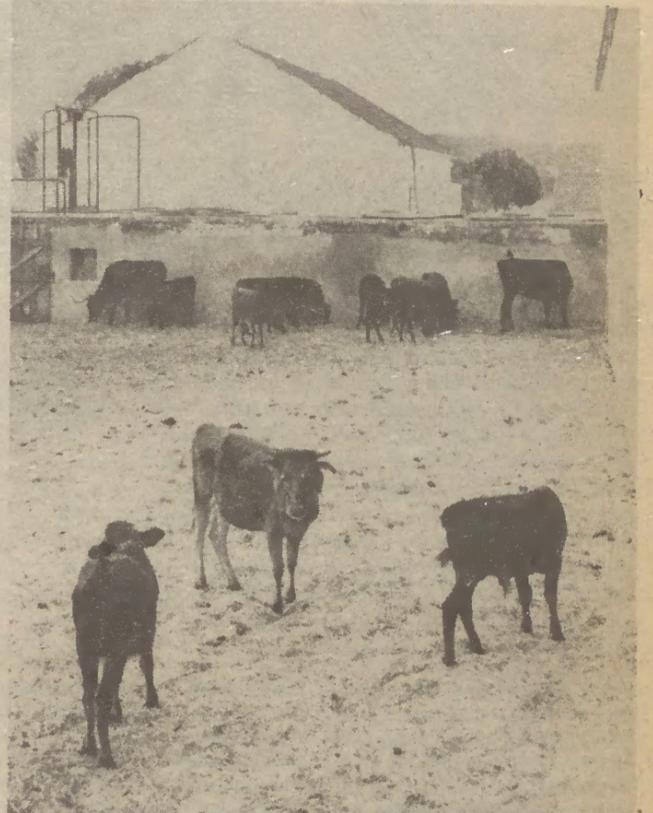
também como uma medida que apenas tem beneficiado a grande indústria e comércio do sector.

Quanto aos acordos com a CEE, a direcção da CNA reafirmou a necessidade do Estado português renegociar a limitação de 120 mil toneladas de concentrado de tomate nacional imposta pela Comunidade, reclamando por outro lado indemnizações aos produtores que viram as suas produções apodrecer na terra por falta de escoamento.

No decorrer da reunião foi ainda tomada posição sobre o anunciado imposto agrícola, tendo os participantes considerado que a agricultura portuguesa «precisa de apoios efectivos e não está em condições de suportar quaisquer novos agravamentos dos seus encargos».

Depois de exigir o escoamento de toda a produção de vinho de 85 ainda existente em adega e de reafirmar a sua oposição à obrigatoriedade do arranque das castas não autorizadas pela CEE, os dirigentes da CNA manifestam a sua apreensão pela nova lei do arrendamento rural em discussão a qual «viria a agravar a já precária segurança e estabilidade do agricultor rendeiro, com directa consequência no nível de investimento da agricultura».

Entre as decisões desta reunião conta-se ainda a marcação do IV Encontro das Organizações da Lavoura/Assembleia Geral da CNA para o dia 5 de Fevereiro de 1987.



A crescente importação de carne de suíno e bovino, a par de outros bens alimentares como a fruta e a batata de consumo, não beneficia o consumidor e está a trazer consequências desastrosas para os agricultores portugueses

## Trabalhadores

## Congresso dos Químicos

## Novas tecnologias em questão

O sector sindical da química e farmacêutica, que reúne algumas das maiores empresas do País, marcou o seu 4.º Congresso para 29 e 30 do corrente. A respectiva Federação (FSTIQFP) destaca, entre os trabalhos preparatórios da reunião daquele órgão, os debates de 11 e 12 do corrente sobre «as consequências da introdução das novas tecnologias no sector químico e farmacêutico».

O primeiro desses debates efectua-se no Porto. O segundo decorre dia 12 em Lisboa, no Largo da Trindade, 16, 1.º. Participam dirigentes e activistas sindicais.

Segundo a Federação, intervêm também nos debates quadros técnicos e um dirigente sindical francês, George Hervo, da CGT, que «dará conta da experiência francesa face ao fenómeno das novas tecnologias».

As iniciativas promovidas pela FSTIQFP no âmbito da preparação do seu IV Congresso, são abertas aos órgãos de comunicação social.

## Saltos bruscos

Os debates, que se iniciam às 15 horas dos dias anunciados, em Lisboa e no Porto, terão em conta os «previsíveis efeitos» da introdução das novas tecnologias em Portugal. A FSTIQFP, que destaca «a revolução científica e técnica», cuja introdução na indústria e nos serviços considera «inevitável e irreversível», prepara na acção sindical uma «resposta adequada». Quanto aos previsíveis efeitos salienta os

seguintes, «no quadro actual da sociedade portuguesa».

• Saltos bruscos na modernização do aparelho produtivo nacional, dado o atraso do País e a necessidade de assegurar a competitividade das empresas.

• Aproveitamento pelo patronato desta onda de renovação e inovação tecnológica para aumentar os lucros e agravar o

problema do emprego e as condições de vida e de trabalho, destruindo postos de trabalho, aumentando o trabalho precário, aumentando os despedimentos colectivos, provocando a quebra dos salários reais e intensificando os ritmos de produção.

• Modificação na composição qualitativa e quantitativa das diferentes categorias profissionais: criação de novas profissões, maior especialização e formação, crescimento numérico de certas categorias e redução de outras.

• Incremento das tentativas de atacar os direitos sindicais e reduzir a intervenção dos trabalhadores.

## Posição da CGTP em Estrasburgo

Dentro deste quadro de preocupações, a CGTP-IN, que teve recentemente um encontro com parlamentares europeus em Estrasburgo, defendeu «a necessidade de intervenção dos sindicatos a todos os níveis da sociedade».

Quanto ao desemprego, questão sobre todas preocupante, a CGTP sublinhou que «os desafios económico-sociais que se colocam aos países da Europa têm de ser enfrentados a partir da sua própria experiência e dos seus valores nacionais; e não pela «importação» de soluções ou por seguidismos em relação a modelos a ela estranhos».

Ainda sobre o desemprego, questão central em discussão na CEE (sessão plenária do Parla-

mento Europeu no próximo dia 14), a delegação da CGTP disse que o desemprego «não pode ser assumido como facto inultrapassável» e que o mesmo «tem soluções no quadro de uma política que perspetive o desenvolvimento, associando a modernização económica em simultaneidade com o combate ao desemprego».

Acerca das prioridades de investimento, a delegação da CGTP (Carvalho da Silva e Ruben Rolo, ambos da Comissão Executiva de que o primeiro é coordenador) afirmou perante os deputados europeus que essas prioridades incidentes nas novas tecnologias «não podem ser uniformes para todos os países da CEE».

## A «1.º de Maio» em festa no sábado, em Avis

Um ciclo que se repete, renovando-se, anualmente. Um ano agrícola chega ao fim; um novo ano agrícola começa. Na Cooperativa Agrícola «1.º de Maio», em Avis, também é assim; por isso mesmo, vai haver festa.

Uma festa que assinalará o encerramento do ano agrícola de 85/86. Convidados, segundo um comunicado chegado à nossa redacção, estão «todos os cidadãos que queiram conviver com os trabalhadores da Cooperativa».

O local, é nas novas instalações e, garantem-nos, constituirá uma excelente oportunidade para conviver, ouvir boa música popular, provar bons petiscos e, sobretudo, conhecer mais de perto a Reforma Agrária, essa realidade que transformou em todos os seus aspectos a vida naquela região.

Também o leitor está, pois, convidado. É já no próximo sábado, dia 8. Uma oportunidade que não deve perder.

## Reforma Agrária suscita solidariedade

A contínua política de ataques à Reforma Agrária — ofensiva que só no mês de Outubro espoliou mais de oito mil hectares das melhores terras a 22 UCPS/Cooperativas (ver páginas 6 e 7 do «Em Foco», nesta edição) — continua a suscitar os mais diversos protestos e reacções de estruturas e organizações sindicais e partidárias. Desta feita, foram os comunistas alentejanos que reafirmaram o seu empenho e a sua total disponibilidade para, «com todas as suas forças», travarem a ofensiva contra a Reforma Agrária.

Tornada pública após um ple-

nário extraordinário de quadros da Organização Regional do Alentejo do PCP recentemente realizado em Évora, esta declaração surge na sequência de novos desenvolvimentos da ofensiva governamental que para além dos roubos já referidos destruiu diversas unidades de produção, estando entretanto em curso cerca de 100 processos de reservas («acções reivindicativas», «penhoras», «leilões», etc.) que, a jrem por diante, roubariam até ao fim do ano mais de 40 mil hectares (dez por cento das melhores terras na posse das UCPS/Cooperativas), levando

consequentemente à destruição de centenas de postos de trabalho.

Depois de apelarem a todas as organizações do Partido, aos trabalhadores e suas organizações de classe, às estruturas unitárias e a todos os democratas para que se solidarizem activamente com a Reforma Agrária, os comunistas alentejanos afirmam por último que o nosso país o que «precisa é de pão, de trabalho, de melhores condições de vida, o que precisa é de estabilidade, de paz e de liberdade».

## PCP

## Reunião da Comissão Distrital de Beja

Quinze mil desempregados, falsas medidas de emprego para a juventude (dos 2064 candidatos ao OTJ só 986 é que tiveram colocação e apenas para 6 meses), milhares de mulheres sem trabalho e de jovens a percorrerem os caminhos da emigração para Suíça ou da imigração para Lisboa e o Algarve, ofensiva contra a Reforma Agrária, os pequenos e médios agricultores, as

empresas públicas, e o Poder Local, degradação dos serviços de saúde e da rede de ensino — contam-se entre os elementos que caracterizam a situação actual no distrito de Beja.

Reunida recentemente, a Comissão Distrital do PCP abordou essa situação, aprovando um documento onde se sublinha a demagogia do Governo em oposi-

ção frontal aos factos e às realidades, e onde se chama a atenção para a necessidade de medidas urgentes no quadro de uma política de desenvolvimento do distrito e do País. A luta dos trabalhadores e a unidade dos democratas, por um lado, e o papel insubstituível do PCP, por outro, foram também temas em destaque na reunião da C. Distrital do Partido.

Poder Local

# Montijo Cavaco corta-fitas com PS a reboque!!!

Se o escândalo da visita corta-fitas do primeiro-ministro Cavaco Silva ao Montijo, em vésperas de eleições autárquicas, escancarou perante o País a imoralidade política de um Governo que não tem reboços em utilizar o aparelho de Estado para servir interesses partidários próprios, uma tarjeta distribuída pelo PSD do Montijo a anunciar o «evento» na própria vila (e que reproduzimos) explicitou, com desastrada grosseria, o entendimento que esta gente tem não apenas do Poder Local mas do próprio funcionamento das instituições democráticas no nosso país.

Num estilo de anticomunismo cavernícola e com formulações «democráticas» que lembram a indignidade ideológica, intelectual, ética e moral da propaganda da guerra fria (para não falar do fascismo), os papéis pèpèdês começam por «cabeçalhear» com uma frase tão garrafal como ambígua, cuja é «MONTIJO LIVRE» (livre de quê? das pulgas? dos ratos? do imposto complemen-

tar? da caspa? dos engarrafamentos? das constipações? Estes bacocos...) E o melhor vem a seguir: à esquerda anuncia-se, a seco, a visita do «Sr. Primeiro-Ministro» a «convite da Câmara Municipal» e à direita, sem disfarçar nem hesitação, recorda-se que «o Partido Social Democrata e o Partido Socialista apresentaram-se às urnas em listas conjuntas», pelo que «chamamos a

atenção para a importância destas eleições, dado que está em jogo não só a Assembleia Municipal como também a actual maioria da Câmara».

Um mimo! A coisa termina com um apelo ao voto nas listas PSD/PS (parece que o Cavaco até já manda nos socialistas, a ponto de trocarmos a ordem da «coligação»), isto tudo em prol de um «Concelho Moderno e Livre».

De facto, nas mãos em que se encontra neste momento, o Montijo está tão «moderno» e «livre» que a Câmara, horas antes da chegada de Cavaco, se afadigou a retirar os panos (coisa nunca vista nas gestões APU) que a população colocara para se queixar dos seus problemas... E o PPD e amigos do PS estão seguros das suas «forças Demo-

cráticas vitoriosas» que gritam, angustiados, no parágrafo logo abaixo, «que está em jogo não só a Assembleia Municipal como também a actual maioria da Câmara».

Já agora, duas perguntas:  
1.º — Afinal o PS não faz coligações, como diz a sua actual direcção, ou a coisa por lá é cada cabeça cada sentença?!...  
2.º — A Comissão Nacional de Eleições não tem nada a dizer, perante este escândalo?

Quem, entretanto, já disse o necessário sobre tudo isto foi a Comissão Concelhia do PCP que, em nota divulgada a propósito da estranha visita de Cavaco Silva, a considerou «inscruta despudoradamente na campanha eleitoral» da coligação PS/PSD (ou PSD/PS?!... A gente já nem sabe!).

Aquele organismo do PCP denunciou a política levada a cabo pelo PS no concelho, considerando que ela desmente afirmações de dirigentes socialistas nacionais relativamente à recusa de aliança à direita e designadamente ao PSD.

Considerou a Concelhia do



## MONTIJO LIVRE

Informação da Secção do Montijo do Partido Social Democrata

### CAVACO SILVA NO MONTIJO

A convite da Câmara Municipal do Montijo, desloca-se a esta cidade, na próxima Sexta-feira, dia 31 de Outubro, o Sr. Primeiro Ministro, acompanhado do Sr. Secretário de Estado de Habitação e Construção.

- Do programa destacamos:
- Recepção nos Paços do Concelho pelas 11 horas.
  - Lançamento da 1.ª Pedra de Construção de 54 fogos de Habitação Social.

### LÊ E DIVULGA

Palavras para quê? É um documento pèpèdê!!!

### Eleições de 14 de Dezembro para as Freguesias do nosso Concelho

Na sequência das eleições autárquicas de 15 de Dezembro de 1985, em que as forças Democráticas saíram vitoriosas, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista apresentam-se novamente às urnas em listas conjuntas.

Chamamos a atenção para a importância destas eleições dado que está em jogo não só a Assembleia Municipal, como também, a actual maioria da Câmara.

### LISTAS PSD/PS

Para um Concelho Moderno e Livre

## PCP analisa autarquias do Algarve

Eleitos e activistas nas autarquias membros do PCP, reunidos em Faro no dia 25/10, fizeram balanço ao funcionamento dos órgãos autárquicos na região e definiram as perspectivas de acção futura.

Salientaram igualmente a vasta obra que está sendo realizada pelos municípios de presidência e maioria APU, em defesa do progresso, dos interesses e aspirações das populações. A gestão da APU tem cumprido as promessas com que se apresentou ao eleitorado, num trabalho intenso e dinâmico, isento e honesto.

O mesmo não se verifica, entretanto, nos municípios controlados por outras forças políticas.

Em Vila Real de Santo António, o PS/PSD, que usurparam a Câmara à APU, continuam uma gestão caracterizada pelas ilegalidades, pelas atitudes antidemocráticas, pelos favores e compadrio. Abandonam obras importantes iniciadas no mandato anterior, gastam os dinheiros públi-

cos ao desbarato, caluniando e mentindo.

As Câmaras de maioria absoluta PS ou PSD (não há diferenças), são caracterizadas por uma gestão centralista, sectária e hegemónica, onde se procura impedir e desvalorizar a acção construtiva dos eleitos das outras forças políticas, esvaziando o papel e o funcionamento democrático dos órgãos autárquicos, que em muitos casos são

transformados em meras correias de transmissão dos interesses dos especuladores imobiliários.

Procurando esconder das populações tal realidade, levam a cabo algumas obras de fachada, ao mesmo tempo que investem avultadas somas e meios em acções de propaganda, a fim de escamotear a verdadeira face e objectivos que caracterizam a sua gestão.

Nas autarquias onde estão em maioria, os eleitos comunistas continuarão a dar a conhecer à população as suas propostas para resolução dos problemas, e exigir o funcionamento normal dos órgãos autárquicos, combatendo o presidencialismo e o sectarismo, denunciando as ilegalidades, o compadrio e a corrupção, características da gestão de algumas câmaras na região. Os eleitos comunistas, no momento em que se inicia a discussão dos planos e orçamentos para 1987, tudo farão para que estes correspondam às necessidades de uma gestão eficaz dos recursos das autarquias, e respondam aos interesses e aspirações reais das populações.

A reunião fez balanço à discussão que se está a realizar nas assembleias municipais, sobre o projecto-lei de «Criação das Regiões Administrativas» apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do PCP. Esta iniciativa veio ao encontro das legítimas aspirações dos algarvios, já que possibilita a rápida e concreta institucionalização da região administrativa do Algarve. Com este projecto ficam sem sentido prático as ideias da necessidade da revisão antecipada da Constituição ou as da criação da região piloto.

A reunião reafirmou a disposição dos comunistas de trabalhar em diálogo, para o entendimento e cooperação com todos os autarcas, independentemente da sua filiação partidária, tendo por objectivo resolver os problemas das populações locais e dar satisfação às suas mais sentidas aspirações.



Foi assim a visita do Primeiro-Ministro ao Montijo: população de um lado, polícia a meio, Cavaco ao longe, escondido dos Montijenses e do seu justo protesto contra tanto descaramento

## Câmara do Funchal Os «amens» ao desastre

A Assembleia Municipal do Funchal aprovou a 1.ª Revisão Orçamental da Câmara Municipal para o ano de 1986, dando assim o seu acordo à gestão ruínosa do Executivo Camarário. A APU votou contra a Revisão proposta pela Câmara, por algumas razões que — refere-se em comunicado — «julgamos deverem ser tornadas públicas».

Assim, a Câmara propõe uma Revisão Orçamental que comporta 3 646 551 contos que, sem qualquer intervenção do Executivo Camarário, estão a ser negociados entre o Governo Regional e o Governo da República. Ora, «sendo conhecimento público que o sr. dr. Alberto João Jardim assinou com o ministro das Finanças um protocolo financeiro que retirou à Região a possibilidade de dispor das suas finanças durante os próximos anos, não podemos aceitar que o mesmo seja feito com as finanças municipais».

A APU da Madeira denuncia publicamente a atitude do PSD que, sendo maioria absoluta na Assembleia Municipal, aprova a proposta da Câmara, sem saber como nem quando virá o dinhei-

ro, nem muito menos que condições serão impostas ao Município. E acrescenta:

«Quando a grande maioria dos municípios do País procurava junto da Assembleia da República que o Orçamento do Estado destinasse verbas mais significativas para as Câmaras, a Câmara Municipal do Funchal, com o pretexto de que iria negociar o protocolo de saneamento financeiro, dessolidarizou-se dos restantes municípios.

Claro que é mais fácil à Câmara, pois não cria problemas com os responsáveis do Governo da República, aumentar a água em mais 35%, em média, para os consumidores domésticos e criar tarifas de saneamento e aumentar indiscriminada-

mente todas as taxas municipais».

A APU votou contra estas medidas. E sublinha: «se o Governo tenta travar os aumentos de salários com o argumento de que a inflação vai baixar, não se pode admitir que as taxas que abranquem a grande maioria dos municípios sejam aumentadas escandalosamente».

E o comunicado conclui: «A Aliança Povo Unido defende os interesses dos municípios. Através do conhecimento e da ligação com as populações a APU tem ajudado a resolver muitas situações, quer apresentando aos órgãos que gerem a autarquia os problemas mais sentidos pelas populações, quer dando conhecimento público de situações que necessitam de resolução».

Esta tem sido e continuará a ser a actuação da APU nas autarquias. Estaremos sempre ao dispor de todos os cidadãos interessados em ajudar a encontrar soluções para os muitos problemas que afectam o Concelho do Funchal».

## Onde querem levar Lever?!

O presidente da Câmara Municipal de Gaia marcou para o dia 30 de Novembro eleições para a Assembleia de Freguesia de Lever. A Aliança Povo Unido, ao elaborar a sua lista e em muitos outros contactos preparatórios do acto eleitoral, verificou existirem opiniões negativas e um ambiente hostil da população à realização das eleições, sem prévia realização dum plenário da população.

No dia 2 de Outubro a Aliança Povo Unido tornou pública a seguinte posição: por respeito pela vontade do povo de Lever, a APU não apresentaria a sua lista, no caso de outras forças políticas procederem do mesmo modo. E foi isto que aconteceu. No dia 6 de Outubro não deu entrada no tribunal qualquer lista.

A APU afirma que a actual situação, que se mantém há vários anos, não serve os interesses dos leverenses. Em vez duma Junta e Assembleia de Freguesia eleitas democraticamente e sujeitas ao controlo dos representantes eleitos das diferentes forças políticas e da po-

pulação, mantém-se em funções uma comissão administrativa com elementos designados apenas pelo PSD e livres da fiscalização dos representantes da população.

Mas insiste que a solução para este problema tem que ser encontrada no rigoroso respeito pela opinião dos leverenses. A APU condena vivamente aqueles que atiraram a população de Lever para este conflito, preocupados com jogos de poder, eleitoralismo, ocultação de negociatas, etc., em vez de trabalharem de uma forma séria para a resolução dos anseios da população.

Internacional

# Trabalhadores contra ofensiva do capital

Milhões de grevistas em todo o país. Centenas de milhares de manifestantes, dezenas de milhar em Paris. É o balanço sucinto da grande jornada de luta realizada pelos trabalhadores franceses no passado dia 21 de Outubro. O apelo de seguida divulgado pela CGT, saúda «o poder e o dinamismo da acção nacional de 21 de Outubro exprimindo o descontentamento e a combatividade dos trabalhadores» e sublinha que a envergadura da batalha desenvolvida por todo o país (abarcando todas as cidades principais), «é um encorajamento a todos os assalariados que defrontam as agressões contra o poder de compra, o emprego, os direitos sociais e sindicais».

Estas as grandes questões em causa, nesta como noutras jornadas de luta.

Questões comuns a todos os países capitalistas — com destaque para o problema magno do desemprego: em termos de postos de trabalho, em termos do próprio conteúdo e formas que o trabalho assume (reduzir o trabalho seguro e qualificado a um punhado de «priviligiados»).

O congressista Elton Waldon apresentou à Câmara de Representantes dos EUA uma resolução exigindo a criação de um grupo especial nacional para o problema do analfabetismo. Na opinião do congressista, é lamentável a situação do ensino nos EUA: pelo menos 29 milhões de norte-americanos, com idade superior a 18 anos, não dominam as noções mais elementares, necessárias à vida quotidiana.

Isto passa-se no país que se assume como cabeça do sistema capitalista.

Uma realidade quase assombrosa.

E que tem naturalmente a ver com uma política de redução drástica das despesas sociais, desmantelamento do próprio sistema social de saúde, ensino, segurança social — ou seja, a privatização e rentabilização dos serviços sociais, que de facto assim o deixam de ser. Prática corrente nos EUA e hoje na generalidade dos países capitalistas industrializados (nos países em vias de desenvolvimento, há estes e outros problemas, com um carácter ainda mais dramático).

Aos profundos cortes nas despesas sociais soma-se uma quebra na massa salarial, o que em termos gerais se salda por uma parcela menor do valor produzido para os trabalhadores.

A desvalorização do trabalho passa também pelo esforço de divisão dos trabalhadores entre um sector altamente qualificado e uma grande massa sujeita a diversas formas de trabalho precário, desqualificado.

E temos os números do analfabetismo (que perspectivas se abrem a quem estuda?).

E a realidade — com tendência a agravar-se — de trabalhadores qualificados no desemprego. Referimos o exemplo da RFA onde o desemprego crescente entre os jovens que dispõem de uma formação profissional, caracteriza a situação actual do mercado do trabalho no país. O ano passado mais de metade dos desempregados tinha formação profissional. Mesmo na indústria metalúrgica onde de momento se regista uma certa recuperação, o número de trabalhadores qualificados no desemprego ultrapassa em 20 vezes o número de postos vagos.

Como pano de fundo dos gravíssimos problemas com que se

defrontam os trabalhadores do mundo capitalista — o problema maior do desemprego.

A Comissão Europeia divulgou recentemente o número de 16 milhões, referente ao conjunto de países da CEE. Um número extremamente elevado: um pouco mais de 11 por cento da população activa.

Mas a realidade é ainda mais grave.

Tendo em conta cálculos dos sindicatos dos diferentes países em causa, pensa-se que o número real de desempregados se deve aproximar dos 20 milhões.

Por outro lado, o desemprego não atinge todos da mesma forma. Antes tem um carácter acentuadamente selectivo, atingindo muito em particular os jovens e as mulheres (para não referir aqui os problemas dos imigrantes, vítimas maiores e hoje alvo de facto de um processo de expulsão).

Assim, no conjunto dos desempregados, 42,7 por cento são mulheres e 36,6 por cento têm menos de 25 anos. Percentagens muito significativas que entretanto deixam de fora, quer o elevado número de mulheres que se não declaram nas bolsas

de trabalho, quer os jovens englobados por diferentes formas na pseudo-formação e pequenos trabalhos pretensamente sociais, com que se pretende «melhorar» estatísticas e minorar o descontentamento de uma nova geração a que se fecham as perspectivas de futuro.

## Manobras velhas «pintadas» de novo?

Em Paris, o Conselho de Ministros tomou uma decisão sobre o «desenvolvimento da participação dos assalariados na empresa». Nos projectos adoptados afirma-se pretender «privilegiar a responsabilidade e a motivação dos assalariados no seio da comunidade de interesses que a empresa constitui». Palavras que esclarecem logo os objectivos. Trata-se de ressuscitar uma fórmula que visa fazer os trabalhadores (a troco de umas insignificantes migalhas dos lucros do patronato) participar no seu próprio processo de exploração.

Com um outro elemento de acréscimo: reduzir a nada as verdadeiras organizações de trabalhadores — objectivo central do patronato.

Assim, no caso concreto, a eleição dos «administradores» assalariados escaparia às organizações sindicais. Cinco por cento do pessoal da empresa pode apresentar o seu próprio «candidato». Quanto à representação do comité de empresa ficará reduzida ao simbolismo de uma única pessoa.

Denunciando e conteúdo desta decisão governamental a CGT refere, de par do objectivo patronal de fazer participar os trabalhadores no seu processo de exploração, a tentativa de «recuperar as aspirações a viver melhor e a intervir na gestão» e ainda o agravamento da baixa do poder de compra, nomeadamente «desenvolvendo a parte flexível e aleatória dos salários, em detrimento da parte fixa e garantida».



Uma «fórmula» a somar a outras como a liberalização dos despedimentos, a «flexibilização» do trabalho, as leis anti-sindicais (com destaque para a Grã-Bretanha e a RFA). Ou mais simplesmente: a repressão.

«Fórmulas» só possíveis pelo apoio governamental.

A que se somam outras, de unidade directa entre sectores do patronato — contra os trabalhadores, naturalmente.

Assim, os grandes monopólios de quatro países nórdicos (Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia) criaram um fundo especial, cujos recursos se destinam a casos de conflitos de trabalho com os sindicatos.

Esta fórmula da unidade de esforços entre o grande patronato, surge em ligação com importantes greves desencadeadas recentemente por trabalhadores dos países nórdicos em indústrias-chave.

## Lutas

«Os lucros são grandes e continuam a aumentar. Entretanto, o custo do trabalho gasto com a produção de cada unidade diminuiu. Diminuiu também o emprego da população apta para o trabalho. Os salários de milhões de trabalhadores estão congelados ou reduzem-se. É por isso que a renovação dos contratos é para nós o problema sócio-político

21 de Outubro — importante jornada de luta dos trabalhadores franceses, face a problemas (e batalhas) comuns à generalidade dos países capitalistas

mais importante». São palavras do secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos, da Confederação Geral Italiana do Trabalho.

Neste momento, em Itália, a luta centra-se em torno da renovação dos contratos colectivos de trabalho, por melhores salários, contra o desemprego.

A 14 de Outubro realizou-se uma greve geral.

Dias depois paralisaram os trabalhadores da Alitalia (transportes aéreos) e do sector da saúde. Os professores anunciaram a possibilidade de recurso à greve.

Um exemplo solto das muitas lutas de trabalhadores que se

vêm desenvolvendo na Europa capitalista.

Também nos Estados Unidos se realizam importantes movimentos grevistas.

Desde 31 de Julho (há três meses) estão em luta 45 mil metalúrgicos da USX, o maior produtor norte-americano de aço.

A USX fechou todas as suas empresas e utilizou o lock-out contra os trabalhadores que recusaram aceitar as exigências da empresa, que incluíam a aceitação de uma redução de salários de 3,5 dólares por hora.

A luta continua. E conta com ampla solidariedade, também no plano internacional.

## Afeganistão, retirada de tropas soviéticas

Os soldados soviéticos regressados do Afeganistão, foram calorosamente saudados pelo CC do PCUS. «Vós, combatentes internacionalistas, haveis arriscado as vossas vidas para salvar milhares de crianças, velhos e mulheres afegãos das represálias sangrentas dos mercenários e terroristas. Vós destes às crianças, aos camponeses e aos operários a oportunidade de estudarem, ceifarem as colheitas e trabalharem com as máquinas» — uma mensagem que reflecte a realidade dos factos, sistematicamente adulterada e caluniada pela propaganda do capital.

O regresso parcial dos soldados soviéticos constitui em si um gesto de boa vontade, no sentido de acelerar a concretização de uma solução política dos problemas que se vivem na zona.

Reflecte, por outro lado, como foi oportunamente sublinhado pela «Pravda», «o processo de crescente estabilização da situação no país».

Neste processo, a juventude tem

um importantíssimo papel a desempenhar.

Dois mil membros da organização democrática da juventude do Afeganistão foram eleitos como deputados nas recentes eleições para os órgãos do poder local — o que acontece pela primeira vez na história do país.

As grandes tarefas que hoje se colocam aos jovens são a mobilização para o cumprimento do primeiro plano quinquenal e a participação na defesa da revolução.

## Estudantes presos na Coreia do Sul

Os estudantes da Universidade de Kon-Kug, ocuparam durante quatro dias as instalações universitárias, como forma de protesto contra o regime ditadura de Chun Doo-Hwan, e a política governamental de total submissão aos interesses dos EUA.

Relembremos que a batalha contra a ditadura, de que esta luta dos estudantes é um exemplo, se desenvolve num país dividido pela força das armas do imperialismo, e onde a reunifi-

cação surge como exigência popular.

O protesto estudantil foi brutalmente reprimido por milhares de polícias, utilizando granadas de gases lacrimogéneos, helicópteros e carros de água. Mais de mil estudantes foram presos.

## Por um corredor livre de armas nucleares

Os «Princípios para um corredor livre de armas nucleares na Europa Central» foram acordados pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), partido dirigente da República Democrática Alemã, e pelo Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), o maior partido da oposição na República Federal Alemã.

Segundo os princípios acordados, este corredor deverá abarcar zonas da RFA, da RDA e da Checoslováquia. É ainda proposto que, três anos após a criação do corredor, os governos envolvidos negociem o seu alargamento a fim de o transformarem numa zona livre de armas nucleares na Europa Central.

De referir, neste contexto, a próxi-

ma realização em Janeiro de eleições legislativas na RFA.

## Semana do desarmamento

Mais de 60 milhões de pessoas participaram nas mais de 160 mil manifestações, comícios, conferências e outras iniciativas antimilitarizadas integradas na semana de acções pelo desarmamento, proclamada pela ONU e que decorreu entre 24 e 31 de Outubro.

A semana de desarmamento foi comemorada por todo o mundo. No mundo capitalista, por vezes defrontando mesmo a repressão. E nos países socialistas.

Na União Soviética realizaram-se manifestações em várias cidades do país. Organizou-se ainda uma jornada de trabalho, a nível nacional, cujos fundos reverterão para o fundo soviético da paz. Uma grande manifestação percorreu as ruas de Moscovo. No comício no palácio de desportos «Olimpiski» foi aprovada uma mensagem ao secretário-geral da ONU.

Internacional

# Saudação do PCP ao PC da Argentina

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do Partido Comunista da Argentina a saudação que transcricemos na íntegra:

Queridos Camaradas,  
Por motivo da realização do 16.º Congresso do Partido Comunista da Argentina, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente o Comité Central do PCA e, por seu intermédio, os delegados ao 16.º Congresso e todos os comunistas argentinos.

Frequentemente obrigados a desenvolver a sua acção na clandestinidade ou na semiclandestinidade, os comunistas argentinos pagaram um duro preço pela sua devoção aos interesses da classe operária e aos ideais da democracia, da independência, do progresso social e da paz. Em conjunto com outras forças democráticas, o PCA deu uma importante contribuição para pôr termo à ditadura militar imposta ao povo argentino desde 1976. Com a instauração do novo regime democrático, abriram-se perante os trabalhadores e o povo argentino novas possibilidades de luta pelas suas aspirações patrióticas, democráticas e progressistas, cuja concretização é inseparável da existência, da acção e do fortalecimento do PCA. Desejamos os melhores sucessos aos trabalhos do 16.º Congresso do PCA e expressamos a nossa solidariedade à vossa luta pela defesa, consolidação e aprofundamento da de-

mocracia, pela unidade de todas as classes sociais e forças políticas antimonopolistas e anti-imperialistas, contra o garrote da dívida externa e pela independência nacional, pelo progresso social e a paz.

A evolução da situação na Argentina e noutros países do continente latino-americano encerra, a nosso ver, lições de maior importância para o movimento comunista e revolucionário mundial. Numerosas ditaduras fascistas foram derrubadas e as heróicas lutas dos povos de El Salvador e do Chile apontam inequivocamente para a vitória. Triunfou e defende-se corajosamente a revolução popular sandinista da Nicarágua. Em Cuba afirma-se a superioridade do socialismo. O tradicional domínio do imperialismo norte-americano sobre o continente entrou numa nova fase da sua crise, o que é bem patente na luta generalizada contra o garrote da dívida externa.

Num processo, sem dúvida, complexo e contraditório a luta dos povos da América Latina e das Caraíbas comprova que o desenvolvimento mundial se verifica no sentido da democracia, da independência nacional, do progresso social e do socialismo.

O imperialismo e, em primeiro lugar, o imperialismo norte-americano, procurando a todo o custo sustentar e, se possível, inverter o processo revolucionário, pratica uma política militarista e agressiva que põe em risco a própria existência da Humanidade. A luta em defesa da paz,

contra a corrida aos armamentos, pelo desarmamento e, em primeiro lugar o nuclear, para impedir a militarização do espaço, pelo fim dos ensaios nucleares, tornou-se, assim, uma tarefa urgente comum aos trabalhadores e aos povos de todo o mundo. Na luta por estes objectivos, em Portugal, o PCP responsabiliza o imperialismo pelo perigoso agravamento da tensão internacional, valoriza altamente as propostas e iniciativas de paz e desarmamento da URSS e dos países socialistas, designadamente as propostas apresentadas na Cimeira de Reykjavik; expressa a sua solidariedade para com todos os povos vítimas da política agressiva do imperialismo; sublinha que a cooperação e amizade de todas as forças do progresso social constitui um factor fundamental para a defesa da paz.

O PCP considera como seu primeiro dever no plano internacional agir pelo reforço da unidade do movimento comunista e operário internacional, força determinante da coesão de todas as forças anti-imperialistas e da luta pelo progresso social e da defesa da paz.

Em Portugal, a luta dos comunistas em defesa dos interesses da classe operária, do povo e do país continua a ter como eixo principal a defesa das conquistas da Revolução de 25 de Abril e do regime democrático. Em face da política abertamente reaccionária, antipopular e antinacional conduzida pelo actual Governo, o PCP considerou necessário intensificar a luta pela sua urgente demissão e a sua substituição por um governo democrático. As condições fundamentais para atingir um tal objectivo existem. O governo actual não dispõe de base social e política suficiente. Amplia-se a luta da classe operária e das massas populares. Na Assembleia da República existe uma larga maioria democrática.

Só a estreiteza partidária e preconceitos anticomunistas de outros partidos democráticos têm impedido a necessária convergência de esforços para impor uma alternativa democrática que assegure o cumprimento da Constituição, dê solução aos mais graves problemas económicos e sociais do país, defenda a independência nacional ameaçada pela política de submissão ao imperialismo norte-americano e pela ruínoza integração de Portugal na CEE. O PCP prosseguirá firmemente a luta por estes objectivos.

Queridos Camaradas,  
Uma vez mais desejamos aos trabalhos do 16.º Congresso do PCA os melhores sucessos. Aproveitamos a ocasião para expressar a nossa vontade de reforçar as tradicionais relações de amizade e solidariedade fraternal existentes entre os nossos dois partidos, na base do marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

Viva o 16.º Congresso do Partido Comunista da Argentina!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Argentina!

Viva o internacionalismo proletário!



## Timor-Leste

# Parlamentares portugueses defendem direitos do povo maubere

A questão de Timor-Leste, ocupado militarmente pela Indonésia há mais de dez anos, foi um dos temas focados pela generalidade das intervenções da delegação portuguesa que no mês passado participou nos trabalhos da 76.ª Conferência da União Interparlamentar, na Argentina. A polémica gerada em torno daquele problema, cuja gravidade os representantes da Indonésia pretenderam escamotear através da distribuição de um comunicado sobre a situação naquela ex-colónia portuguesa, pretensamente integrado por livre vontade na Indonésia, e onde se referem a dado passo declarações abonatórias da política seguida por este país proferidas ao que se afirma pelo deputado Anacoreta Correia no decurso de recente visita que efectuou à região, levou a delegação portuguesa a divulgar em conferência de imprensa, em Buenos Aires, um comunicado que alerta a opinião pública internacional para o drama do povo de Timor-Leste.

O documento começa por sublinhar que Portugal continua responsável, de acordo com o direito internacional, por promover e garantir o direito de Timor-Leste à sua independência, direito esse que é de resto reconhecido pela Assembleia e pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, a Comissão dos direitos do homem e pela sua subcomissão de minorias.

Também o Parlamento Europeu — refere o comunicado — se pronunciou em Julho último nesse sentido, apelando ao governo da Indonésia para que cesse as suas hostilidades contra os habitantes de Timor-Leste e ponha fim à ocupação do seu território, garantindo o respeito à autodeterminação e independência do povo Maubere.

Por outro lado, o Parlamento Europeu convidou todas as instituições da Comunidade Europeia a criar condições para que o povo de Timor-Leste possa exercer livremente os seus direitos, o que até agora não sucedeu, bem como os estados membros da CEE a utilizar os seus meios diplomáticos para que seja reposta a legalidade naquele território e a exigir a presença dos representantes do povo Maubere em todas as negociações para a definição do futuro estatuto de Timor-Leste.

## O genocídio e as boas intenções

A importância de levar à prática aquelas recomendações é

tanto maior quanto é hoje reconhecido que a Indonésia está a cometer um verdadeiro genocídio em Timor-Leste.

Como a delegação portuguesa fez notar na citada conferência de imprensa, a Indonésia conseguiu, em dez anos, fazer o que os portugueses jamais fizeram durante cinco séculos: reduzir para metade o povo Maubere, esterilizar a maior parte das mulheres timorenses e impor o terror no território, massacrar os habitantes e forçar emigrações de outras populações para esta região.

Na ocasião foram ainda desmascaradas as «decisões do povo de Timor-Leste para a sua integração na Indonésia», uma vez que nunca foram reconhecidas nas instâncias internacionais e foram produto de votações fabricadas.

Ao afirmarem que o povo de Timor-Leste tem direito à sua autodeterminação e independência, sob a responsabilidade da nação que é legalmente administradora, Portugal, e o controlo das instituições internacionais adequadas, os parlamentares portugueses assumiram de forma bem clara as responsabilidades que a própria Constituição da República portuguesa consagra. A questão que agora se coloca é a de saber se o Governo PSD lhe seguirá o exemplo, passando das declarações de princípio a uma prática mais consequente.

# Tensão aumenta nas Malvinas

A decisão da Grã-Bretanha de proibir, a partir de 1 de Fevereiro de 1987, a pesca a navios estrangeiros numa área de 150 milhas em torno das ilhas Malvinas, onde se incluem águas territoriais argentinas, está a provocar uma tensão crescente na região e a condenação generalizada do governo de Margaret Thatcher, que parece disposto a reacender das cinzas o conflito armado de 1982 contra a Argentina.

A situação é agravada pelo facto daquela decisão ter sido anunciada logo após a aprovação pela Assembleia Geral da ONU de uma resolução sobre a criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul e que curiosamente obteve apenas um voto contra — o dos Estados Unidos.

Como fez notar a propósito o secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, a posição britânica pode ser considerada como uma provocação que pode redundar em conflito. Um conflito agravado pelo facto de nas Malvinas, segundo as mais diversas fontes, estar a ser instalada uma moderna base nuclear, o que explicaria a oposição norte-americana à criação de uma zona de paz no Atlântico Sul.

A pronta solidariedade para com a Argentina — que de há muito procura resolver o velho litígio sobre a soberania das Mal-

vinas através de negociações com a Grã-Bretanha — em particular por parte dos restantes países latino-americanos e do Movimento dos Não-Alinhados deixa antever desde já que o governo de Raul Alfonsín não estará sozinho nesta contenda.

Não apenas porque a declaração de uma zona de protecção pesqueira em torno das Malvinas interfere com os interesses de diversos países que actualmente aí pescam ao abrigo de acordo com as autoridades argentinas, mas também e sobretudo porque a Argentina democrática goza hoje do prestígio internacional que não tinha em 1982 sob a ditadura militar. Se então Thatcher se serviu da guerra para reforçar o seu degradado prestígio hoje, quando se avizinham novas eleições, não é garantido que a situação se repita. E a popularidade da dama de ferro nunca esteve tão baixa...

# Tréguas nas Filipinas

Representantes da Frente Nacional Democrática das Filipinas anunciaram no passado fim-de-semana em Manila, numa conferência de imprensa, uma proposta do Partido Comunista Filipino e do seu braço armado, o Novo Exército do Povo, de cem dias de tréguas nos confrontos com as forças do governo de Corazon Aquino.

Caso a proposta seja aceite, o cessar-fogo deverá entrar em vigor a 10 de Dezembro, dia em

que se comemora o dia internacional dos direitos humanos.

Para que as tréguas sejam possíveis os guerrilheiros consideram necessário que cessem totalmente as operações de ambas as partes, o desmantelamento de certas unidades paramilitares, de exércitos privados de mercenários e de esquadrões da morte, bem como o afastamento do governo dos elementos fiéis ao ex-ditador Ferdinand Marcos. Recordar-se que des-

tacados membros do actual governo filipino têm participado em manifestações de apoio ao regresso do ditador e que o ministro da Defesa, Juan Ponce Enrile, recusa qualquer negociação com os guerrilheiros.

Corazon Aquino — a quem o cardeal de Manila, Jaime Sin, se ofereceu para servir de mediador entre a presidência e Ponce Enrile — anunciou também em conferência de imprensa que a proposta está a ser estudada.

## Internacional

# Chissano, presidente de Moçambique

O Comité Central do Partido Frelimo, reunido em sessão extraordinária, no dia 3 de Novembro, elegeu para o cargo de presidente do Partido e Chefe do Estado de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, de 47 anos, que até à data havia desempenhado as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros. Por inerência, o novo presidente da República Popular de Moçambique é também o novo Comandante-Chefe das Forças Armadas.

A proposta do nome de Chissano para a presidência do país foi apre-

sentada pelo Bureau Político da Frelimo.

Joaquim Alberto Chissano nasceu em Chibuto, província de Gaza, no Sul de Moçambique, em 22 de Outubro de 1939.

Frequentou o liceu da capital moçambicana. Em 1960 veio para Lisboa, seguindo depois para Paris.

Foi fundador e presidente da União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO).

Durante a luta armada ocupou o posto de secretário da segurança.

Após a assinatura dos acordos de Lusaka, em 16 de Setembro de 1974, foi nomeado primeiro-ministro do governo de transição, funções que exerceu até à data da Independência, em 25 de Junho de 1975.

Em 26 de Junho de 75 assume o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros.

Em Setembro de 1980, por reconhecimento do papel desempenhado durante a luta armada, é promovido ao posto de major-general.

O secretário-geral do PCP, cama-

rada Álvaro Cunhal, enviou ao camarada Joaquim Chissano um telegrama — que publicamos na íntegra na primeira página do nosso jornal — com as mais calorosas felicitações dos comunistas portugueses.

No Maputo, na passada semana, a delegação do Partido Comunista Português aos funerais do camarada Samora Machel, constituída pelos camaradas Octávio Pato, Carlos Costa e Carlos Brito, teve um encontro com os camaradas Joaquim Chissano e Pascoal Mocumbi, ministro da Saúde.

## «Saberemos vencer»

«Porque a vida não pára e a luta continua.

«E a nossa vida, aqui, não tem sido fácil.

«Tivemos o drama da seca. Tivemos as cheias. Temos a doença. Temos a fome. Temos o banditismo armado, do terrorismo. Temos a agressão vinda do nosso vizinho sul-africano.

«Temos a machamba que precisa de ser regada, para que a batata, o feijão, o tomate cresçam. Temos as crianças que precisam de comer, de serem cuidadas. Temos as escolas que foram destruídas e os milhares de meninos que ficaram sem livros e sem professores.

«Temos as aldeias que os bandidos queimaram, as estradas onde se não passa, as pontes, os caminhos-de-ferro, as fábricas arrasadas pelos vendilhões da Pátria ao serviço do "apartheid".

«E tudo isso precisa de ser reconstruído.»

Um quadro significativo da actual realidade moçambicana, inserido em editorial do «Notícias» de Maputo. Quadro de problemas múltiplos, que a morte de Machel, pela perda imensa que representa para o povo moçambicano, tornou ainda mais acutiantes.

«Tombaste num momento crucial, difícil da nossa História» — disse Marcelino dos Santos, no elogio fúnebre.

É para responder a esse mo-

mento crucial, que a resposta do povo, a resposta do Partido Frelimo já se afirma.

### A primeira intervenção de Chissano como presidente

Mobilizar todos os recursos humanos e materiais para erradicar de vez o banditismo armado e instaurar finalmente a paz no país — é a tarefa apontada por

Chissano, já presidente, como prioritária e fundamental, a base indispensável para que seja possível edificar o socialismo.

De par de tal tarefa prioritária, outras decorrem, igualmente fundamentais.

No plano económico, trata-se de responder a necessidade essenciais, com prioridade para o flagelo da fome. Nesse sentido coloca-se como objectivo a busca das soluções mais adequadas. Serão combatidos a corrupção, a candonga, a negligência, a indisciplina, o esbanjamento, a má gestão e a improdutividade.

No plano externo, Moçambique manterá as suas relações particulares com os partidos marxistas-leninistas, com os países socialistas, reforçando ainda as relações com todos os povos e países do mundo.

A unidade africana é afirmada como objectivo prioritário.

Numa síntese de qual vai ser a orientação a seguir no país, Chissano declarou: «Vamos enraizar-nos sempre mais no povo, combater com o povo, para defender o povo. Vamos continuar a guerra para acabar com a guerra.»

### Perspectivas

As preocupações quotidianas afirmam-se, o futuro que se impõe construir exige de todos a participação activa e inadiável. «Saberemos vencer», sublinha Marcelino dos Santos. E aponta as grandes questões em causa. Os caminhos a trilhar.

Fazer mais forte o Partido Frelimo.

Fortalecer o Exército, passar à ofensiva permanente, liquidar «o banditismo armado, a agressão externa», «as estradas ficaram livres dos criminosos e salteadores. As aldeias comunais deixaram de ser massacradas. Nas escolas as crianças jamais conhecerão o terror. Os hospitais que construímos não serão destruídos. O nosso povo conhecerá a paz e a intraquidade».

Uma tarefa fundamental que se prende à concretização de muitas outras.

«Vamos desenvolver as nossas organizações democráticas de massas, os braços do partido. As organizações de mulheres e de jovens. Os Sindicatos, as organizações socioprofissionais.

«Proseguiremos a construção das estruturas do Poder Popular, as Assembleias do Povo. Cada Assembleia será mais eficaz, mais funcional. Os deputados terão tarefas concretas, participarão nas frentes da economia, da cultura, do ensino, da saúde, da produção.»

No próprio elogio fúnebre de Machel, o grande dirigente moçambicano morto, é já todo um projecto de vida e de acção que se avança. «Estaremos sempre onde se combate, onde se produz, onde se constrói.» Um projecto em que não falha a sua dimensão internacionalista — «a República Popular de Moçambique continuará a ser rectaguarda segura da luta dos outros povos».

Colmatada — em termos de cargos políticos — a brecha aberta pela morte de Machel, o povo de Moçambique seguro dos seus objectivos, ciente da necessidade de reforçar a acção em todas as frentes, vai vencer mais esta fase difícil, como já venceu muitas outras. «Vamos ter mais força ainda, vamos crescer desta raiva que sentimos por te terem roubado ao nosso convívio.»

## URSS, política externa

# «Não retiramos estas propostas, não retiramos!»

«Estamos cheios de energia e determinação». Amanhã passa mais um aniversário da Revolução de Outubro. Data histórica, sem dúvida — para o povo soviético e para todos os povos do mundo. Mas mais ainda uma realidade bem viva, em profunda transformação. Um salto revolucionário que se concretiza na construção da nova sociedade. Sessenta e nove anos volvidos, que melhor homenagem aos que abriram a primeira porta à construção de uma sociedade de trabalhadores, que esta afirmação de Gorbachov, ao povo soviético, no regresso de Reykjavik — «Estamos cheios de energia e determinação»?

Palavras que traduzem uma realidade prática muito concreta. «Estamos apenas a começar, mas já se registaram progressos. Em nove meses a taxa de crescimento da produção industrial atingiu os 5,2 por cento, a produtividade do trabalho aumentou 4,8 por cento. O rendimento nacional cresceu 4,3 por cento em relação ao último ano».

São frutos concretos de trabalho, «o melhor apoio do povo à política do partido», e que em si constitui base indispensável, também para o desenvolvimento da outra componente da política do PCUS: a política externa.

Uma verdadeira ofensiva de paz. «A política do socialismo só pode e deve ser a política da paz e do desarmamento».

Este o factor que aqui iremos destacar — em vésperas de mais um aniversário de Outubro

— pela importância vital que hoje assume para todos nós.

### As propostas de Reykjavik

«Primeira: Reduzir em cinquenta por cento todos os armamentos estratégicos sem excepção.

«Segunda: Liquidar por completo os mísseis soviéticos e norte-americanos de médio alcance na Europa e proceder imediatamente às conversações sobre os mísseis deste tipo na Ásia, bem como sobre os mísseis com raio de acção inferior a mil quilómetros, cujo número propusemos congelar imediatamente.

«Terceira: Reforçar o regime de defesa antimísil e iniciar conversações globais sobre a proibição total dos ensaios nucleares».

Esta a síntese das propostas soviéticas em Reykjavik nas pa-

lavras de Gorbachov, em novo contacto televisivo com o povo soviético. Propostas que constituem um pacote íntegro e que se baseiam no programa de liquidação das armas nucleares até ao ano 2000, anunciado em 15 de Janeiro. O acordo, que parecia estar ao alcance da mão, foi torpedeado pelos EUA, na linha da defesa do seu projecto de militarização do Espaço.

Mas já nada poderá ser como dantes. «O encontro elevou a um nível novo o diálogo soviético-norte-americano» — dizem Gorbachov, em apreciação feita na TV soviética. «Ele foi levado do plano dos cálculos técnicos, das comparações numéricas, para novos parâmetros e dimensões.

«Desta altura vêm-se novas perspectivas na solução dos problemas colocados hoje de uma maneira tão aguda — tendo em vista a segurança, o desarma-

mento nuclear, a inadmissibilidade de novas espirais da corrida aos armamentos e uma nova compreensão das possibilidades que se abriram perante a Humanidade».

E porque «foi marcado, ali, o itinerário do avanço para a solução de importantes problemas de que depende o próprio destino da Humanidade» — Reykjavik é uma marca que já ninguém poderá apagar a golpes de falsa propaganda.

Fiel a uma coerente e dinâmica política de paz, a URSS reafirma, nas palavras do secretário-geral do PCUS — «Não retiramos estas propostas, não retiramos!»

Uma determinação para que toda a acção pela paz necessariamente tem de confluir, de diversificadas formas. Não se pode recuar. Porque por detrás se perfila a perspectiva absurda do holocausto.

O povo de Verdelhos (Covilhã) é povo unido e valente. Há tempos, os lavradores estavam dispostos a vender à população o milho que era necessário ao abastecimento local. Mas o Grémio salazarista, seguindo a política de rapina do governo inimigo do povo, resolveu não autorizar essa venda e ir burcar o milho a Verdelhos. Aí se dirigiram agentes do Grémio, acompanhados de forças da GNR.

Mas a valente população de Verdelhos não se atemorizou. Todos se uniram com um só homem, na firme disposição de defenderem o que era seu e não deixaram sair vivos da terra os ladrões fascistas que tentassem levar o milho. Uma velhinha de 70 anos, exemplo da heroicidade do nosso povo, dispôs-se a ir, com todos os seus filhos, fazer uma barreira à entrada da povoação para não deixar passar os fascistas.

Perante a atitude firme e decidida da população de Verdelhos os homens do Grémio e a força da GNR tiveram que desistir do seu intento. O milho não saiu e passou a ser vendido à população pelo preço da tabela.

(«A população de Verdelhos impede o roubo do milho» — «Avante!» n.º 66, VI série, 2.ª quinzena de Novembro de 1944)

Uns 20 aprendizes da fábrica de cortiça da Mundet, Seixal, foram mandados pelo mestre para um trabalho que pertencia aos homens que estavam a 4 dias. Os valentes rapazes compreenderam que tal ordem era não só uma injustiça, porque iam substituir chefes de família que deixavam de ganhar, mas ainda porque era uma infame exploração do seu trabalho. (...)

Mas os jovens corticeiros da Mundet são filhos e companheiros dos heróicos grevistas de Julho-Agosto. Firmes e unidos resolveram não trabalhar na tarefa imposta pelo mestre. Este mandou-os pôr em fila e depois, dirigindo-se ao primeiro, perguntou: — «Queres fazer o que te mando?» «Não!» — foi a resposta digna e firme do jovem aprendiz. — «Então, rua!» — replicou o miserável lacaio dos fascistas da Mundet. E dirigindo-se ao segundo: — «Queres trabalhar?» «Não!» — respondeu consciente do seu direito à vida e do seu dever para com os companheiros. — «Então, rua!» — grunhiu novamente o mestre. Esta cena repetiu-se oito vezes até que ele compreendeu que era inútil continuar. (...)

Foi falar com os patrões e, passado um bocadinho, voltou com a ordem para que todos, incluindo os oito despedidos, passassem às suas tarefas habituais. (...)

(«Vitória dos aprendizes da Mundet» — «Avante!» n.º 64, VI série, 2.ª quinzena de Outubro de 1944)

A Televisão e alguns jornais fascistas («Época», «Diário de Notícias») procuraram criar uma onda de indignação à volta da explosão verificada no Lavradio (Barreiro) que vitimou uma criança de 8 anos. Todos eles recorreram à especulação para criarem a ideia que a explosão foi provocada por forças antifascistas. (...)

Uma coisa é certa: à especulação seguiu-se uma capa de silêncio. Porquê?

A explosão de bombas, sem qualquer significado na luta contra o fascismo e a guerra colonialista, nada tem de comum com a luta antifascista e, por isso, não pode ser apoiada.

A explosão do Lavradio, ou foi obra do acaso, ou da inconsciência de quem lá deixou a granada, ou então é uma objectiva maquinação fascista provocatória, numa tentativa de enfraquecer o movimento popular de massas e justificar a furiosa acção repressiva e terrorista do governo.

(«Uma orquestração fascista» — «Avante!», n.º 459, VI série, Novembro de 1973)

■ Albano Lima

## QUAL É O NEGÓCIO?

# Saberão na UTIC o que estão a fazer?

Os trabalhadores da UTIC que têm aceiteado as rescisões propostas pelo conselho de gerência certamente reflectiram no que iam fazer vendendo o seu posto de trabalho.

São atitudes individuais onde as organizações representativas (ORTs) sentem dificuldades evidentes quando nelas pretendem intervir.

Mas as organizações representativas dos trabalhadores perderiam o direito de actuar nessa qualidade dentro das empresas, se por sistema se alheassem das situações individuais de cada trabalhador com o emprego ameaçado.

É por isso que as ORTs conhecem bem as rescisões do contrato de trabalho que o patronato elegeu como processo mais utilizado agora sob a designação de «mútuo acordo» e que se destina a substituir os despedimentos sem justa causa que continuam proibidos por lei.

Como o despedimento colectivo também não é fácil, empresas viáveis como a UTIC decidiram ultimamente enveredar por esse processo de despedir com resultados apreciáveis.

O que porém se pergunta, e temos hoje no «Avante!» três elementos das ORTs da UTIC para responder, é **para quem, como e porquê** esses resultados são apreciáveis.

Pela nossa parte, e exceptuando os trabalhadores perto da reforma, parece-nos uma decisão difícil de tomar e que por isso merece ou deveria merecer a intervenção dos sindicatos em todos os casos possíveis sem excepção.

### Não é só o emprego é o posto de trabalho que desaparece

Independentemente das reacções de cada trabalhador a essa intervenção, há que ter em conta o inevitável aspecto relacionado com o posto de trabalho.

Na maioria dos casos e analisando o que tem sucedido até agora, **posto de trabalho vendido é posto de trabalho destruído.**

É certo que há o recurso ao **precário**. Mesmo alguns trabalhadores rescindidos mantêm **parte** do seu posto de trabalho, no local que abandonaram, a tempo parcial (gancho), enquanto ele não é inteiramente destruído.

Noutros casos, o posto de trabalho **efectivo** desaparece para dar lugar ao **prazo**. É outra forma de destruição de emprego e de diminuição do seu nível, pois dificilmente os contratados a prazo passam a efectivos; e quando passam é porque tiveram a «sorte» de ocupar, logo que entraram na empresa, um lugar para o qual deveriam, por lei, ser contratados como efectivos.

Mesmo nestes casos é sempre difícil chegar à efectividade de serviço, desfrutando das regalias da lei.

De qualquer modo, os trabalhadores não perdem nada em abordar o seu delegado sindical, o seu sindicato, a comissão de trabalhadores, quando recebem uma proposta de rescisão por mútuo acordo, ou sabem que o seu nome consta de uma lista elaborada para esse fim.

Já temos ouvido falar de um sentimento comum nestes casos: o sentimento de «**vergonha**», que pode inclusivamente levar um pré-rescindido a reagir mal a qualquer intervenção de um delegado sindical, ou membro da CT no seu caso.

Esse tipo de atitude talvez se compreenda melhor, se nos recordarmos que quem rescinde se afasta intuitivamente do sindicato.

O próprio «mútuo acordo» se destina a desorganizar na empresa, no local de trabalho, a actividade sindical quando ela é mais necessária.

Numa situação de despedimento colectivo encoberto, ou de despedimentos em massa e sem justa causa, é mais do que nunca necessária a intervenção dos delegados e dirigentes sindicais, de todos os elementos das ORTs.

Essa intervenção verifica-se, efectivamente.

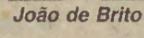
As ORTs da UTIC não fogem à regra.



A UTIC já tem capital privado que chegue. 50 empresas desse sector detêm 25 por cento do capital na maior empresa de construção de autocarros do País



Artur Grilo



João de Brito



Autocarro «Europa» construído pela UTIC e que alcançou a medalha de bronze no concurso mundial de autocarros em França (Rallye Nice) 1983. Modelo do qual foram construídas mais de uma centena de unidades para a RN - Rodoviária Nacional



Vítor Grilo

Mas a intervenção é colectiva. Faz-se em geral junto dos responsáveis directos pela iniciativa do «mútuo acordo», que cabe na generalidade ao patronato e, no caso da UTIC, ao conselho de gerência e ao IPE — Investimentos e Participações do Estado.

A intervenção colectiva das ORTs processa-se também junto do Ministério do Trabalho, de outros organismos do Governo e demais órgãos do poder.

Mas para essa intervenção colectiva obter êxito é elementar o apoio geral dos trabalhadores; e mais ainda o apoio dos **directamente atingidos**, aos delegados sindicais, às ORTs, aos sindicatos, ao movimento sindical.

A realização de plenários e outras reuniões participadas e capazes de tomar decisões têm que acompanhar a intervenção, as diversas diligências que as organizações sindicais efectuam junto do Governo, por exemplo, e a luta se for decidida para salvar os postos de trabalho.

Os próprios trabalhadores dispostos a rescindir o seu contrato devem ser os primeiros a tomar parte e a apoiar essas intervenções das suas ORTs, na empresa e na rua.

Quanto mais êxito obtiver a intervenção colectiva, melhor serão para o trabalhador os resultados materiais da rescisão.

Quanto mais o patronato e o Governo sentirem que os despedimentos podem ser evitados e que os trabalhadores mantêm a disposição de lutar por eles, mais os pré-rescindidos dispostos a negociar por mútuo acordo podem levar o conselho de gerência ou os administradores a subir a sua oferta.

O posto de trabalho deve ser mantido. É um princípio geral que a prática aconselha diariamente. Mas quando a rescisão se torna inevitável, não se vê a razão por que os rescindidos não devam exigir o máximo.

De qualquer modo, ficarão sempre a perder com a rescisão. Mas que percam o menos possível. Por isso também luta o movimento sindical.

### Negociar ou não?

A determinada altura da conversa que tivemos com os trabalhadores da UTIC, falou-se da questão de negociar ou não negociar os despedimentos.

O assunto ainda não tinha sido levantado nas entrevistas que ultimamente o «Avante!» tem publicado com elementos das ORTs da zona dos Olivais.

De início pareceu a todos uma falsa questão. No fim, embora valesse a pena falar do assunto, a conclusão não foi muito diferente.

De facto o que se passa é que o patronato organizado ou os conselhos de gerência dispostos a despedir não fazem qualquer proposta, nem aos sindicatos nem a outra organização representativa.

É a iniciativa sindical que obriga patronato e Governo a negociarem caso a caso, na perspectiva de recusar a totalidade ou o máximo possível do total dos despedimentos.

Mas o caso seria diferente, se uma proposta de despedimentos ou transferências de postos de trabalho dependesse de um prévio acordo sobre **reestruturação** global de uma empresa.

Aqui poderia haver negociação. Haveria uma base sobre a qual se poderia chegar a um entendimento, com os trabalhadores e não contra eles.

Quando mentores do divisionismo como Torres Couto se afirmam na disposição de negociar os despedimentos com este Governo afastam implicitamente essa possibilidade.

Os despedimentos têm sido autorizados e em alguns casos pagos pelo Governo, sem qualquer projecto de contrapartida apresentado pelos «desempregadores» entre os quais o próprio Governo se inclui. (Vejam-se as ameaças sobre postos de trabalho na função pública e os casos já consumados de «excedentes» e mesmo de trabalhadores em casa sem posto de trabalho).

A posição de Torres Couto e da generalidade dos seus amigos «amarelos» é uma **posição entreguista**, como afirmaram os nossos entrevistados de hoje.

É aliás essa a posição do CPCS (Conselho Permanente da Concertação Social) de que, como é sabido, a UGT faz parte.

A justificação dos despedimentos que o conselho de gerência apresentou ao Ministério do Trabalho não é razoável. Não tem qualquer elemento de negociação possível.

Pelo decorrer da entrevista que a seguir se insere, se poderá ver com exactidão como os despedimentos pretendidos são o resultado infeliz de uma gestão sem mérito. É por ela que o capital se pretende fazer pagar, despedindo trabalhadores.

Mas o próprio capital, e neste caso a maioria é público, fica a perder no negócio; como perdem também os que rescindem os seus contratos sem poderem medir o alcance do que estão a fazer. ■

# UTIC A empresa deixou de ter meios financeiros para satisfazer os contratos

Mas arranja fortes verbas para despedir ■ O Fundo de Desemprego colabora nas rescisões, mas em maquinaria e obras não mete um tostão ■ Inactiva a escola de mecânica que havia na UTIC ■ Há anos que a empresa não admite um aprendiz ■ Nem sequer tem seguro contra acidentes de trabalho ■ Os 640 despedimentos seriam apenas um primeiro «lote», aliás depois reduzido para 500 pelo conselho de gerência, com o qual as ORT's têm mantido contactos regulares.

Assuntos desta e de outra ordem são motivo desta entrevista com os militantes do PCP, Artur Grilo, com 44 anos de idade e 22 de casa, João de Brito, 44 anos de idade e 26 de casa, e Vítor Grilo, de 34 e 20 de casa. AG é membro da Comissão de Trabalhadores da UTIC e pertence ao Organismo de Direcção (PCP) dos Olivais; JB pertence ao Secretariado da Célula; VG é delegado sindical e membro da Assembleia da Junta da Trafaria (APU). Participam neste trabalho como membros das ORT's (organizações representativas dos trabalhadores) na empresa.

«Avante!» — Pelo pé em que estão as coisas, depois de um Verão inteiro para insistir nos 640 despedimentos, segundo parece já não é possível voltar atrás. As organizações representativas dos trabalhadores continuam a recusar os despedimentos? Ou pensam salvar alguns postos de trabalho desse

VG — Na por assim dizer regra geral de um mês por ano de casa. Por exemplo, até 20 anos dão vinte meses de salário actual que, por sinal, é bastante baixo. Mas a partir dos 20 anos de casa, a gerência resolveu só dar um mês por cada cinco anos.

Av — Os salários são baixos relativamente...

VG — São baixos mesmo relativamente a outras empresas do ramo, que é o ramo automóvel, como sabem.

Av — Mas pagam pelo menos os mínimos do contrato.

VG — É isso. As indemnizações pela venda do posto de trabalho não podem ser grande coisa, mesmo incluindo as férias e o subsídio de Natal.

Av — No máximo quanto pode «render» um posto de trabalho com 20/25 anos?

VG — É difícil ultrapassar os mil contos.

dinheiro, não há dinheiro? Já houve atrasos nos pagamentos dos salários. E continuam por pagar retroactivos de 1984/85 e 86. Ganha-se pouco, e tem havido coacção. Isso tudo leva os trabalhadores a venderem o seu posto de trabalho.

Av — Mas a empresa não vai fechar?

JB — Pelo menos é cedo para o dizer. No entanto, a desorganização, a falta de investimentos em maquinaria — mesmo naquela que se torna absolutamente indispensável para substituir processos de trabalho completamente antiquados — leva a pensar que a empresa não tem muito futuro a continuar assim.

AG — Continuamos a fazer carrocerias a escopro e martelo.

## Tudo antiquado. O IPE não investe. Para que serviu o aumento de capital?

Av — Um de vocês disse há pouco, se bem entendi, que, além das indemnizações, os trabalhadores rescindidos têm direito a um subsídio pago pelo Fundo de Desemprego. O Estado não estará assim a promover e a pagar despedimentos e a destruir postos de trabalho, em vez de investir para os criar?

JB — Não é só isso. O Governo, que é uma espécie de executivo do Estado, ou deveria ser, não só promove a diminuição do nível do emprego — o nosso caso na UTIC é apenas um exemplo — como também destrói dentro desta mesma empresa a sua capacidade de preparar novos trabalhadores; não apenas com a prática, mas até como escola, pois havia uma escola de mecânica na UTIC que foi completamente desactivada e se deixou cair de podre, como de resto tem acontecido com tudo o que poderia criar novos postos de trabalho, ou pelo menos manter activos os que há. Hoje, nem a carteira de encomendas que aparece pode ser cumprida com os trabalhadores existentes incluindo os 640 que os gerentes e o IPE e o Governo querem ver todos pelas costas.

Av — Mas segundo as ORT's revelaram no Porto há pouco mais de um mês, o IPE — Investimentos e Participações do Estado — não só aumentou o capital da empresa para 1700 mil contos, como deve ainda elevá-lo brevemente para 2400 mil contos, passando de 75 para 85 por cento a sua parte no total das responsabilidades económicas, por assim dizer, na empresa.

AG — O aumento do capital para 2400 mil contos não foi divulgado na conferência de imprensa do Porto; aliás, a conferência foi em Vila Nova de Gaia, em 3 de Outubro. Prevemos é que a parte do IPE passe para esse

montante de 2400 mil contos (80 a 85 por cento do capital social) com a negociação das dívidas à banca nacionalizada. De resto, também os privados aumentarão o seu capital.

Av — Talvez seja a altura de perguntar para quê.

VG — Não há dúvidas de que os trabalhadores gostariam de saber qual é o futuro da empresa, para saberem também as linhas com que se cosem.

JB — Pelo que tenho observado e já tenho anos de casa mais do que suficientes para ter aprendido a fazê-lo, é que a desorganização tem aumentado; as propostas dos trabalhadores para a reestruturação da UTIC nunca foram aceites; a formação de jovens mecânicos, por exemplo, na escola que havia para esse efeito (e deram-se lá cursos) está completamente paralisada; a capacidade instalada diminuiu; técnicos e quadros competentes saíram ou foram afastados; desde 1981 passaram pela UTIC três conselhos de gerência; tudo se foi degradando, principalmente depois de 1981/82. Só faltam os salários em atraso para o panorama ficar completo.

Av — Completo como?

AG — Posso responder eu. Completo para um negócio qualquer; não podemos precisar qual, mas do tipo que leve à reprivatização da empresa.

VG — Recorde-se já agora que um dos sonhos, pode-se mesmo chamar assim, o sonho dos trabalhadores da UTIC era a integração da empresa na Rodoviária Nacional, quando a RN era inteiramente nacionalizada. Agora...

JB — Agora não me parece sonho nenhum, isto é, nem chega a ser sonho; não é nada.

Av — O pessimismo não vale. Têm algumas indicações sobre esse negócio?

AG — O que sabemos foi publicado pelo jornal «Semanário». Está aqui o recorte. O título da notícia, se assim se pode chamar, é «UTIC recusa propostas de mais de 200 mil contos». O conselho de gerência da empresa desmentiu em reunião com as ORT's que alguma vez tenha decidido vender «seis concessionárias de peças, acessórios e veículos da marca Renault», como diz a notícia. Mas o número daquele jornal de 16 de Outubro refere propostas nesse sentido e acrescenta nomes conhecidos e outros menos conhecidos, como interessados naquelas empresas do grupo UTIC, nas «seis firmas a alienar». De resto, quem as podia alienar era o IPE que também já funciona com capital privado, já aparece como um grupo SARL.

Av — É provável que não seja só fumo.

JB — Fumo ou fogo, a verdade é que essa notícia, ou como lhe quiserem chamar, serve os interesses de quem pretende continuar com os despedimentos e com a destruição dos postos de trabalho e da própria empresa como unidade do sector empresarial do Estado. Pelo menos é essa a política deste Governo e a tendência é para a aplicarem em todo o lado onde haja lucros certos, chorudos e a curto prazo. De resto já dissemos publicamente e mais de uma vez que o Governo, este Governo, subsidia o desmantelamento e a destruição da empresa. Cabe aos trabalhadores organizados defendê-la com os postos de trabalho de que necessita, com a reestruturação e os investimentos produtivos que requer.

VG — Pela nossa parte, sempre fizemos por isso e continuaremos a mobilizar nesse sentido. Nós e muitos outros não aceitaremos as rescisões. ■



primeiro «lote» anunciado pela gerência da UTIC?

Artur Grilo — Todas as ORT's estão contra os despedimentos. A empresa pode perfeitamente sobreviver sem eles. Ao contrário do que pretende o conselho de gerência, a viabilização da UTIC não depende de um tão elevado número de postos de trabalho destruídos.

João de Brito — Ouvei falar em primeiro lote. Realmente estamos convencidos de que, se o Ministério do Trabalho o autorizar, para o ano teremos mais despedimentos.

Vítor Grilo — E a insistência é uma forma de desgaste. O conselho de gerência utiliza o número que anunciou para obter um lote cada vez maior de rescisões por mútuo acordo.

Av — E é bem pago o mútuo acordo?

AG — Conhecemos as condições gerais das rescisões designadas assim. Mas como se trata de decisões particulares e individuais, pode haver casos que não se enquadrem.

Av — Não se enquadrem em quê?

Av — Valerá a pena?

AG — Vale certamente para os trabalhadores mais velhos, os que estão perto da reforma, pois os que rescindem o contrato ficam abrangidos ainda por alguns restos do Fundo de Desemprego, por saírem involuntariamente.

Av — Mas é por livre vontade que saem, ou não?

AG — Não, o desemprego é que é involuntário.

Av — Segundo essa modalidade, quantos saíram até agora?

AG — Dos 270 inscritos para a rescisão, já saíram uns 250.

Av — E quando é que encerram as inscrições para a rescisão, se é que encerram?

JB — Depois do dia 10 não haverá mais rescisões, isto segundo o conselho de gerência. Entretanto foram criadas as condições para as pessoas se irem embora. Querem acabar com os postos de trabalho. Não admitem ninguém para as substituir. As pessoas perguntam sempre no fim do mês: há

## Basta ter olhos para ver

Conforme foi afirmado na conferência de imprensa de Vila Nova de Gaia (3 de Outubro), só nas instalações de Laborim a UTIC necessitou, só em Setembro, de 1115 horas extras. Noutros sectores da empresa também se recorre ao serviço extraordinário. Os postos de trabalho não excedem a capacidade da UTIC. A sua destruição faz parte de um plano para substituir a sua reestruturação (necessária) pela entrega ao capital privado. A desorganização é tamanha que parece propositada, e certamente é.

As ORT's e nomeadamente a Célula do PCP na empresa, recordam que não se vê qualquer investimento em novas máquinas para substituir pelo menos as que estão em pior estado, influyendo assim negativamente nos custos de produção; não se vê competência na parte comercial; os gestores nomeados pelo Governo/IPE ganham bem (250 contos por mês, mais carro e gasolina), mas a única marca que a UTIC efectivamente representava, a Leyland, acabou com essa representação. Surgiu até um contencioso com essa casa inglesa, que continua, segundo consta, em tribunal.

No entanto a empresa merece melhor sorte.

No seu conjunto forma um grupo («holding») com 19 empresas autónomas; 13 detêm 98 por cento do capital social; a UTIC constrói autocaros (carrocerias); tem boa carteira de encomendas; as fábricas de Lisboa e de Vila Nova de Gaia podem produzir 350 unidades/ano; nos Olivais a UTIC produz radiadores (é o único fornecedor das linhas de montagem Renault) e pode ir até às 50 mil unidades/ano; tem empresas comerciais por todo o País; investiu no Zaire; a UTIC é uma grande unidade comercial e industrial capaz de aumentar a sua capacidade de exportação; empregava em fins de Setembro deste ano 1915 trabalhadores.

Entra pelos olhos dentro que a UTIC não tem pessoal a mais e deve ser defendida no seu todo, afirmam os representantes dos trabalhadores. ■

# ANGOLA

## Um aniversário de luta

**A**pós o derrube do colonial-fascismo português, o imperialismo apóstou em conservar Angola sob o seu controlo procurando instalar no poder agentes seus. Por isso não hesitou em planejar a invasão de Angola pelo norte e pelo sul do país, com o objectivo de se apoderar da capital — Luanda — antes da proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975.

A execução desse ambicioso plano de invasão começou-se a concretizar entre Março e Agosto de 1975 com a introdução pelo norte e pelo sul de diferentes formações militares, mercenários e fantoches, sob a coordenação da CIA com a aquiescência do governo norte-americano. O exército racista sul-africano funcionava como motor e força de choque desse conjunto de invasores que marchava confiante na certeza de que ia liquidar as patrióticas Forças Populares de Libertação de Angola, acabadas de sair de uma luta guerrilheira de 14 anos contra o colonialismo português.

A histórica resistência do povo angolano fez gorar tal plano. A independência da República Popular de Angola foi proclamada na data apazada, sob o troar dos canhões que, a 25 km da capital, davam sinal do desencadeamento de uma poderosa e vitoriosa contra-ofensiva que iria culminar com a expulsão de todas as forças invasoras para além fronteiras.

Onze anos passaram sobre estes acontecimentos, relatados no memorando que o grupo parlamentar angolano apresentou à intenção da 76.ª Conferência Parlamentar Mundial realizada o mês passado em Buenos Aires, na Argentina, com o objectivo de sensibilizar a opinião pública internacional para a gravíssima situação que se vive no país em consequência da

mortos, cerca de 50 mil mutilados, mais de 600 mil desalojados, provocou prejuízos materiais que ultrapassam os 12 mil milhões de dólares. E que, objectivamente, tem impedido o desenvolvimento do país, rico em diamantes, petróleo, madeiras preciosas, ferro, café, enormes potencialidades no domínio da agricultura, pecuário e piscatório.

(conjuntamente primeiro e isoladamente os EUA em 1981).

Uma situação que poderá agravar-se a curto prazo com a intensificação do auxílio financeiro da administração Reagan à Unita, anunciado recentemente em Paris aquando do encontro entre o ex-agente da Pide Jonas Savimbi e Chester Croker, secretário de Estado adjunto norte-americano.

Uma situação que o povo de Angola não merece onze anos depois de ter conquistado a sua independência a que sacrificou catorze anos de luta dos seus melhores filhos.

Uma situação à que o povo de Angola tem resistido com heroísmo, unido em torno do seu partido — o MPLA-PT — e dos seus legítimos representantes, o governo angolano.

A solidariedade com Angola é pois para todos os democratas um autêntico dever. Que os angolanos contam com ela ficou claro na iniciativa do grupo parlamentar angolano presente na Conferência de Buenos Aires, que a seu pedido se encontrou com a delegação portuguesa a quem expôs a necessidade dos parlamentares portugueses intervirem activamente a fim de ser posto cobro à situação de total impunidade com que os membros da Unita e outros bandos terroristas actuam em Portugal.

A afirmação do presidente da delegação (PSD) de que está disposto a actuar nesse sentido terá o valor que



Desalojados das zonas ocupadas pela África do Sul

guerra não declarada que é imposta a Angola pelo imperialismo, através da África do Sul e dos bandos da Unita.

Onze anos em que, pela situação estratégica de que disfruta, pela importância das suas riquezas naturais, mas sobretudo pela sua firmeza e convicção na defesa dos ideais da independência, da paz, do progresso, da justiça e da justa causa da libertação dos povos, a República Popular de Angola tem sido o alvo preferencial do terrorismo de Estado praticado pelos EUA e seus aliados na região.

Uma guerra permanente que, para além de um número incalculável de

Num país com cerca de mil duzentos e cinquenta quilómetros quadrados e uma população que ronda os nove milhões de habitantes, tão potencialmente rico, a fome e a miséria poderiam ser já hoje um pesadelo do passado não fora a realidade da guerra.

Só no que respeita às agressões sul-africanas contra Angola, entre Março de 1976 e Junhodesse ano, o Conselho de Segurança das Nações Unidas foi chamado a estatuir onze vezes. E a África do Sul foi sempre condenada, salvo quando o veto da Grã-Bretanha e dos EUA o impediram

tiver a sua aplicação prática. Pela parte do PCP, como na ocasião foi referido, o empenhamento é total. A demonstrá-lo aí está a apresentação na Assembleia da República de um projecto-lei que visa proibir em Portugal as actividades de movimentos e organizações que combatem as autoridades dos países africanos de expressão oficial portuguesa.

A hora não é de intenções mas de actos. Será essa a melhor forma de homenagear Angola neste aniversário da independência.

■ AF

### Cronologia

**1956** — É divulgado o Manifesto de Luanda que assinala o nascimento do MPLA.

**1961** — A 4 de Fevereiro, o MPLA desencadeia a luta armada de libertação nacional.

**1974** — Derrube da ditadura fascista em Portugal em 24 de Abril.

**1975** — O MPLA proclama a independência em 11 de Fevereiro e Agostinho Neto torna-se o primeiro Presidente da República Popular de Angola.

A África do Sul invade parte do território angolano para apoiar a Unita, organização criada em 1964 por Jonas Savimbi, colaborador do regime fascista português e «homem de mão» do apartheid e do imperialismo norte-americano.

Desembarcam em Luanda os primeiros contingentes cubanos em consequência do pedido de auxílio lançado por Angola em face da ocupação sul-africana.

**1976** — O Congresso dos Estados Unidos aprova a Emenda Clark que proíbe o fornecimento de armas à Unita.

**1978** — Em Fevereiro, a África do Sul ataca um campo de refugiados zimbabuanos em Boma, província do Moxico, provocando 198 mortos e 600 feridos.

Em Maio, as tropas sul-africanas atacam o campo de refugiados namibianos de Cassinga, na província de Huíla, provocando 612 mortos dos quais 298 crianças e 167 mulheres.

**1979** — A África do Sul efectua um bombardeamento aéreo à cidade de Lubango (Huíla) de que resultam vários mortos, destruição de edifícios e de uma importante fábrica de móveis.

Em 11 de Setembro morre o presidente Agostinho Neto.

Eduardo dos Santos assume a presidência da RPA.

**1980** — Nova agressão sul-africana, em Dezembro, desta feita na província do Kunene: morrem 378 civis, 38 militares e centenas de pessoas ficam feridas.

**1981** — A África do Sul desencadeia a operação «Protea», invadindo e ocupando uma parte da província do Kunene; é destruída uma ponte cujo valor é estimado em 8,5 milhões de dólares.

Comandos sul-africanos, vindos por mar, sabotam a Refinaria de Petróleo de Luanda, provocando estragos da ordem dos 13 milhões de dólares.

**1982** — Destruição da ponte ferroviária e rodoviária sobre o rio Giraul (Namibe).

**1983** — No início do ano, comandos sul-africanos enquadram as forças da Unita nos ataques à barragem de Lomaum e à fábrica de papel do Alto Catumbela, raptando 66 cidadãos checos, incluindo mulheres e crianças.

Em Julho, comandos sul-africanos desembarcam no Lobito e sabotam instalações de *stokagem* de combustível e do Caminho-de-Ferro de Benguela.

Em Agosto, forças sul-africanas enquadram bandos da Unita no ataque à cidade de Cangamba, situada a 520 km da fronteira sul.

Em Setembro regista-se nova sabotagem no Caminho-de-Ferro de Benguela.

**1984** — Angola e a África do Sul assinam em Fevereiro, em Lusaca, um acordo de cessar-fogo que prevê a retirada sul-africana do território angolano.

Em Julho, a África do Sul reconhece que continua a ocupar parte do sul de Angola.

Em Setembro, comandos sul-africanos sabotam dois navios mercantes no porto de Luanda.

**1985** — Um comando sul-africano tenta, em Maio, destruir as instalações da Companhia Petrolífera Cabinda Gulf; as tropas angolanas fazem prisioneiros e apreendem diverso material da Unita destinado a fazer crer tratar-se de uma acção daquele bando.

Em Julho, após pressões da administração Reagan, o Congresso dos EUA revoga a Emenda Clark; é o reconhecimento público do apoio norte-americano aos bandos da Unita.

Entre Setembro e Outubro, procurando evitar a derrota de Savimbi em Mavinga, na fronteira sudeste com a Namíbia, a África do Sul bombardeia as FAPLA's ao mesmo tempo que faz provocações aéreas noutras regiões.

Entre 1981 e 1985, o exército sul-africano viola a soberania angolana 3282 vezes, efectua 168 *raids* aéreos, 230 aterragens, 90 bombardeamentos, mais de 20 largagens em pára-quadras de material de guerra, 75 ataques ao solo e 4 desembarques, provocando centenas de milhares de vítimas e prejuízos económicos que ultrapassam os 12 mil milhões de dólares. ■

■ Jorge Montez



# TARRAFAL

## 20 séculos de morte lenta

Hoje em dia, expressões como «salazarismo» e «anterior regime» proliferam nas bocas bem falantes de políticos comprometidos e da comunicação social governamentalizada. Fascismo é uma palavra ignorada, mas nunca será um conceito vazio para o povo português.

Representa 48 anos da sua história recente. Quarenta e oito anos em que a ignorância, a anticultura, a perseguição, a prisão, a tortura, o assassinio — numa palavra, o terrorismo — foram prática diária de um Estado que se dizia novo. Tal como na Alemanha nazi, na Itália fascista ou na Espanha franquista. Tal como hoje na África do Sul ou no Chile.

Quase cinco décadas em que nomes como Caxias, Aljube, Peniche ou Angra foram sinónimos de repressão. A estes juntou-se, em 1936, o de Tarrafal.

Achada Grande do Tarrafal, ou ilha de Santiago, Cabo Verde. Onde quem entrava perdia qualquer direito. Onde quem entrava sabia que dificilmente poderia sair.

Dezanove anos durou este inferno, construído para vergar até à morte aqueles que ousaram lutar contra a ordem estabelecida, pela liberdade do povo a que pertenciam.

O Tarrafal representa uma das páginas mais negras da nossa história. É o símbolo do fascismo. Que ele existiu em Portugal.

Os 32 antifascistas assassinados neste campo de concentração e os sobreviventes que durante anos sofreram o paludismo, o isolamento, as humilhações, os espancamentos e a «frigideira» comprovam-no e são o símbolo da resistência do povo português à ditadura, lado a lado com todos aqueles que na semilegalidade, na clandestinidade, na prisão e na morte conseguiram fazer vergar o fascismo.

### «Condições necessárias»

O campo de concentração do Tarrafal foi criado por decreto de 23 de Abril de 1936. Com este diploma, o n.º 26 539, a ditadura abre o processo que levaria à morte 32 antifascistas, num local encontrado «depois de um

reconhecimento cuidadosamente feito por técnicos a diferentes ilhas do arquipélago de Cabo Verde» e que reunia «as condições necessárias à instalação desta colónia, sob o ponto de vista higiénico, de vigilância e de recursos naturais de comunicações indispensáveis ao seu bom funcionamento», como se lê no respectivo preâmbulo.

A 29 de Outubro de 1936, chegava ao campo de concentração o primeiro grupo de 150 prisioneiros. Fez agora 50 anos.

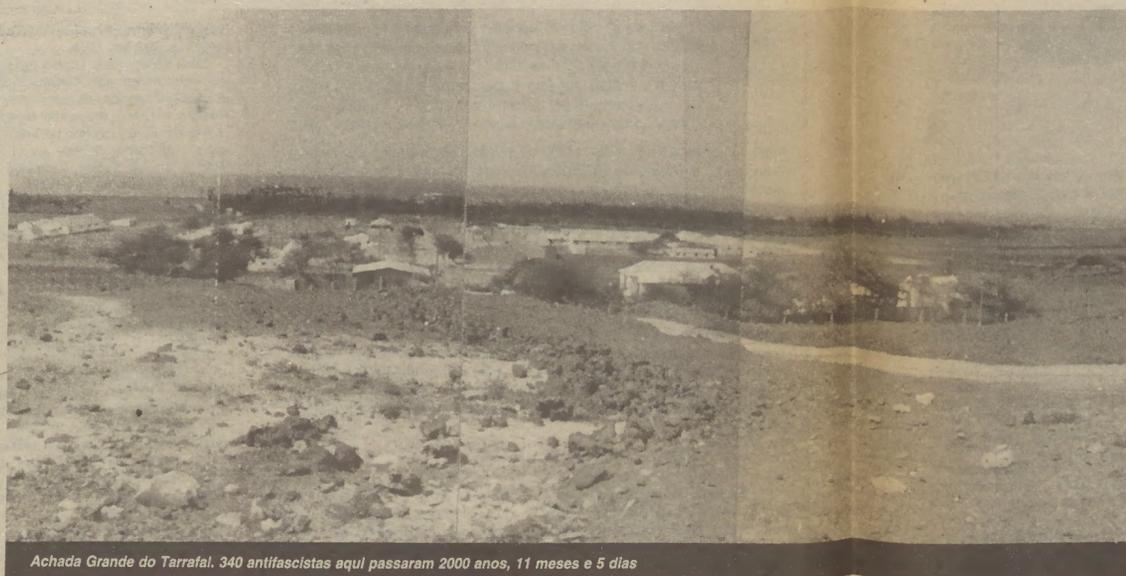
Cedo descobriram quais «as condições necessárias»...

A inexistência de água potável, a zona pantanosa onde se encontrava, a abundância do mosquito anofélix, transmissor do paludismo, a inexistência de assistência médica, o completo isolamento do mundo exterior.

E chamaram-lhe o Campo da Morte Lenta.

### Anofélix

O plano premeditado pelo fascismo tornou-se claro para os prisioneiros. Num local onde os seus únicos alojamentos — nos primeiros anos — eram barracas de lona que se desconjuntavam com as intempéries, o grande inimigo dos antifascistas foi o mosquito anofélix, que abundava na



Achada Grande do Tarrafal. 340 antifascistas aqui passaram 2000 anos, 11 meses e 5 dias

zona, especialmente nos meses compreendidos entre Julho e Outubro.

Na zona considerada mais palúdica do funcionamento dos rins. Aparece de repente e, em dois dias apenas, mata um homem.

Como único sinal visível, aqueles que são atacados por esta mortífera doença, urinam sangue. Se passadas dez horas deste fenómeno não voltam a urinar, é o entrar em coma e a morte implacável.

Num campo de concentração sem medicamentos, sem as condições mínimas de higiene. Sem mosquiteiros, sequer.

1937. Setembro. Dia 20, morrem Pedro de Matos Filipe e Francisco José Pereira. Dia 21, morre Augusto Costa. A 22, morrem Francisco Domingues Quintas e Rafael Tobias Pinto da Silva. A 24, morre Cândido Alves Barja. Foram as primeiras vítimas do Tarrafal. Em apenas uma semana morreram seis antifascistas. O «médico» carrasco, Esmeraldo Pais Prata, diria ao passar as certidões de óbito «em vez de seis, poderia muito bem ter passado 15».

Diz-nos Miguel Russel atirado para o Tarrafal sem qualquer condenação para aí ficar de Junho de 1937 a Janeiro de 1946. Um dos sobreviventes: «como Salazar não tinha a possibilidade de nos encostar à parede, escolheu um local mortífero e encarregou o anofélix de nos exterminar».

### A frigideira

Mas o mosquito anofélix não executava a sua missão com a destreza necessária. Era fundamental para o fascismo que estes homens soçobrassem. Por isso, em Agosto de 1937 é construída a frigideira. Um paralelepípedo de cimento armado dividido ao meio, apenas com uma porta de ferro, com três orifícios para entrar o ar, encimada por uma fresta gradeada a dois metros do chão. Lá dentro, nada. Sem luz, sem palha... nada. Apenas cimento armado. Onde a temperatura oscilava entre os 40 e os 60 graus centígrados, e para onde os homens eram atirados a pão e água por qualquer pretexto.

Disse o pior director do Tarrafal, João da Silva: «agora dão-se-lhe vinte dias, depois mais vinte, depois mais outros vinte e ele acabará por desparecer deste mundo. Estáje descansado que está bem entregue».

Um relato, inserido no livro «Tarrafal-Testemunhos» editado por um grupo de ex-tarrafalistas: «Estava exposta ao sol de manhã à noite. Lá dentro era um forno. Aquela prisão merecia o nome que lhe tínhamos dado. O sol batia na porta de ferro e o calor ia-se tornando sempre mais difícil de suportar. Iamos tirando a roupa, mas o suor corria incessantemente.

«(...) Quatro passos era o percurso de uma parede à outra. Dentro havia uma constante penumbra. (...) A água que nos davam para beber nunca chegava. Traziam-na de manhã numa lata e talvez não chegasse a uns quatro litros. (...) A comida que nos davam era um pão. Em dias alternados apresentavam uma sopa rala. Lavar-mo-nos eram impossível e ao fim de poucas horas o suor repugnava.

«O latão que servia de urinol e de

plia estava destapado e só de manhã o podíamos despejar. Espalhava-se pela cela um cheiro pestilencial misturado com o das substâncias amoniacais da urina que nos fazia arder os olhos. Quando éramos muitos a respiração condensava-se no tecto e caíam gotas de água, mas não representavam um alívio e sim um tormento mais. Iamos de rastos até à porta para respirar o ar mais fresco que entrava pelos buracos. Abafávamos.

«De noite eram os mosquitos, o chão de cimento como cama, onde maldosamente tinham espalhado uma leve camada de areia que se incrustava na pele. E era também o frio, pois o cacimbo, depois do pôr do sol, arrefecia o bloco de cimento.

«Pouco depois de o sol nascer, já o ar se tornava abafado, irrespirável. Despiamos a roupa e estendíamos-na no chão para nela nos deitarmos. O sol ia-se erguendo sobre o horizonte e o calor aumentava, aumentava e suávamos, suávamos. Sentíamos sede, batíamos na porta a pedir água mas não tínhamos resposta. A água da bilha não tardava em ficar quente. Havia momentos em que a sede era tanta que passávamos a língua pela parede por onde escorriam as gotas da nossa respiração que ali se condensava. (...) A frigideira matava.»

Depois do encerramento do campo de concentração, em Janeiro de 1954, com a saída do último prisioneiro, Francisco Miguel, membro do Comité Central do PCP, a PIDE destruiu completamente a frigideira, para que não ficasse qualquer prova da imensidade do crime que foi o Tarrafal.

### Os trabalhos forçados

Mas nem o anofélix nem a frigideira eram suficientes para os tortionários.

campo, autêntico carrasco que impediu a entrada de medicamentos no campo e que afirmava estar ali para passar certidões de óbito e não para curar.

Mas a solidariedade dos antifascistas manifestava-se também no transmitir aos outros os seus conhecimentos, não só políticos, mas também de história, de português, de matemática.

Essencial em todo este contexto foi a criação da caixa onde se entregavam todas as encomendas que chegassem dos familiares, desde medicamentos a livros, e que permitia que os que tinham menos recursos pudessem usufruir de igual modo de tudo o que chegava ao campo.

Diz-nos Oliver Branco Bártolo, marinheiro, fundador da Organização Revolucionária da Armada, condenado a 23 meses de prisão correcional e atirado para o Tarrafal durante 10 anos e oito meses: «A vontade dos fascistas era de nos transformar em qualquer coisa como alforrecas. Sem personalidade. Sem ideias e sem uma prática consequente. Foram vencidos também aí.»

E assim aconteceu, de facto. O campo de concentração do Tarrafal não conseguiu o seu objectivo primeiro. O fascismo foi derrotado. Aqueles que sobreviveram continuaram a sua luta. Os que morreram, entre os quais o secretário-geral do PCP, Bento Gonçalves, trouxeram, pelo seu exemplo, nova gente para a luta.

O fascismo foi derrotado neste campo de concentração. Mas a existência do Campo da Morte Lenta é uma prova acabada de que o fascismo português em nada foi brandido. Existiu em toda a sua brutalidade. E o crime que foram os quarenta e oito anos em que reprimiu o povo português, não pode ser esquecido. Assim como não podem ser esquecidos os 32 jovens assassinados no Tarrafal nem os 2 mil anos, 11 meses e 5 dias que 340 antifascistas portugueses passaram no Campo da Morte Lenta. ■

Durou apenas quarenta e cinco dias. Só resistiram até ao fim António Guerra e João Faria Borba.

Correspondeu ao pior período do Tarrafal, quando era director João da Silva, o «faraó», que criou o «porta-aviões» para onde levava aqueles poucos que racharam. O caminho para a liberdade em troca da traição. Quebrados fisicamente, queria quebrá-los moralmente. E a liberdade não ultrapassou os muros do campo de concentração.

## Fascismo derrotado no Tarrafal

«O campo de concentração do Tarrafal é um rectângulo de arame farpado, exteriormente contornado por uma vala de quatro metros de largura e três de profundidade. Tem duzentos metros de comprimento por cento e cinquenta de largo e está encravado numa planície que o mar limita pelo poente e uma cadeia de montes por norte, sul e nascente. Distra três quilómetros da vila do Tarrafal, na ilha de Santiago.

«(...) Lá longe, nas encostas dos montes, há casas de pretos que os guardas separam pela violência dos seus companheiros de opressão.

«(...) O fosso que circunda a Colónia Penal tem a configuração de rampa.

«Com a terra tirada daí formaram um talude que se eleva a três metros de altura acima do nível do campo. A cada canto desse talude, sobre o qual há uma plataforma por onde passeiam as sentinelas negras, foi construído



Trasladação, em Fevereiro de 1978, dos restos mortais dos patriotas assassinados. Que o crime não se repita

um reduto, onde pode ser instalada uma metralhadora. Dum lado e outro do portão de entrada erguem-se dois poderosos fortins. Eles defenderão o campo dum assalto do exterior ou de uma possível tentativa de fuga. Uma ponte de madeira atravessa o vale nesta direcção. É a única passagem que conduz à vila.

«Lá dentro há apenas quatro barracas sem higiene, algumas barracas de madeira, nas quais estão instaladas as oficinas e o balneário, uma cozinha, sem condições de aseo, e algumas árvores.

«Eis tudo o que forma este pequeno mundo.» E que assim nos aparece descrito no livro de Pedro Soares «Tarrafal Campo da Morte Lenta».

Aliás, o cognome que rapidamente foi dado ao campo de concentração que o fascismo construiu em Cabo Verde e que, durante a guerra colonial, foi presidido de revolucionários africanos, demonstram bem dos

objectivos apontados para este campo.

Ao mesmo tempo que na Europa o nazismo e o fascismo se fortaleciam e começavam a estender os seus tentáculos — nomeadamente na Guerra Civil de Espanha —, em Portugal, a luta contra a opressão ganhava novos ímpetus, tendo os revolucionários da Revolta dos Marinheiros sido integrados no primeiro lote de 130 prisioneiros que chegou a Cabo Verde.

Com o advento da 2.ª Guerra Mundial, a luta de massas ganha um forte impulso em Portugal, liderada pelo Partido Comunista que entretanto tinha sido reorganizado, por forma a corresponder às exigências da vida clandestina e do trabalho de massas.

Ao fascismo português não restava outro remédio. Uma vez que a contestação aumentava, só a morte dos revolucionários mais consequentes poderia — na sua opinião — fazer regressar o processo. E foi da boca do pri-

meiro director do campo de concentração, Manuel dos Reis, que estes corajosos revolucionários ouviram que «quem vem para o Campo vem para morrer».

Os que aí foram assassinados honraram a divisa por todos adoptada: «antes morrer como homens conscientes do que viver como escravos submetidos».

Os que sobreviveram a este campo de concentração, inspirado nos seus congéneres nazis, voltaram para Portugal e consagraram o melhor das suas forças e da sua inteligência à libertação do povo português das garras do fascismo. Numa luta que ainda durou décadas, mas que — como nunca duvidaram — acabou por ser vitoriosa. A 25 de Abril de 1974.

É a todos estes revolucionários que, 50 anos depois da abertura do Campo da Morte Lenta, rendemos homenagem. ■

# REFORMA AGRÁRIA

## Reforçar a luta

**Encontro  
Extraordinário  
da Reforma Agrária**

**Dia 14 de Novembro, no Cine-Teatro Curvo Semedo,  
em Montemor-o-Novo**

## contra as investidas do Governo

É a situação, por exemplo, das UCP's «Vasco Gonçalves» e «Salvador Joaquim de Pomar» cujos processos de reservas respeitantes a Teresa Marques dos Santos foram alvo de despacho de um acórdão do Supremo Tribunal Administrativo (STA) favorável às Cooperativas. Não satisfeito com a decisão do Poder Judicial o ministro não esteve com meias medidas e vai de preferir novo despacho relati-

entrega — tal como determina a nova lei do Processo Administrativo — como manda entregar a reserva. Este caso é tanto mais escandaloso quanto é sabido que o agrário não só requereu a reserva fora do prazo previsto na lei como ainda por cima possui e explora terras nacionalizadas situadas noutra região, que ultrapassam os 122 mil pontos.

Podendo multiplicar-se em larga escala, registemos todavia dois outros exemplos que Lino de Carvalho insistiu em apontar: o processo actualmente em curso na Comissão de Inquérito Parlamentar referente a uma entrega de reserva na Cooperativa «Águas Belinhas», fusão da Volta do Vale, Couço, para a família Pratas Ribeiro e o caso de reservatários agrários que receberam reservas nas UCP's «Terra de Catarina» e «Muralha de Aço», terras que a exemplo de muitos outros milhares de hectares deveriam ter sido expropriadas e não o foram. Aproveitando-se de tal facto, os agrários intentam nos tribunais acções de reivindicação de propriedade, expediente através do qual recebem essas terras na posse das cooperativas mas que o Governo se recusou sempre a expropriar. Apesar de já terem recebido reservas, os agrários sentem-se deste modo estimulados a utilizar os mais diversos expedientes jurídicos no sentido de usurparem mais terras, prática esta que se tem feito sentir particularmente no distrito de Beja

da ofensiva», refere Lino de Carvalho, que chama a atenção depois para a segunda vertente dos ataques governamentais, aquilo a que chamou o «aprofundamento da política de desrespeito e confrontação com órgãos do poder judicial».

A este respeito, foi sublinhada a recusa do Governo em cumprir os 356 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo favoráveis aos trabalhadores com realce para o acórdão de Abril último que estabelecia um prazo de 90 dias para a devolução de terras igualmente retiradas às UCP's «Monte Branco», Elvas e «15 de Outubro», Estremoz.

«O Governo chegou ao ponto — atalha Maria Luísa — de sonegar uma conclusão de um parecer sobre esta matéria no Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República unanimemente subscrito por nove magistrados, no qual se diz que devem ser cumpridos os acórdãos».

### Política de cerco

Entretanto no que definiu como o «agravamento da política de boicote e cerco financeiro às UCP's/Cooperativas», Jerónimo Mendes passou de seguida ao terceiro traço da presente ofensiva — a recusa do Estado em pagar as suas dívidas à Reforma Agrária, dívidas que ascendem hoje a mais de 30 milhões de contos.

Recordando que «quem não deve não teme», aquele dirigente sublinhou que esta atitude do Governo é em tudo idêntica à sua esquiwa em proceder a qualquer acerto de contas com as unidades de produção, facto a que importa juntar ainda a interdição às Cooperativas de se candidatarem aos fundos comunitários da CEE (FEOGA) com o argumento de que a situação fundiária não está estabilizada e as cooperativas não têm contratos de uso da terra com o Estado.

«É o cúmulo da hipocrisia — desabafo Lino de Carvalho — porque o Governo por um lado continua a marcar reservas e por outro recusa-se a celebrar contratos de uso da terra com as cooperativas».

Esta realidade é tanto mais chocante quanto é sabido que tudo isto se passa em contraste com as enormes facilidades, subsídios a fundo perdido, crédito mal parado, com que brinda os grandes agrários «aos quais nem sequer cobra a contribuição predial rústica correspondente às áreas de reservas que receberam».

### Desestabilização na região

O agravamento do desemprego (existem actualmente na zona 30 mil desempregados dos quais só 30 por

Empenhados em sustentar a ofensiva governamental que lhes rouba as terras e outros bens, destrói o aparelho produtivo e aumenta o desemprego — componente de uma política levada a cabo com total desrespeito pela legalidade democrática, pelo texto constitucional e pelas decisões de outros órgãos de soberania —, os trabalhadores da Reforma Agrária continuam a empreender acções de luta que permitem pôr cobro aos desmandos e ilegalidades em curso, inverter a preocupante dependência ao estrangeiro (nomeadamente em bens alimentares), abrir caminho a uma alternativa que promova o aproveitamento dos recursos nacionais, o desenvolvimento da agricultura e o progresso do País.

Faz amanhã quinze dias, em muitas vilas e cidades, numa magnífica e combativa jornada que mobilizou milhares de trabalhadores e paralisou por completo a Reforma Agrária, ficou patente a disposição do proletariado rural do Sul em prosseguir a resistência e a luta em defesa da produção, dos postos de trabalho e da legalidade democrática e constitucional, em suma, em defesa desta realidade que transformou em todas as áreas da vida económica e social os campos do Alentejo e Ribatejo.

Na semana passada, após reunião onde se procedeu a uma análise exaustiva da situação presente, as organizações da Reforma Agrária (Secretariados, União e Sindicatos Agrícolas) decidiram prosseguir e reforçar esta luta, designadamente através de novas acções, a primeira das quais ocorrerá já no próximo dia 21 do corrente sob a forma de vigílias em diversas localidades da zona da Reforma Agrária.

De grande actualidade e interesse se revestem assim deste modo, a nosso ver, as opiniões de três dirigentes de organizações representativas da Reforma Agrária com os quais muito recentemente conversámos. É um renovado contributo para romper a espessa cortina de silêncio e desinformação que se mantém sobre a justa luta desses homens e mulheres que apenas pretendem estabilidade e apoio para produzir o pão e a riqueza que o povo e o País carecem.

**Lino de Carvalho:**  
«É o cúmulo da hipocrisia. Por um lado o Governo continua a marcar reservas e por outro recusa-se a celebrar contratos de uso da terra com as cooperativas»

A palavra, pois, a **Lino de Carvalho** e **Jerónimo Mendes**, do Secretariado das UCP's/Cooperativas do distrito de Évora e a **Maria Luísa**, da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Sul.

Distinguindo cinco traços funda-



Da esquerda para a direita, Lino de Carvalho, Maria Luísa e Jerónimo Mendes

mentais na presente ofensiva governamental, Lino de Carvalho começou por se deter na **intensificação acelerada da política de entrega de terras aos agrários**, entregas essas efectuadas a pretexto de reservas e que têm como objectivo a reconstituição do latifúndio e a destruição da Reforma Agrária.

Aumentando consideravelmente a desestabilização da vida económica e social na região, só no mês de Outubro, recorde-se, foram já atacadas 22 UCP's/Cooperativas, às quais foram espoliados 8367 hectares, estando já comunicados despachos do ministro Álvaro Barreto a 22 outras unidades de produção que totalizam mais 7007 hectares.

### Vaga de roubos

A estes números, esclarecedores da gravidade da situação presente, importa ainda juntar, conforme lembrou Maria Luísa, as dezenas de processos em curso abrangendo mais de 23 mil hectares de 52 outras UCP's/Cooperativas, vaga que a ir por diante ocasionará a destruição de mais de três mil postos de trabalho.

Acompanhando este primeiro traço da política de entrega de terras, está a verificar-se por outro lado, segundo nos afirmaram, um aprofundamento das ilegalidades do MAP. Convidados a fundamentarem a afirmação, disseram-nos que existem casos em que o Ministério «está a executar despachos relativos a processos que estão a ser alvo de inquérito parlamentar».

vo ao processo, com o mesmo conteúdo mas de forma diferente. Ou seja, Álvaro Barreto torneia a questão começando de novo o processo a partir do zero, o que lhe permitiu entregar mesmo a terra à agrária.

**Só no mês de Outubro foram atacadas 22 UCP's/Cooperativas às quais foram espoliados 8367 hectares, estando já comunicados despachos do ministro Álvaro Barreto a 22 outras unidades de produção que totalizam mais 7007 hectares**

**A concretização do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo possibilitariam a rega de mais de 200 mil hectares de terras, aumentar a produção seis vezes mais e criar 20 mil novos postos de trabalho directos na agricultura**

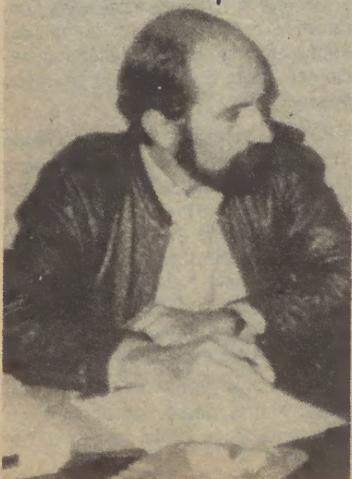
### Estimular os agrários

Outro caso esclarecedor prende-se com a entrega de quatro reservas na UCP «A Luta é de Todos», Mora. «Apesar de estar pendente no STA um recurso a requerer a suspensão do acto — alerta Jerónimo Mendes —, o ministro não só não suspende a

onde existem actualmente em curso dezenas de processos nessas condições.

### Desrespeito pelos tribunais

«Seja por esta via (omissão), seja pela entrega de reservas claramente ilegais assiste-se a uma intensificação



cento recebem subsídio de desemprego), do número de herdades abandonadas ou subaproveitadas (mais de 500 herdades totalizando cerca de 250 mil hectares), a par de um nítido incremento das violações dos direitos dos trabalhadores nas propriedades privadas — «os agrários sentem-se à vontade para não cumprir os contratos, violar os horários e intensificar a repressão patronal» — está, entretanto, a conduzir a uma acentuada desestabilização da vida económica e social em toda a região, revelando-se como mais um traço das investidas do Governo de Cavaco Silva.

«É evidente que enquanto não se criar uma situação de estabilidade em que cada sector saiba com o que conta — chamava a atenção Lino de Carvalho — os produtores continuarão a retrain-se no investimento». Exemplificando a sua afirmação, lembrou que antes da Reforma Agrária a zona de intervenção concorria com 55 por cento para a área semeada de cereais praganos (trigo, cevada, aveia, centeio) e com 60 por cento



**Maria Luisa:**

«Apesar de já terem recebido reservas os agrários sentem-se estimulados a utilizar os mais diversos expedientes jurídicos no sentido de usurparem mais terras. No distrito de Beja, existem em curso dezenas de processos nessas condições»



da produção, percentagens essas que nos primeiros anos da Reforma Agrária subiram nesta área estratégica para 65 e 70 por cento, respectivamente, para voltarem a descer, segundo os últimos dados, para a casa dos 60 e 65 por cento.

### mau negócio da CEE

A adesão à CEE, obviamente, veio também à baila no decorrer da conversa. As suas consequências, de acordo com os nossos interlocutores estão a confirmar o processo de empobrecimento e ruína para muitos pequenos agricultores e a trazer crescentes dificuldades às cooperativas agrí-

colas. Os milhões de quilos de tomate (cerca de 40 por cento da produção) que este ano, pela primeira vez, ficaram a apodrecer no terreno devido às quotas impostas pela CEE às fábricas, a par das dificuldades impostas no escoamento do milho ou da indiscriminada plantação de eucaliptos em terras de aptidão agrícola, constituem alguns efeitos imediatos desta política de submissão aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro.

Instados a pronunciarem-se sobre o papel da Reforma Agrária numa

adequada política de desenvolvimento regional foi-nos referido que tal papel é absolutamente insubstituível dado que esta transformação já provou ser a que melhor corresponde quer às condições sociais quer às condições agro-climáticas da região.

Nesse sentido, sublinharam, torna-se imperioso liquidar o latifúndio e entregar a terra às cooperativas e aos pequenos agricultores, decisão que deve ser acompanhada de implementação de medidas de apoio técnico e financeiro e formação profissional,

medidas essas que possibilitem um desenvolvimento regional harmonioso aos diferentes sectores. Esclarecendo melhor estas orientações, afirmaram que essas medidas passam, por exemplo, pela dinamização e instalação de unidades de transformação agro-industrial e pela irrigação da região, designadamente com a concretização do empreendimento do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo, os quais possibilitariam a rega de mais de 200 mil hectares, aumentar seis vezes mais a produção e criar

**Jerónimo Mendes:**

«Quem não deve não teme, o que não parece ser o caso do Governo que continua a não proceder a um acerto de contas com as cooperativas, enquanto se recusa a pagar as dívidas à Reforma Agrária que ascendem já a 30 milhões de contos»



20 mil novos postos de trabalho directos na agricultura.

Quase sem se dar por isso, estava-se já a falar, afinal, de uma nova política, uma política democrática que cesse os ataques, promova o aproveitamento dos recursos, acarinha, incentive e apoie técnica e financeira quem trabalha a terra.

Ao fim destes dez anos de ofensiva e instabilidade, como nos foi dito, é pois mais que tempo de sustentar esta política destruidora e inverter este caminho de desastre. Pela sua parte, os trabalhadores da Reforma Agrária, segundo nos garantiram, estão dispostos a prosseguir a luta até à concretização desse objectivo. Ontem como hoje é o direito ao trabalho e ao pão, a uma vida melhor e mais feliz que estão em causa. ■



**Os milhões de quilos de tomate que ficaram a apodrecer no terreno devido às quotas impostas pela CEE, a par das dificuldades no escoamento do milho, constituem alguns efeitos imediatos desta política de submissão aos interesses do grande capital nacional e estrangeiro**

## Então foi por isso

As eleições para as novas juntas de freguesia que se realizaram no domingo no concelho de Almada nem sequer obtiveram o destaque merecido por parte dos órgãos de comunicação social. Perguntava-se porquê. Ao fim e ao cabo, a importância que lhes foi atribuída em muito justificava um maior espaço informativo. Não nos esqueçamos que o próprio primeiro-ministro foi até à margem sul fortemente escollado pela polícia de choque num último esforço de propaganda do seu partido. Não nos podemos esquecer também das previsões veiculadas por sondagens que afirmavam que muito iria para aquela banda.

Mas, segunda-feira, foi como se um manto de silêncio cobrisse o assunto. A Aliança Povo Unido venceu todas as juntas de freguesia, com maioria absoluta na maioria dos casos.

Não era bom para a propaganda governamental. Daí o manto. Por vezes com rendilhados que não deixam de ter a sua graça. O Diário de Notícias, por exemplo, descobre, na notícia sobre o tema, por que é que os resultados não foram importantes.

É que, imagine-se, «a APU foi a única força partidária que se apresentou coligada às eleições». Então foi por isso: a APU que não tivesse concorrido coligada com a APU e haviam de ver como era...

## Flexibilizar

Miguel Cadilhe, o ministro das Finanças do Governo PSD, e Mira Amaral, o ministro do Trabalho, reuniram-se no princípio da semana com os seus parceiros e colegas, no

chamado conselho de concertação social. Como não podiam desperdiçar uma oportunidade deste quilate, ambos se apressaram a elaborar teses mais ou menos complicadas, mas todas elas caducas.

Modernidade é a palavra-chave. Pressupõe teses económicas que pontificaram durante dezenas de anos no nosso país. Veja-se, por exemplo, o caso do ministro das Finanças. Miguel Cadilhe descobriu o grande remédio para fazer face ao desemprego.

As pessoas não encontram trabalho, então fazem-se contratos a prazo. De não sei quantos em não sei quantos conseguem alguns dinheiritos que lhes permitirão diminuir o débito na mercearia e o Governo arranja um bellissimo pretexto para propaganda. Por isso, o «ligeiro aumento» verificado no volume da população empregada, ficou a dever-se aos contratos a prazo.

Daqui a uns meses, dizemos nós, o desemprego vai aumentar em flecha, proporcionalmente à cessação dos contratos a prazo. O que não impede o Governo, já por intermédio do seu ministro do Trabalho, de se vir rejubilar afirmando que «o conceito de pleno emprego está ultrapassado».

Aqui, claro está, são os próprios trabalhadores que demonstram estar dispostos a fazer sacrifícios... Não hesitando em prescindir dos seus direitos fundamentais.

Vai sendo tempo de se rescindir com estes governantes. Pondo-os na rua. Flexibilizadamente, claro!

## Insultos

Para Alberto João Jardim, a Madeira será uma coutada. Para

# Pontos Cardeais

os portugueses todos, incluindo os madeirenses, as coisas não se apresentam desse modo, o que não tem impedido até hoje este barão das ilhas e os seus apaniguados do PPD regional de, esganiçadamente, tentarem demonstrar que fazem o que querem, à revelia do País a que pertencem. Nem o insulto mais vergonhoso poupam para afirmarem o seu separatismo. E não escondem os seus sentimentos fascizantes, mesmo quando agem no quadro institucional da democracia. Anteontem, por triste exemplo, os deputados do PSD da Assembleia Regional da Madeira, deram mais provas de indignidade, ao impedirem a aprovação de um voto de pesar pela morte do Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Machel. Mas não ficaram por aí. Na sequência da desobediência e do desrespeito que o governo de Jardim já houvera manifestado recusando o luto nacional de três dias decretado, vieram agora os deputados PSD da Madeira, encabeçados por Crisóstomo de Aguiar, insultar uma vez mais a memória de Samora Machel. Ficaram isolados, porém. Do País, como querem. De todas as outras forças políticas representadas regionalmente, como ficou patente, embora recebessem a discreta benção do CDS que se absteve na votação. Gritaram preferir Pinochet,

chamando ditador a Samora. Mostraram mais uma vez quem são.

## Diversão

Enquanto se avolumam as suspeitas sobre o carácter criminoso que terá estado na origem da queda do avião em que morreram o Presidente Samora e numerosos membros da sua comitiva, enquanto a atitude da África do Sul se torna cada vez mais suspeita ao não facilitar as investigações sobre o assunto, assiste-se — também com a cumplicidade de Pretória — a uma vasta manobra de diversão e de encobrimento cujos aspectos mais salientes poderiam ser considerados ridículos se não estivéssemos a falar de uma grave tragédia. Primeiro foi a tese da tempestade. Amainada esta, surge agora a tese — divulgada com abundância de dados, de gráficos, de números e de mapas — de que o avião caiu por «esgotamento de combustível». A este tese deu o «Expresso» largo espaço e destaque. Outros jornais, menos finos e tecnológicos, aventaram a hipótese, dando-a como segura, claro, de embriaguês dos pilotos. Por detrás de números e de palavras mais ou menos vergonhosas e insultuosas, perfila-se a sombra de Botha.

# Gazetilha

por Ignotus Sum

## I

Para onde Cavaco vai — demagogia à solta! — no mesmo sítio cai a chusma de uma escolta. Será para mostrar à sociedade a sua grande popularidade?...

Polícia e escolta então não estão ali por mera vontade de passear mas pra fazer um cordão entre Cavaco e o povo que o espera... para o vaiar...

Verdades que proclama nomes que o povo lhe chama verdades que lhe diz em cada viagem mostram, a quem vive só de intrigas que está ali a verdadeira sondagem... o resto são cantigas.

## II

O Freitas não chegou aonde queria com seus dinheiros e com sua gente. Não chegou lá, digamos, felizmente se não, caramba, onde é que isto já ia...

Porém, o homem não desiste, não. É que ele precisava, já se vê, de uma qualquer insólita razão pra que falassem dele na TV...

Assim nasceu a Fundação que tem no ribeiral e proença zum-zum, a vocação de estar depressa e bem virada para o século XXI...

Vai ter estudo, cálculos e pontos sobre o país que ele quis ter à arreata e fará tudo só com os dez mil contos que o Freitas afundou na funçanata...

Vejam só as mentiras que eles pregam a quem, por muito ingénuo, a crer se arrisque: dez mil contos a eles não lhes chegam sequer ao menos pra pagar o uisque...

Depois de tanto uisque apreciado nesses doces convívios do serão já bem se pode imaginar o estado das reflexões finais da Fundação...

Não se importam se são feios ou reles os projectos do próximo serviço: importa é que a TV dê a fronha deles sem que eles paguem um tostão por isso...

E quanto aos dez mil contos tarefeiro o Freitas, esperançado, não o nega: a quem só quer servir o deus dinheiro de algures mais dinheiro sempre chega...

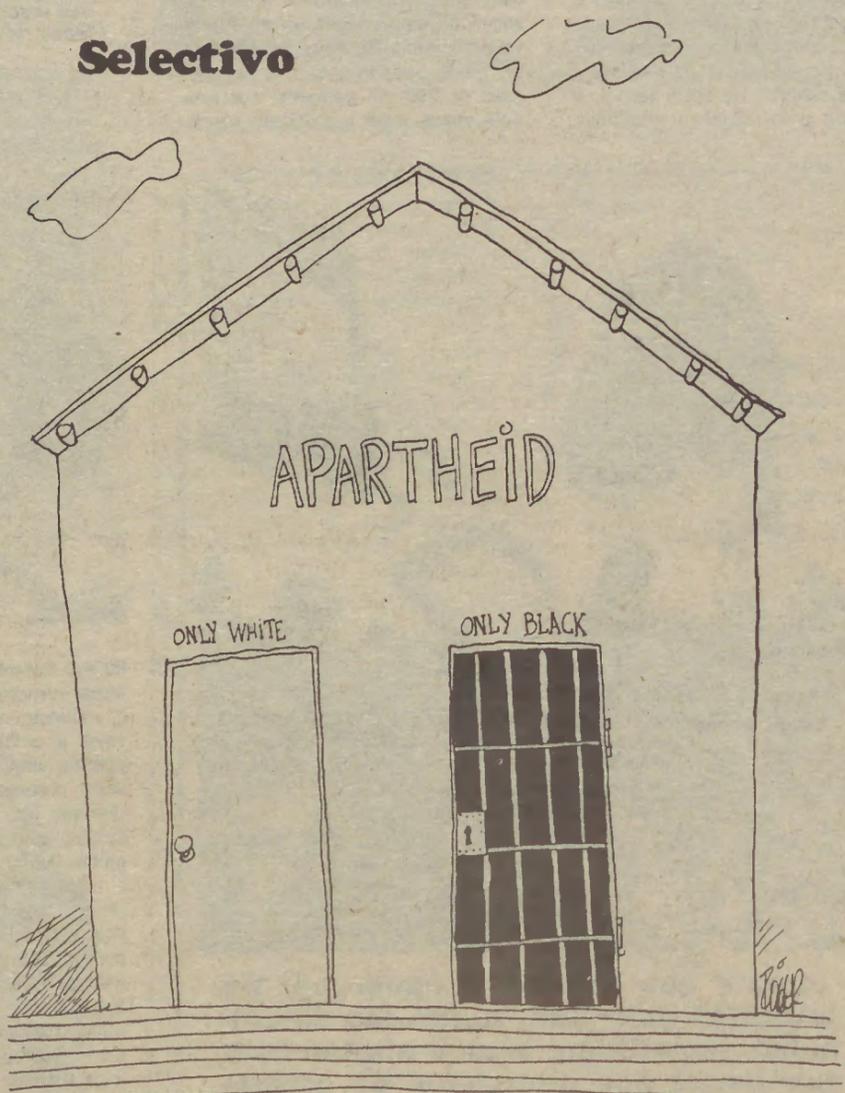
## III

Eu, poeta, não ofendo nem ataco em vão ou com má-fé: quem diz o que ele disse, é o próprio Cavaco.

Disse ele que, tivesse Salazar escapado mais cedo às chamas que consomem, e hoje se poderia considerar um grande homem...

Agora, ouvida a lógica do cavacal intuito, se alguém quiser saber-lhe a árvore genealógica não tem de trepar muito...

## Selectivo



# Agenda

Avante!

Ano 56 - Série VII  
N.º 671

6 de Novembro de 1986

4.º Caderno

Não pode ser vendido  
separadamente

## Conferência do PCP

A EMANCIPAÇÃO DA MULHER  
NO PORTUGAL  
DE ABRIL

A Emancipação  
da Mulher  
no Portugal  
de Abril

15  
NOVEMBRO  
1986 LISBOA  
PAVILHÃO DOS DESPORTOS  
CONFERÊNCIA DO PCP

Lisboa — 15 de Novembro

Algumas reuniões e assembleias  
para debate do documento base  
e eleição de delegados

### Quinta-feira, 6

#### LISBOA

- Sector da Saúde, CT Vitória, 21 horas
- Célula da CP, CT Vitória, 18.30
- Sector Portuário
- Célula da CM/SMAS de Vila Franca de Xira, 18 horas
- Célula do Bairro de S. Carlos — Algueirão, 21.30
- Plenário das células de empresa da Venda Nova. Quinta do Tivoli, 18.15
- Sector da Informação, CT Vitória, 21 horas
- Sector dos Seguros, CT Chiado, 18 horas
- Células das freguesias de S. João e Penha, CT de Arroios, 21.30
- Célula da Editorial Caminho, 17.30
- Célula da SNS, CT Beato, 18.30
- Células de empresa da freguesia de Alcântara, 18.30
- Empresas da 3.ª Zona, CT Campolide, 18.30
- Organizações das freguesias de Santa Isabel, S. Sebastião, S. Mamede, CT Campolide, 21.30
- Sector Comércio, CT Duque de Loulé, 19.30
- Célula da Caixa Nacional de Pensões, CT António Serpa, 13 horas
- Plenário de militantes das empresas e da organização de freguesia de Alfragide, CT Damala

#### PORTALEGRE

- Organização de Gaivéis (Ponte de Sôr), 20 horas
- Organização de Nisa, 20 horas
- Organização de Atalaia (Gavião), 19.30

### Sexta-feira, 7

#### SANTARÉM

- Plenário da Organização de Abrantes

- Plenário da organização de Queluz, 21 horas
- Plenário da organização de Carregueiros (Tomar)
- Reunião de Quadros das empresas do concelho de Torres Novas, CT, 21 horas

#### LISBOA

- Plenário dos militantes da freguesia de Alhandra, CT de Alhandra, 21 horas. Com o camarada Abílio Martins
- Plenário dos militantes de Vialonga e Póvoa de St.ª Iria
- Plenário dos militantes de Arruda dos Vinhos. No CT, 21 horas
- Plenário de militantes das freguesias de Runa, Carvoeira, D. Portos, M. Redondo. CT de Runa, 21 horas
- Organização da Ajuda, 21.30, CT Ajuda
- Organizações de Campo Grande, Alvalade, S. João de Brito, CT António Serpa, 21 horas
- Organização da freguesia de Fátima, CT Soeiro Pereira Gomes, 21.30
- Organização da freguesia de St.ª Condestável, CT Pedro Soares, 21.30
- Organização da freguesia de Campolide, CT Campolide, 21.30
- Célula do Ministério das Finanças, CT Alfama
- Organização de Carnaxide, CT Algés, 21.30
- Organização de Alcibideche, 21 horas
- Célula da Standard Eléctrica, CT Cascais, 15.30
- Organização de Porto Salvo, CT Porto Salvo, 21.30
- Organização de Odívetas, CT Odívetas, 21.30
- Organização de Caneças, CT, 21.30
- Organização de Forte da Casa, 21.30

- CT de Queluz, 21 horas
- Plenário da organização do Cacém, CT, 21 horas
- Célula da MOTRA, CT Cacém, 18 horas
- Organização de Colares, CT, 21.30
- Organização de S. João das Lâmpas, 21.30
- Organização de Terrugem, 21.30
- Plenário em Apeiação, CT, 21 horas
- Plenário em S. João da Talha, CT, 21 horas
- Plenários nas freguesias de Out. da Cabeça, Maxial e Silveria (Torres Vedras)
- Plenário da freguesia da Brandoa, CT 21 horas

#### PORTO

- Plenário das organizações dos sectores intelectual e da Saúde, CT Boavista, 21.30
- Organizações das freguesias de Bonfim e Santo Indefonso, CT Barão de S. Cosme, 21.30
- Organização de Campanhã, CT, 21.30
- Organizações de Massarelos e Lordelo, CT Boavista, 21.30
- Plenários em Valbom, Fazeres, S. Cosme (Gondomar), todos nos respectivos Centros de Trabalho, 21.30
- Organizações das freguesias de Águas Santas, 21.30.
- Organizações de Ermesinde e Alfena, CT de Ermesinde, 21.30

#### PORTALEGRE

- Plenário da organização de Arronches
- Plenário em Vialongo (Avis)
- Plenário da organização de Montargil, Casa do Povo, 21 horas. Com o camarada Dinis Miranda

- Plenário em Vale de Vimão (Ponte de Sôr), 20.30

### Sábado, 8

#### SANTARÉM

- Reunião de militantes do concelho de Sardoal
- Plenário da organização de freguesia de Vale Figueira

#### SETÚBAL

- Plenário da organização do Montijo, CT, 16 horas
- Reunião no antigo edifício da «Gazeta do Sul», Montijo, 20 horas
- Plenário da organização de Sarilhos Grandes, CT, 21 horas

#### GUARDA

- Reuniões em Guarda e Pinhel

#### PORTALEGRE

- Sessão em Campo Maior, Casa do Campo, 21 horas
- Reuniões em Alter do Chão, Cano (Souzel), Assumar (Monforte), St.ª António das Arelas (Marvão)

#### LISBOA

- Plenário da freguesia de Vila Franca de Xira, no CT, 16 horas. Com a participação da camarada Rosa Rabiais
- Reunião do sector Portuário
- Célula da Socarmar
- Plenário da Função Pública e do Sector Público. CT de Alfama, 16 horas, com a participação do camarada José Casanova

- Plenário em Sobral de Monte Agraço. No CT, 21 horas

#### PORTO

- Organizações de Ramalde e Aldoar. Cooperativa de Ramalde, 16 horas
- Organização de Ribeirinhas, CT Ribeirinhas, 15 horas
- Organização da freguesia de Paranhos. Na Junta Velha, 15 horas
- Organização de Cedofeita, CT Boavista, 15 horas
- Organização da freguesia da Foz, CT da Foz, 15 horas
- Assembleia da Organização dos Professores do Porto, CT Boavista, 15 horas
- Assembleias das organizações de S. Mamede, às 15 horas, e da Sr.ª da Hora, às 21.30, nos respectivos Centros de Trabalho.
- Reunião de Metalúrgicos, Têxteis e Químicos, CT Boavista, 15 horas
- Vila Nova de Gaia: reunião conjunta do Organismo Litoral, células de empresas, organismo do Interior. CT Gaia, 15 horas

- Organização de S. Pedro da Cova, no CT, 21.30
- Plenários das organizações das freguesias do Interior, da Maia, CT, 15 horas

### Domingo, 9

#### LISBOA

- Reunião de quadros de Carcavos, CT Parede, 15 horas
- Organização de S. Domingos de Rana, CT, 15 horas
- Reunião de quadros da CM e Serviços de Loures. Refeitório da Câmara, 14.30
- Reunião em Alcântara, 15 horas

#### PORTALEGRE

- Reunião em Crato, 15 horas
- Reunião em Cabeço de Vide, 19 horas

#### SANTARÉM

- Organização do concelho de Mação

### Segunda, 10

#### LISBOA

- Reunião do sector de professores

### Terça, 11

#### LISBOA

- Reunião da célula do Ministério do Trabalho
- Debate aberto, no CT Vitória, 17.30

### Sexta

#### TORRES NOVAS

- Reunião de quadros de empresas do concelho. No Centro de Trabalho, 21 horas.

#### SANTARÉM

- Comemoração do triunfo da Revolução Socialista de Outubro: a partir das 19 horas, convívio, projecção de um filme e intervenção alusivos. No Centro de Trabalho concelhho.

#### LISBOA

- No Centro de Trabalho dos Olivais, a partir das 21 horas, colóquio sobre a Revolução de Outubro e o Movimento Comunista Internacional. No final, ceia-convívio.

- No Centro de Trabalho de Sete-Rios, mais uma das Jornadas Culturais que ali vêm decorrendo. Hoje, «Comunicação Social hoje no nosso país», com a participação do camarada José Garibaldi, jornalista.

### Sábado

#### ALCANENA

- Encontro dos eleitos da APU nas autarquias ao longo do Alviela: causas e efeitos da poluição do rio, medidas a tomar. A partir das 16 horas, no CT de Alcanena.

#### LISBOA

- Convívio comemorativo do 12.º aniversário da inauguração do CT de Arroios. Almoço, magusto, música e um filme, e a presença do escritor José Saramago.

ca e um filme, e a presença do escritor José Saramago. Olivais: eleitos na freguesia e o vereador da APU Vítor Alves visitam o Mercado da Quinta do Morgado, em Olivais-Norte.

#### PORTO

- Magustos em Trofa e S. Tomé (Santo Tirso), ambos às 21 horas.
- Magusto também no CT da Boavista, este a partir das 16 horas, promovido pelas organizações Serviços e Grandes Serviços, e já integrado na campanha de fundos do Natal da ORP.

#### GOUVEIA

- Magusto-convívio no Centro de Trabalho, a partir das 15 horas, com a participação do camarada José Soeiro, da Comissão Política.

#### CASCAIS

- Convívio com magusto, a partir das 15 horas, promovido pela Comissão de Dinamização Cultural do CT de Cascais. Um filme sobre a Revolução de Outubro e debate com a participação do camarada António Lopes, do CC.

#### BENFICA DO RIBATEJO

Os Problemas do Tomate e a CEE — Consequências para os produtores — debate promovido pelas Organizações Regionais de Santarém, Setúbal, Alentejo. Participam dirigentes do Partido, deputados, eleitos em autarquias, agricultores, técnicos. A partir das 15 horas, na Associação Humanitária Benfiquense.

#### AVIS

- Festa do fim do ano agrícola 85/86, nas novas instalações da Cooperativa Primeiro de Maio.

#### AVEIRO

- Assembleia da Organização Distrital de Aveiro. No recinto das Feiras. Intervenção de encerramento, em sessão pública a realizar pelas 18 horas, pelo camarada Alvaro Cunhal.

#### LISBOA

- Ao encontro dos seus moradores e seus problemas, eleitos locais e o vereador da APU visitam a Quinta das Laranjeiras — Olivais a partir das 9.30. Na Voz do Operário, o organismo de

### Domingo

#### COIMBRA

- Assembleia da Organização Distrital de Coimbra. Com a participação do camarada Alvaro Cunhal, que intervirá na sessão pública de encerramento, às 18 horas.

#### ALHANDRA

- Encontro da APU, para discussão do Plano de Actividades 1987 e Plano para o Mandato no Concelho de Vila Franca de Xira. Das 10 às 18 horas, com discussão por temas e secções.

## Domingo Encontro da APU de V.F. de Xira Soc. Euterpe Alhandrense

Na Sociedade Euterpe Alhandrense.

#### TIRES

- Convívio, com entrega de cartões do Partido. Intervenção sobre a situação política pelo camarada Dias Lourenço. Organizado pela Com. de Freg. de S. Domingos de Rana, no CT de Tires, a partir das 17 horas.

#### CELORICO DA BEIRA

- Magusto-convívio junto à Ponte Nova. A partir das 14 horas.

#### LISBOA

- Ao encontro dos seus moradores e seus problemas, eleitos locais e o vereador da APU visitam a Quinta das Laranjeiras — Olivais a partir das 9.30. Na Voz do Operário, o organismo de

direcção da 1.ª Zona organiza, a partir das 16 horas, um magusto que promete animado e a precelto: castanhas, água-pé e outros petiscos, e Canto Livre, baile, vídeos.

### Segunda

#### TORRES VEDRAS

- Um outro magusto, pretexto para confraternização de toda a gente à conta do S. Martinho. No Pavilhão da Câmara no Largo da Feira, com bacalhau assado, castanhas, água-pé nova. E o fado de Abril. A partir das 20 horas.

#### SANTARÉM

- A DORSA escolheu o próprio dia de S. Martinho para o magusto que organiza no CT do Largo dos Pasteleiros. As 18 horas.

## Os Problemas do Tomate e a CEE Debate organizado pelo PCP

Benfica do Ribatejo  
Sábado — 15 horas



KOUDINE, Victor — URSS — in «La culture et la vie», n.º 1 de 1985 — Moscovo

# CAMINHO NOVIDADES

## Ray Bradbury



A Caminho de Bolso convida de novo o público português para a leitura de mais um célebre romance de Ray Bradbury. «A Cidade Fantástica» é uma obra que certamente deliciará todos aqueles que em Portugal já leram «Crónicas Marcianas». E não só. Não deixe de percorrer «A Cidade Fantástica» e de nela se envolver.

Preço: 200\$00

## William McIlvanney



William McIlvanney é, pura e simplesmente, um dos mais vigorosos talentos da recente literatura britânica. Este «Um Homem de Glasgow», que mereceu um importante prémio literário policial, é uma obra que marca data no género. Estamos certos de que concordará com a afirmação de Ross McDonald de que «McIlvanney deve ser felicitado pelo seu talento e pela sua ousadia».

Preço: 200\$00

# TV O Programa

### Quinta

## RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical» 148.º epis.
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.55 - Concurso: «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo», epis. 173
- 21.00 - Europa
- 21.25 - Telemundo
- 21.55 - Série: «Uns e os Outros», epis. 4
- 23.00 - Últimas Notícias

## RTP2

- 14.45 - Agora Escolha
- 16.20 - Notícias
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série: «5 Dimensão»
- 20.30 - Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 - Jornal das 9
- 21.30 - Concurso: «A Quinta do Dois»
- 23.25 - É de Ler

### Sexta

## RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela: «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.55 - Concurso: «Par ou Ímpar»
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela: «Corpo a Corpo»
- 21.00 - Este é o Meu País



- 21.15 - Série: «Duarte e C.»
- 22.15 - Série: «Hitchcock Apresenta»
- 22.45 - Últimas Notícias

## RTP2

- 14.45 - Agora, Escolha!
- 16.20 - Notícias
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série: «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série: «Doce e Amargo»
- 21.00 - Jornal das 9
- 21.30 - Contraponto
- 22.30 - Série: «O Incrível Mr. Pye»
- 23.10 - Uma Boa Idéia
- 23.20 - É de Ler

### Sábado

## RTP1

- 09.00 - Concurso: «A Quinta do Dois»
- 10.45 - Série: «Corpo Humano
- 11.15 - Juventude e Família
- 12.30 - Desfile: «A Moda Outono/Inverno»
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Jornalinho
- 14.00 - Parlamento
- 14.30 - ABZ
- 18.15 - Série: «A Super Avozinha»
- 18.40 - Super Trinta
- 19.45 - Totoloto
- 20.00 - Jornal de Sábado
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - 7 Folhas
- 20.45 - Faz de Conta
- 22.30 - Série: «Dinastia»
- 23.30 - Pela Noite Dentro: «O Túmulo Índio»

## RTP2

- 12.30 - Outros Mundos
- 13.00 - Os Anos não Contam
- 13.50 - Meu Bicho Meu Amigo
- 14.05 - Os Pratos da Balança
- 14.30 - Novos Horizontes
- 15.00 - Quem Te Viu e Quem TV
- 16.00 - Troféu
- 20.00 - Europa TV
- 22.00 - 01 Magazine de Informática
- 22.15 - Jazz
- 23.30 - Video Clube

### Domingo

## RTP1

- 09.00 - Missa de Domingo
- 10.00 - Linhas de Pesca
- 10.30 - TV Rural
- 11.00 - Juventude e Família
- 12.30 - Série: «Almoço Está na Mesa»
- 13.00 - Sumário
- 13.10 - Milhões de Amigos: «Viva a Música», «As Irmãs Chadwich», «Arco Iris», «Primeira Matiné» — Entre Duas Lágrimas. «Informação Desportiva», «Amigos Disney», «Espaço».
- 20.00 - Jornal de Domingo
- 20.30 - Boletim Meteorológico
- 20.35 - Série: «Histórias de Cidades»
- 21.15 - Série: «Coração»
- 22.00 - «Tudo é Espectáculo»
- 22.15 - Desporto
- 23.15 - Dizem os Astros.

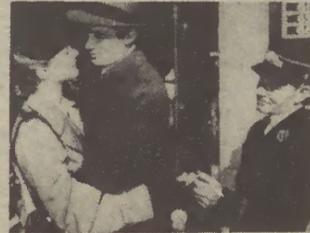
## RTP2

- 11.30 - Atletismo: Campeonato Mundial de Estrada
- 13.00 - Caminhos
- 13.15 - Música na América
- 14.00 - Um Dia na Vida de... Um Mestre de Tai Chi
- 14.30 - Deslizes da TV
- 15.15 - Série: «Os Anos Trinta», 1.º epis.
- 16.15 - Fantasia e Realidade
- 17.00 - Série: «A Vida à Nossa Volta»
- 17.30 - Série: «Hill Street»



QUARTA-FEIRA - RTP2 BEETHOVEN E STRAVINSKY

- 18.30 - Série: «As Vagas do Tempo»
- 19.00 - Entrada Livre
- 19.30 - As Fontes do Som
- 20.00 - A Arte Nova e Deco no Norte
- 20.30 - O Mundo é um Palco



21.30 - Cine Clube: «A Casa Encantada», real. Alfred Hitchcock (EUA/1944)

### Segunda

## RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Show bis
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.00 - Vamos ao Teatro - «Sarah Bernard»
- 22.50 - 24 Horas
- 23.25 - Remate.

## RTP2

- 14.45 - Agora Escolha!
- 16.25 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Doce e Amargo»
- 21.00 - Jornal das Nove



- 21.30 - Série - «Resgate»
- 22.25 - 2.ª Volta
- 22.50 - Série - «Reggie»
- 23.20 - É de Ler.

### Terça

## RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde

- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Show bis
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.00 - Portugal sem Fim - «Haway»
- 21.55 - Série - «Dempsey and Makepeace»
- 23.00 - 24 Horas
- 23.30 - Remate.

## RTP2

- 14.45 - Agora Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Doce e Amargo»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Cinema Dois - «Tempo de Amar», real. John Cassevetes, interpr. Gena Rowlands (EUA/1971)
- 23.10 - É de Ler.

### Quarta

## RTP1

- 10.00 - Às Dez
- 12.15 - Telenovela - «Vereda Tropical»
- 13.00 - Jornal da Tarde
- 13.35 - Ciclo Preparatório TV
- 18.00 - Sumário
- 18.05 - Brinca Brincando
- 18.50 - Show bis
- 19.30 - Telejornal
- 20.00 - Boletim Meteorológico
- 20.10 - Vamos Jogar no Totobola
- 20.20 - Telenovela - «Corpo a Corpo»
- 21.10 - Lotação Esgotada - «A Grande Evasão», real. Joh Sturges (EUA/1963)
- 23.55 - 24 Horas
- 00.25 - Remate.

## RTP2

- 14.45 - Agora Escolha!
- 16.30 - Notícias
- 16.35 - Europa TV
- 20.00 - Notícias
- 20.05 - Série - «5.ª Dimensão»
- 20.30 - Série - «Doce e Amargo»
- 21.00 - Jornal das Nove
- 21.30 - Concerto - Orquestra Sinfónica da Radiodifusão da Baviera sob a direcção do maestro Seiji Ozawa. Obras de Beethoven e Stravinsky
- 23.05 - É de Ler.

# Cinema

A selecção

# Exposições

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
<b>A</b>	Ana e as Suas Irmãs	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★	★★★★
<b>B</b>	A Cor Púrpura	★★	★★	★★★	★★★	★★★★
<b>C</b>	Difamação	—	★★★★	★★★★★	★★★★	—
<b>D</b>	Era Uma Vez na América	★★★★	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
<b>E</b>	As Forças do Universo	—	★	★★	—	★★
<b>F</b>	Navio Farol	—	★★★	★★	—	—
<b>G</b>	Nova York Fora de Horas	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	★★★★
<b>H</b>	O Passageiro da Noite	—	★★	★★★	—	—
<b>I</b>	Verdade dos Factos	★★★★	★★★	★★★	★★★★	—

Classificação de \* a \*\*\*\*\*

A — Real. Woody Allen — Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45) — Lisboa.  
 B — Real. Steven Spielberg — S. Jorge 3 (14.30, 18.00, 21.15) — Sétima Arte (15.00, 18.15, 21.30) — Lisboa.  
 C — Real. Alfred Hitchcock — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 D — Real. Sérgio Leone — Berna (15.00, 21.00) — Lisboa.  
 E — Real. Tibe Hooper — Alfa Clube (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 24.00) — Lisboa.  
 F — Real. Jerzy Skolimowski — Quarteto/1 (15.00, 17.00, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 G — Real. Martin Scorsese — Quarteto/3 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 H — Real. Alan Rudolph — Quarteto/4 (14.30, 16.45, 19.00, 21.30) — Lisboa.  
 I — Real. Richard Eyre — Apolo 70 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — Lisboa.

• LISBOA

Ana Vieira, «Transbordagem», manequins. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor.  
 Ângelo de Sousa, pintura (anos 60). Gal. EMI-Valentim de Carvalho. R. da Cruz dos Poiais, 111. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 23/11).  
 Artesanato, (intern.)-exposição-venda a favor da campanha «Uma Casa para a Paz» SNBA, R. Barata Salgueiro, 36.  
 Artesanato («Fazarte»). R. S. Pedro Alcântara, 63, 1.º (até 12/11).  
 Cargaleiro, Charters de Almeida, Maluda, Noronha da Costa: pintura, escultura, azulejos. Gal. S. Bento, R. do Machado, 1. Todos os dias/15.00 às 20.00; de 3.ª a sáb. também das 11.00 às 13.00 (até 25/11).  
 Cesário Verde — Exposições bibliográficas e iconográficas, no 1.º centenário da morte do poeta: Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 17.30, sáb./10.00 às 13.00 (até 30/11); Centro de Arte Moderna — Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
 Colectiva: serigrafia e gravuras (João Vieira, Hogan, Rodrigo, José Guimarães, Sá Nogueira, Arpad Szènes e Skapinakis), originais de Manuel Vieira, Rocha Pinto, João Vieira. Atelier de António Inverno, R. da Emenda, 66, 3.ª, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 18.00 (permanente).  
 Colectiva de Pintura, (Pedro Proença, Pedro Portugal, Xana, Manuel Vieira, Ivo, Fernando Brito). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Diariamente, das 14.00 às 20.00 (até 12/11).  
 Escultura Africana

em Portugal, Museu de Etnografia, Av. da Madeira (ao Restelo). De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17 (até Dezembro).  
 Gérard Castello Branco — «Insignificâncias», fotografia. Centro de Arte Moderna-Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (até 16/11).  
 Gil Teixeira Lopes, pintura. Gal. S. Francisco, R. Ivens, 40. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00 (até 14/11).  
 Hans Giesen, pintura. Museu Nacional de Arte Contemporânea, R. Serpa Pinto, 6. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00.  
 João Antas, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167 (até 11/11).  
 João Cutileiro — «O Nu e o Vestido», escultura. Museu Nacional do Traje, Parque do Monteiro Mor, das 10.00 às 13.00 e das 14.30 às 17.00.  
 Litografia, gravura: como se faz — Visitas guiadas aos ateliês da Galeria Diferença, R. S. Filipe Neri, 42, 1.º. De 3.ª a 6.ª/15.00 às 20.00, sáb. e dom./16.00 às 19.00 (até 9/11).  
 Manuela de Sena, pintura. Espaço Aliança, R. Braamcamp, 13, 1.º. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 e 14.00 às 20.00 (até 29/11).  
 Maria Amado e Maria Soares, pintura e serigrafia. Gal. Paulino Ferreira, R. Nova da Trindade, 18-B. De 2.ª a 6.ª/9.00 às 12.30 e 14.30 às 19.00; sáb./9.00 às 13.00 (até 11/11).  
 Matilde Marçal, desenho, pintura, gravura. Espaço Maria Lamas. Galeria do Movimento Democrático de Mulheres, Av. Duque de Loulé, 111, 4.º (até 7/11).  
 Pedro Casqueiro, pintura. Gal. Módulo, Av. António Augusto de

Aguiar, 56, 5.º, D.º. De 2.ª a sáb./16.00 às 20.00 (a partir de 7/11).  
 Pedro Proença, pintura. Galeria Cósmicos, Rua Tenente Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb. das 15.00 às 20.00 (até 22/11).  
 Robert Schad (RFA), desenho e escultura. Galerias das Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. de Berna. De 3.ª a dom./10.00 às 17.00 (a partir de amanhã).  
 Romualdo, pintura. Gal. Novo Século, R. do Século, 23-A. De 2.ª a sáb./14.00 às 20.00 (até 21/11).  
 Silva Palmeira — «Paisagem de Retorno», pintura. Atrium da Casa da Imprensa, R. Horta Seca (até 14/11).  
 Vitor Belém, pintura. Gal. Olharte, Calçada do Cardeal, 18. De 3.ª a sáb./16.00 às 20.00 (até 30/11).  
 Vítor Fortes, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 13.00 (até 20/11).  
 W. Levy, pintura. IAM Gal., R. da Misericórdia, 92, 1.º (até 18/11).



Cipriano Dourado

pel. Galeria Vantag, Rua Júlio Dinis, 764. De 3.ª a dom. das 15.30 às 19.30.

Gilde, S. Torcato. De 3.ª a dom./15.00 às 19.00 (até 28/11). GUI-MARÃES.

• OUTRAS LOCALIDADES

A Europa na gravura do séc. XVIII, (intern.). Até Dezembro, Palácio Nacional. MAFRA.  
 Eduardo Nery, pintura «Espaço/luz», Pousada do Castelo (até 11/11). PALMELA.  
 Paz — Exposição até 31/11, na secção «Resistência» do Museu de PENICHE.  
 Manuel Guerreiro, pintura. Até 30/12, Museu Municipal SANTIAGO DO CACÉM.  
 Branco Cardoso e Manuel Vieira, pintura e desenho. Casa de Bocage-Galeria Municipal de Artes Visuais (até 23/11). SETÚBAL.  
 Ourivesaria — Colecção do Palácio Nacional da Pena. Palácio da Pena. SINTRA.  
 Francisco Nunes de Oliveira, «Palácios Imaginários». Galeria de exposições temporárias do Palácio Nacional da Pena. SINTRA.  
 Lima de Freitas, pintura e desenho. Até 15/11. Gal. Neupergama, R. Miguel Bombarda. TORRES NOVAS.  
 Jorge Vieira, escultura. Até 11/11. Gal. Nova/Convento da Graça. TORRES VEDRAS.  
 A Vaz de Carvalho, pintura. Oficina da Cultura-Sala de Exposições da Câmara Municipal (até 15/11). ALMADA.  
 José de Guimarães, desenho. Até 14/11, Centro Cultural de S. Lourenço, ALMANSIL.  
 Júlia Ramalho, Galeria de Arte da «Pop Cave», R. D. Diogo Pinheiro, 24, das 14 às 19.30. BARCELOS.  
 «Germinal» — reproduções das gravuras que ilustraram a 1.ª edição do romance de Zola — e exposição documental sobre José Relvas. Gal. da Câmara Municipal. CHAMUSCA.  
 Colectiva de Pintura (António Olaio, João Dixo, Amando Azevedo, António Melo). Edifício Coimbra, Av. Fernão de Magalhães/R. João Machado. COIMBRA.  
 Maria do Carmo Patrício, tapeçaria. Museu Municipal. EVORA.  
 Cruzeiro Selxas, desenho e pintura. Gal.

• PORTO

Álvaro César Machado, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb./16.00 às 19.30 (até 12/11).  
 Colectiva — «Doze Pintores Contemporâneos». Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. De 3.ª a dom./16.00 às 20.00 (até 21/11).  
 Manuel Moldes (Galiza) e Maria Mendes, pintura. Gal. Nasoni, R. Galeria de Paris, 80. De 2.ª a 6.ª/10.00 às 12.30 e 15.30 às 19.30, sáb. e dom./15.30 às 19.30 (até 16/11).  
 Manuel de Oliveira, pintura e desenho (1972-1986). Cooperativa Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1.  
 Trabalhos tradicionais alentejanos, em vidro e recortes de pa-

# Teatro

O Cartaz

• LISBOA

ABC Parque Mayer de 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00 e 20.30. Lisboa, Tejo e Tudo, de César Oliveira, Solnado, Filho Gouveia, enc. César Oliveira.  
 Comuna, Pç. de Espanha, Sala Nova. De 3.ª a sáb./21.30, dom./17.00. Touro, de Abel Neves, enc. João Mota.  
 Maria Matos, Av. Frei Miguel Contreiras. De 3.ª a sáb./20.30 e 22.45, dom./16.00, 20.30 e 22.45. Isto é Maria Vitória, de H. Santana, Nicholson, Bracinha, M. Zambujal, enc. Ivone Silva.  
 Teatro da Graça, Tv. de S. Vicente, 11. De 3.ª a sáb. às 21.30, dom. às 16.00. As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant, de Fassbinder pelo Grupo Teatro Hoje.

• ESTORIL

Teatro Mirita Casimiro, Av. Fausto de Figueiredo. De 4.ª a sáb. às 21.30, sáb. e dom. às 16.00. Galleu Galleu, de Bertholt Brecht pelo Teatro Experimental de Cascais.

• SETÚBAL

Teatro de Animação de Setúbal, Rua

Balneário dr. Paulo Borba. De 5.ª a dom. às 21.30. Alves e Companhia, de Eça de Queiroz.

Para Crianças • LISBOA

ABC, Parque Mayer, sáb. às 18.30 e dom. às 11.00. Fecha os Olhos... Entra Na História, de Alexandra Solnado, enc. Josselia Alvarenga.

Comuna, Praça de Espanha, sáb. e dom., às 15.00. Nós de um Segredo, texto e enc. João Brites, pelo grupo «O Bando».

Grupo de Teatro Malzum, Rua dos Poiais de S. Bento, 75, B; 2.º. Dom. às 16.30, A Rua dos Fantasmas, de Javier Villafañe.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1. No Reino da

Fantasia, texto e enc. Agostinho Macedo. Sáb., dom. e feriados, às 16 horas.

• PORTO

Sala Pé de Vento, Rua das Virtudes. Sáb. e dom. às 16.00. Na Ilha do Tempo, de Álvaro Magalhães, enc. de João Luiz.  
 Teatro, Rua do Heroísmo. História Breve da Luz, de António Gedeão.

# ...e ainda

Música, debates, etc.

Dias da URSS

Prosseguem os Dias da União Soviética em Portugal, iniciativa tradicional da Associação Portuguesa-URSS e que, tal como os dias de Portugal na URSS, organizados pela Associação URSS-Portugal, contribuem para o melhor conhecimento mútuo dos povos de ambos os países.  
 Já se encontra em Portugal a delegação oficial soviética, dirigida pelo Vice-Presidente do Conselho de Ministros da RSS da Geórgia e que integra ainda um deputado do Soviete Supremo



e dirigente da União de Jornalistas desta República Federada.  
 O grupo de danças e cantares «Rustavi», da Geórgia que actuou já com êxito no Funchal, no Porto, em Vila Real, Braga e

Viseu, efectuará ainda os seguintes espectáculos, todos com início às 21.30 horas:  
 hoje, em Tortosendo, no Unidos Futebol Clube  
 amanhã, em Por-

talegre, no Teatro Cristal  
 sábado, em Lisboa, no Coliseu domingo, em Almada, na Academia Almadense.  
 O programa dos Dias da URSS inclui também uma exposição de artesanato, pintura, desenho infantil e fotografia e proporciona a alguns portugueses uma oportunidade para provar a cozinha da Geórgia.

benkian: «Bart Stuyf & Company, hoje, 18.30h; «Introdução», dias 7 e 8, 21.30h, e dia 9, 15h; «Harry de Wit», «Shusaku Takeuchi» e «Isabelle Guillaume», dias 11 e 12, 21.30h, e dia 13, 18.30h;

-Português: «Dorian Gray im Spiegel der Boulevard Presse» (legendado em francês) hoje, 21 horas; «A canção de Lisboa», de Cottinelli Teimo, dia 11, 18.30h.

Soc. Port. de Autores. Amanhã, Estúdio 444, 1845: A Vida Privada de Henrique VIII, real. Alexander Korda (1933); 3.ª feira, SPA, 18.30: Vida Futura, real. William Cameron Menzies (1936).

Música

Lisboa Jazz 86, Domingo, na Aula Magna da Reitoria da Universidade de Lis-

boa: 16 horas, Quarteto de Kevin Eubanks; 21.30 horas, Quinteto de Phil Woods.

Temporada da Fundação Gulbenkian: 6 de Novembro/21.30h, e 7/18.30h, concertos pela Orquestra Gulbenkian, sob direcção do maestro Silva Pereira e em que actuará como solista o violinista Elmar Pereira. Obras de Beethoven, Prokofiev e Tchaikovsky; 10 de Novembro, John Shirley-Quirk (barítono) e Ian Burnside (piano) executam obras de Purcell, V. Williams, Pfitzer, Liszt e Ravel; 11 de Novembro, Peter Donohoe executa ao piano obras de Rachmaninof, Beethoven e Stravinski; 13 de Novembro, Max Rabinovitsj (violino) e Elizabeth Allen (piano). Obras de Mozart, Schumann e Prokofiev.

Cinema

Ciclo «Cinema e Música Mozart e Bizet», no Forum Picoas hoje — «A flauta mágica», de Ingmar Bergman; dias 7, 8 e 9 — «Don Giovanni», de Joseph Losey; dias 10 e 11 — «Nós três-Mozart em Itália», de Pupi Avati; dias 12, 13 e 14 — «Carmen Jones», de Otto Preminger. Sessões às 19 e 21.45 horas, sábado e domingo também às 16h.

Cinemateca Portuguesa, 70 anos de Filmes Castello Lopes: dia 7, 21.30h, «Paris Texas», de Wim Wenders; dia 8, 18.30h, «A rosa púrpura do Cairo», de Woody Allen; 21.30, «The fly», de David Cronenberg. Instituto Franco-

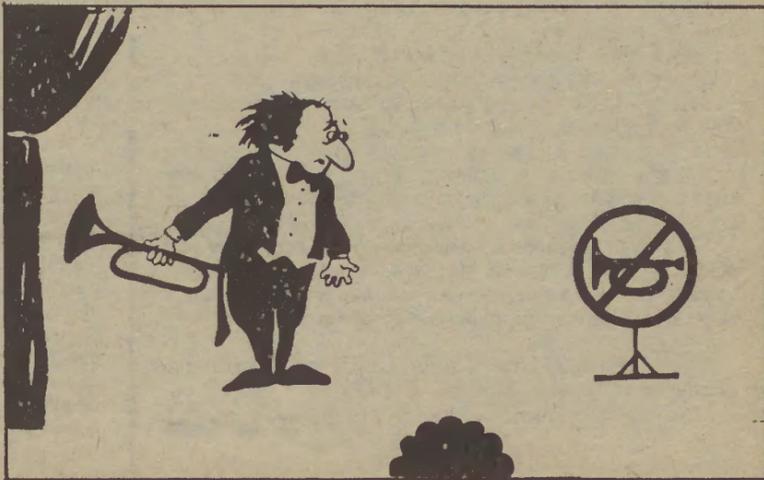
Dança

Mostra de dança holandesa contemporânea, no Centro de Arte Moderna da Gul-

# Tempo Fim de Semana



Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no Sábado teremos céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões Norte e Centro. Vento fraco ou moderado de Norte. Neblina matinal. Pequena descida de temperatura.  
 Quanto a Domingo: céu geralmente pouco nublado, vento fraco, neblina ou nevoeiro.



# a TV

## Falta de... sensibilidade

Ficará para mais tarde a análise fria da maneira como a RTP, em geral, tratou o acontecimento trágico que levou à morte de Samora Machel.

Refira-se para já o distanciamento, a «objectividade» com que descreveu as várias fases do noticiário. Como se o caso dissesse respeito a qualquer outro estadista de qualquer outro país — e não ao chefe de Estado amigo do povo português, amigo do coração e não do dólar, que tem a sua diferença.

Mas dois pormenores houve que marcaram, por parte dos noticiários em geral, e do Telejornal em particular, a ausência de sensibilidade humana e de sensibilidade política.

O primeiro verificou-se quando o povo moçambicano, em lágrimas, passava diante do corpo do seu Presidente: o comentador não achou altura mais própria para se embrenhar nas suposições da sucessão de Samora Machel!

Outro pormenor significativo foi dar a palavra em comentário sobre a situação política em Moçambique decorrente da morte de Machel, ao seu correspondente... na África do Sul!

E o mais grave de tudo isto é que nem terá sido proposital. O mais grave de tudo é que... foi natural. A RTP mostra-se tal qual é.

Tal como não devia, nunca por nunca, ser.

## Telejornal...

É sabido, revoltantemente sabido, como a RTP, nestes últimos anos, tem mostrado (com ostentação, por vezes) a sua simpatia por Savimbi, o Jonas traidor, e pela Renamo, os bandidos que semeiam o terror na Terra amiga e sofredora de Moçambique.

Ora, domingo passado, ficámos a saber alguns pormenores sobre o modo como nasceu a Renamo. Mais ou menos assim. Quando Harare ainda era Salisbúria e quando o Zimbabwé ainda era a Rodésia, vivia lá um sujeito chamado Orlando Cristina que pertencia à PIDE. Foi por sua iniciativa e com o seu patrocínio e na sua própria casa que se realizaram as operações que levaram à constituição do grupo terrorista «cuja existência só é possível graças ao auxílio estrangeiro». Da África do Sul, claro.

Ora, perguntarão, como foi que eu soube isto? Pois bem, soube-o por intermédio... do Telejornal. Juro pela minha saúde se não foi.

Das relações filiais que uniam também a Unita à PIDE, igualmente ninguém duvida. Dá que pensar, pois, a razão da simpatia que move o comportamento do Telejornal face às duas organizações fascistas...

## A poupança e a pança

Foi tudo a propósito da poupança. Que se diz ter aumentado.

Que se diz ser um índice esclarecedor de uma situação económica.

Conclusão: aumenta a poupança, logo a política económica do Governo é boa...

Foi nesta linha que se desenvolveu o comentário do economista em serviço nas 24 Horas. Ele foi mais longe: concluiu que uma constituinte básica do fenómeno era o aumento dos salários reais...

A verdade é que este funcionamento representa uma das faces da vida económica e sociais de mais complexa textura e logo de mais difícil explicação. Comece-se logo por questionar a sua existência como fenómeno social generalizado, no actual momento...

Daí que o mais acertado, para sua correcta avaliação, consistirá na discussão, na avaliação confrontada.

A menos, já se vê, que se pretenda pura e simplesmente fazer o jeito ao Governo. Como é visivelmente, o caso.

Curioso: na mesma emissão de 24 Horas informava-se que uma actividade tem aumentado à bruta: o contrabando. São muitas e muitas centenas de milhares de contos em tabaco, droga, álcool, gado, prata, electrodomésticos, etc., etc....

... E a poupança a encher a barriga e as estatísticas...

## Faisca, lá isso dava!

O que se passa com a importação de gado (quer clandestina, quer a coberto dos mais variados subterfúgios) tem sido alvo da denúncia pública por parte das organizações democráticas dos agricultores.

Pois a televisão acaba de descobrir... a pólvora.

Para tanto foi buscar o depoimento, imaginem de quem...

Da CAP, quem havia de ser. Então assistimos ao espectáculo deprimente e ridículo de uma CAP preocupada com a sorte dos produtores «que se encontram em pânico», por causa de uma política de importação a todos os títulos desnecessária e prejudicial, pois a produção nacional, de momento, cobre as necessidades...

É comovente, esta preocupação da CAP. É comovente esta preocupação do Telejornal. Mas se a este o que interessa é a verdade em toda a sua extensão, pois não terá se não que ir saber o que pensam as organizações democráticas dos agricultores.

E para tudo ficar como deve ser, porque não organizar um debate entre elas e a «santinha» da CAP?...

Olhe que dava faisca...

■ **Ulisses**

# Síntese semanal da IMPRENSA

## A Espanha não é a Europa?

Têm vindo a ser divulgados alguns números assustadores quanto à evolução negativa das trocas comerciais com países da CEE, nos últimos meses. Contribuíram fundamentalmente para isso os agravamentos dos saldos negativos com a Espanha, a Itália e a RFA.

No entanto no documento das Opções do Plano e no recente encontro Cavaco-Gonzalez o Governo PSD procurou enganar os portugueses arvorando a máscara do nacionalismo antiespanhol.

## Os brilhantes resultados

• «Sendo a primeira cimeira ibérica posterior ao tratado de adesão, o encontro de Guimarães veio tornar mais nítido o que já seria previsível: se o quadro comunitário gera novos interesses comuns entre os dois países (em domínios como a política orçamental europeia e a regulamentação dos fundos estruturais, por exemplo), introduz em contrapartida novas diferenças de perspectiva sobre as relações bilaterais. Olhando para Bruxelas, Madrid descobre razões renovadas para o que Gonzalez chama "a necessidade objectiva de um entendimento" luso-espanhol, enquanto Lisboa repara, em primeiro lugar, na emergência oportuna de uma instância arbitral para os diferentes peninsulares. A resolução do arrastado conflito pesqueiro e, mais recentemente, a da querela comercial sobre as «regras de origem», em condições tidas por mais favoráveis do que as que poderiam ser esperadas num quadro meramente bilateral, não vieram senão reforçar a perspectiva adoptada pelo Governo português.

(...)  
De positivo, retira-se do comunicado conjunto — cuja redacção final terá representado o maior esforço negociado efectuado em Guimarães — que Portugal e Espanha pretendem vir a assinar acordos em matéria de «luta contra a droga» e de colaboração técnica no sector agrícola, e a estudar formas de «cooperação industrial» em domínios como a certificação da qualidade ou a «eventual ligação à rede europeia de gás natural».

O problema dos rios portugueses que descem de Espanha, eventualmente ameaçados pelo programa nuclear do país vizinho? Registou-se «a necessidade de manter contactos». A abertura de novas fronteiras, aguardada com expectativa pelas populações raianas? Acordou-se em «estudar» o assunto. Transportes e comunicações? Verificaram-se «progressos» para a construção das pontes fronteiriças anunciadas em anteriores cimeiras. Abertura de bancos espanhóis em Portugal, e vice-versa? A sua «eventual instalação» será tema para posteriores «contactos».

(Jorge Queirós, «Expresso», 1-Nov.)

## As curiosas contradições

• «Um dos aspectos politicamente mais insólitos — mas também mais reveladores — das Grandes Opções do Plano 1987-1990 é a sua tónica agressivamente antiespanhola e anti-ibérica. Por ironia dos acontecimentos, a divulgação pública do documento que pretende orientar a estratégia a médio prazo do Governo português antecedeu por breves dias a cimeira de Guimarães entre Cavaco Silva e Felipe Gonzalez. A mais recente reedição do fantasma de Aljubarrota coincidiria, assim, com uma aparente manifestação de boa vizinhança entre os Estados peninsulares.

Só que um equívoco nunca vem só.

Por um lado, as Grandes Opções do Plano sublinham enfaticamente que o grande desígnio geo-estratégico português e a afirmação da própria identidade nacional passam pelo aprofundamento da política das «costas voltadas» face à Espanha. «Na Europa — escreve-se nas Grandes Opções — a tendência de nos confundir com a Espanha obrigam-nos a esclarecer activamente a diferença, sob pena da Europa, contentando-se ou distraíndo-se com a Espanha, achar que Portugal está lá para um canto da Península». A simultaneidade da adesão tem ajudado a reforçar esta confusão. Por isso, e em primeira linha, Portugal deve aproximar-se de outras culturas europeias menos próximas, como já noutros tempos buscou

em terras longínquas uma igualmente protectora proximidade.» Filosofia que será depois acentuada em traços ainda mais crispados: «A facilidade com que os portugueses aprendem a falar línguas estrangeiras — talvez seja mais uma prova histórica da sua universalidade — deverá ser canalizada para a aprendizagem de uma língua menos familiar, como é a inglesa, a francesa ou a alemã e não desperdiçada em línguas que nos são mais próximas, até porque não desempenham nenhuma função cultural ou geo-estratégica benéfica ou porque dão acesso a universos já mais influentes em Portugal, ou, de qualquer modo, mais limitados».

(...)

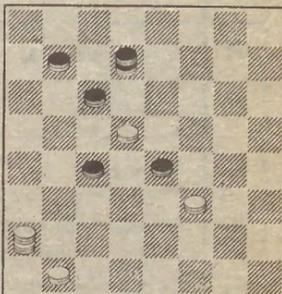
O horizonte das análises não ultrapassa, geralmente, o dos cursos das academias militares ou da NATO, da revista «Nação e Defesa» — ou o de uma passagem pela Junqueira — não sendo por isso consentidas excepções aos grandes esquemas globalizantes. De qualquer modo, a ausência de reflexão política, o atraso do debate cultural e o dilettantismo intelectual permitiram que o simplismo geo-estratégico ocupasse um espaço onde Portugal deveria pensar a sério o seu destino moderno e europeu. Nesse contexto, as relações luso-espanholas tendem a ser analisadas à luz de uma experiência histórica fantasmática, fixada de uma vez por todas como fatalidade geo-estratégica — e por isso também económica, cultural e política. As Grandes Opções confirmam-no: geo-estrategos atlantistas e cabotinos do nacionalismo encontram mais do que uma razão para fornecer miragens «pronto-a-vestir» a um Governo sem projecto.

O fantasma de Aljubarrota tornou-se, em definitivo, o complexo do Capuchinho Vermelho perante o lobo mau escondido nas florestas da Ibéria. Quando Portugal deveria afirmar a sua diferença e a sua vontade de autonomia de uma forma transparente, adulta e sem complexos de intimidação — compreendendo, por isso, na sua verdadeira latitude, as virtualidades culturais de uma aproximação ibérica — é exactamente o contrário que sucede. Quando deveríamos ser os primeiros em ousadia e iniciativa — exactamente pequenos e vulneráveis — são os espanhóis que marcam sistematicamente pontos no enquadramento político e cultural das relações bilaterais. Enquanto Fernando Pessoa conquista Espanha, o Governo português argumenta com dificuldades financeiras para não responder ao desafio espanhol da abertura de um centro cultural em Portugal.

(Vicente Jorge Silva, «Expresso», 1-Nov.)

## Damas

LXXVI — 6 de Novembro de 1986  
PROPOSIÇÃO N.º 76  
Por: António Carvalho (Lisboa)  
«Vamos Decifrar» N.º 220/1.XI.1952  
Pr.: 14-15-23-(27)-28



Br.: 4-(8)-10-19  
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 76  
Lisboa, 8 de Fevereiro de 1952  
6.º e último jogo do último match de LAD

Br.: Luis António David  
Pr.: Carlos Alberto P. Gonçalves

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 5-10, 32-28; 4. 12-16, 27-23; 5. 1-5, 21-17; 6. 9-13, 25-21; 7. 5-9, 31-27; 8. 11-15, 19-12; 9. 8-15, 23-19; 10. 7-11, 19-12; 11. 11-14, 21-18; 12. 14-21, 22-19; 13. 13-18, 12-7; 14. 4-11, 19-14; 15. 10-19, 27-22; 16. 18-27, 30-7; 17. 3-12, 28-23; 18. 21-30, 29-25; 19. 30-20, 24-8; 20. 16-20, 8-4; 21. 20-23. Empate!

GOLPE N.º 76

Por: Anibal Marques da Silva  
Pragaj, 2.X.1954

1. 10-14, 22-18; 2. 5-10, 23-20; 3. 12-15, 20-16; 4. 1-5, 28-23; 5. 15-19, 32-28; 6. 8-12, 27-22; 7. 12-15, 23-20; 8. 4-8, 21-17; 9. 14-21, 25-18; 10. 10-47 Perdentel! (Br.: 2-3-5-6-7-8-9-11-14-15-19 Pr.: 16-17-18-20-22-24-26-28-29-30-31) Jogam Pr. Ganham! (Este golpe tem 2 soluções).

SOLUÇÕES DO LXXVI

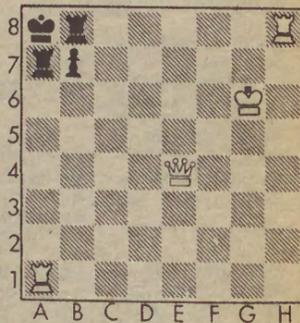
N.º 76 (AC): 4-7, 14-5; 8-4, 23-14; 7-11 +

Golpe N.º 76: A) 10. ..., 17-13; 11. 14-21, 26-17; 12. 9-27, 30-14; 13. 11-18, 20-4 ++  
B) 100. ..., 31-27; 11. 14-21, 27-13; 12. 9-18, 26-17; 13. 19-26, 30-14; 14. 11-18, 20-4 ++

A. de M.M.

## Xadrez

LXXVI — 6 de Novembro de 1986  
PROPOSIÇÃO N.º 76  
Por: Théodore Herlin  
«Schachzeitung», 1852  
Pr.: (4): Pb7-Ts.a7, b8-Ra8



Br.: (4): Ts.a1,h8-D64-Rg6  
Mate em 2 lances  
JOGO N.º 76  
Pistyan, 1922  
Br.: Bogoljubov  
Pr.: Wolf

1. d4, Cf6; 2. c4, e6; 3. Cf3, c5; 4. Cc3, cxd4; 5. Cd4, Bd4; 6. Bd2, b6; 7. e3, Bb7; 8. Be2, 0-0; 9. 0-0, Ca6; 10. a3, Be7; 11. Tc1, Cc5; 12. f3, g6; 13. b4, e5; 14. b: c5, e:d4; 15. e:d4, b:c5; 16. d5, d6; 17. Tb1, Dd7; 18. f4, Tf8; 19. f5, Bc8; 20. Bd3, Dd8; 21. Df3, Tb1; 22. Bb1, Tb8; 23. g4, Tb2; 24. Bc1, Tb3; 25. g5, Cd7; 26. f:g6, f:g6; 27. Df7+, Rh8; 28. B:g6, h:g6; 29. D:g6, Dg8; 30. Dh5+, Dh7; 31. D68+, Cf8; 32. Tf7, Dc2; 33. D:e7, D:c1+; 34. Tf1, T:c3; 35. D:f8+, Rh7; 36. Df7+, Rh8; 37. T:c1, T:c1+; 38. Rf2 e as pretas abandonam!

SOLUÇÕES DO N.º 76

CHAVE: 1. Dh11 bloqueio (Zugzwang)  
1. ..., Th8; 2. D:h8  
1. ..., T:a1; 2. D:a1

A. de M.M.

CAMINHO JOVENS

Mildred D. Taylor

Ilustrações de Rui M. Filipe

# TROVÃO, OUVÉ O MEU GRITO

Este livro foi distinguido com o Prémio Newberry de 1977, o mais importante galardão da literatura infantil e juvenil dos Estados Unidos